Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Eduardo da Nóbrega Monteiro

Crises e desafios políticos e midiáticos: o processo de estatização do gasoduto Brasil-Bolívia (2006)

Rio de Janeiro

2020

Eduardo da Nóbrega Monteiro

Crises e desafios políticos e midiáticos: o processo de estatização do gasoduto Brasil-Bolívia (2006)

Dissertação apresentada, como requisite parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Cultura e Instituições.

Orientadora: Profª. Dra. Mônica Leite Lessa

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M775 Monteiro, Eduardo da Nóbrega.
Crises e desafios políticos e midiáticos: o processo de estatização do gasoduto Brasil-Bolívia (2006) / Eduardo da Nóbrega Monteiro. – 2018.
98 f.

Orientador: Mônica Leite Lessa.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Gasoduto Bolívia-Brasil – Teses. 3. O Globo (Jornal) – Teses. I. Lessa, Mônica Leite. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

es CDU 327(81:84)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Eduardo da Nóbrega Monteiro

Crises e desafios políticos e midiáticos: o processo de estatização do gasoduto Brasil-Bolívia (2006)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Cultura e Instituições.

Aprovada em 07 de agosto de 2020.

Banca examinadora:

_____

Prof.ª Dra. Mônica Leite Lessa (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof. Dr. Maurício Santoro Rocha

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Ingrid Piera Andersen Sarti

Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Prof.ª Dra. Tatiana Berringer de Assumpção

Universidade Federal do ABC

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Gostaria de dedicar esta dissertação aos que estiveram ao meu lado durante esses anos e a todos os pós-graduandos, servidores, técnicos e docentes da UERJ. A Universidade pública resiste.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial à amiga, orientadora e parceira professora Mônica Leite Lessa, cuja presença favoreceu para todo e qualquer desenvolvimento intelectual e crítico que pude gerar durante esses anos. Sua contribuição vai muito além desta dissertação.

Agradeço imensamente aos discentes do PPGRI-UERJ que fizeram esse espaço de convivência ser tão prazeroso e oportuno. Em especial: Beatriz Abreu, Tainá Alves, Carolina Lima, Sarah Rosa, Flavio Medeiros, Matheus Sousa, Rafaela Rodrigues, Jonathan Cardoso, Bianca Cavalcanti, Rafael Monteagudo, Isabela Baylão, Carla Espanhol e Guilherme Antunes.

A todos os docentes por que passei nessa trajetória tanto no PPGRI da UERJ quanto no PPGCOM-UERJ e no IESP-UERJ. Menção especial à rápida, porém muito importante disciplina com o professor Wanderley Guilherme dos Santos.

Aos meus pais e irmãos e ao Sócrates, quem me acompanhou por intermináveis momentos ao lado do computador.

Aos meus amigos de longa data que me conhecem e sabem que todos esses momentos de isolamento tiveram uma razão maior.

Agradeço também ao espaço oferecido a mim pelo grande amigo e pesquisador Pablo Fontes no âmbito do LEMRi, e de nossas futuras parcerias científicas com a temática de Mídia e Relações Internacionais.

Agradeço à CAPES pelo financiamento durante o mestrado, sem o qual dificilmente poderia ter sido feito dessa maneira.

Ñoqapis munani parlayta

Evo Morales

RESUMO

MONTEIRO, Eduardo da Nóbrega. *Crises e desafios políticos e midiáticos:* o processo de estatização do gasoduto boliviano-brasileiro (2006). 2020. 96 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta dissertação analisa os desafios políticos que envolveram a nacionalização do gasoduto Bolívia-Brasil, no âmbito da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, em maio de 2006. Buscamos demonstrar como a crise Bolívia-Brasil serviu para a mídia *mainstream* expressar valores e posições convergentes com aqueles defendidos pela oposição política ao governo petista, em particular aos objetivos da política externa regional, expressando, assim, a tensão da transição de uma política externa subordinada passiva para uma política externa subordinada conflitiva. Para os propósitos desta pesquisa, selecionamos o jornal O Globo porque é órgão da imprensa que faz parte do Grupo Globo, que possui domínio em outros mercados, o que amplia excepcionalmente seu poder de agência política. A metodologia empregada, Análise de conteúdo e a Análise de discurso, permitiu identificar e analisar a localização das notícias e o conteúdo discursivo jornalístico sobre a crise em foco, evidenciando as posições amplamente desfavoráveis à América Latina como um todo, e, por consequência, representando mais um desafio para o governo brasileiro na solução dessa crise. Do ponto de vista teórico, adotamos a interdisciplinaridade apoiando-nos em vertentes da Teoria Crítica, da Economia Política da Comunicação, e em Nicos Poulantzas. Concluímos que o fracasso do poder de influência da mídia, nesse caso, se demonstra na continuidade da política regional do governo Lula, que manteve sua posição conciliadora e aprofundou a política de cooperação regional. Destacamos como os resultados do pós-crise não afetaram a continuidade do fornecimento de gás boliviano para o país, e como o governo brasileiro deu início a um programa para fortalecer a prospecção interna de petróleo e de gás, buscando alcançar uma autonomia no setor.

Palavra-chave: Política Externa Brasileira. Bolívia. Jornal O Globo. Nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos. Mídias.

ABSTRACT

MONTEIRO, Eduardo da Nóbrega. *Crises and challenges on media and political spheres:* the nationalization of the Bolivian hydrocarbons in 2006. 2020. 96 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Insituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This dissertation analyzes the political challenges that involved the nationalization of the Bolivia-Brazil gas pipeline, within the scope of the nationalization of Bolivian hydrocarbons, in May 2006. We seek to demonstrate how the Bolivia-Brazil crisis served as a tool for the mainstream media to express values and positions converging with those defended by political opposition to the PT government, in particular to the objectives of regional foreign policy, thus expressing the tension of the transition from a passive subordinate foreign policy to a conflictive subordinate foreign policy. For the purposes of this research, we selected the newspaper O Globo because it is a press agency that is part of Grupo Globo, which has dominance in other markets, which exceptionally expands its power as a political agency. The methodology employed, Content Analysis and Discourse Analysis, made it possible to identify and analyze the location of the news and the journalistic discursive content about the crisis in focus, highlighting the positions that are largely unfavorable to Latin America as a whole, and, consequently, representing yet another challenge for the Brazilian government in solving this crisis. From a theoretical point of view, we have adopted interdisciplinarity based on aspects of Critical Theory, Political Economy of Communication, and Nicos Poulantzas. We conclude that the failure of the media's power of influence, in this case, is demonstrated in the continuity of the Lula government's regional policy, which maintained its conciliatory position and deepened the regional cooperation policy. We highlight how the post-crisis results did not affect the continuity of Bolivian gas supply to the country, and how the Brazilian government started a program to strengthen domestic oil and gas prospecting, seeking to achieve autonomy in the sector.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Bolivia. The Globo Newspaper. Nationalization of Bolivian hydrocarbons. Media

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Gasto por setor na Bolívia em 2010. 44
Gráfico 2 – Menções à Bolívia no jornal o Globo..... 64
Gráfico 3 – Soma das Valências (Brasil-Bolívia) no jornal o Globo 65
Gráfico 4 – Hierarquia entre as páginas do jornal o Globo. 70
Figura 1 – Evolução da potência instalada (Mw) e energia bruta anual gerada (GWh)..... 78
Figura 2 – Redes de gasoduto e de gás natural na América do Sul 79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Reservas de Gás Natural na América do Sul (2009) 53
Tabela 2 - Histórico da aproximação Brasil-Bolívia em matéria energética 53
Tabela 3 – Divisão das notícias 70
Tabela 4 – reservas de gás na região sul-americana 80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Agência Nacional de Petróleo
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAD	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CIER	*Comisión de Integración Energética Regional*
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNS	Cooperação Norte-Sul
COB	*Central Obrera Boliviana*
COBRADI	Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
CSS	Cooperação Sul-Sul
CSUTCB	Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia
DEA	*Drug Enforcement Authority*
DS	Decreto Supremo
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação de Indústrias do Estado de São Paulo
G-77	Grupo dos 77
GASBOL	Gasoduto Brasil-Bolívia
IIRSA	Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
MAS	*Movimiento Al Socialismo*
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNOAL	Movimento dos Países Não Alinhados
MOM-Brasil	*Media Ownership Monitor* – Brasil
NOC	*National Oil Company*
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não-Governamental
OOH	*Media out of home*
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEB	Política Externa Brasileira
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RI	Relações Internacionais
RSF	Repórteres Sem Fronteiras
UDN	União Democrática Nacional
UDP	*Unión Democrática y Popular*
UE	União Europeia
UNCTAD	*United Nations Conference on Trade and Development*
YPFB	*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	**MÍDIAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**	16
1.1	**Comunicação e Relações Internacionais**	16
1.2	**A contribuição da Teoria Crítica na análise da sociedade de massas**	19
1.3	**Mídia e Política na América Latina**	22
1.4	**Mídia, Estado e Política externa brasileira**	26
1.5	**A nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia em maio de 2006**	33
2	**A CRISE DA NACIONALIZAÇÃO DOS HIDROCARBONETOS BOLIVIANOS SEGUNDO VISÕES DO JORNAL O GLOBO**	37
2.1	**Desafios e perspectivas**	37
2.2	**Cooperação Sul-Sul**	41
2.3	**Integração energética**	45
2.4	**Política Externa Brasileira para a Bolívia**	47
2.5	**Brasil e Bolívia: a atuação da Petrobras e sua relação com Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB)**	50
2.6	**O(s) povo(s) andino(s) e a ascensão de Evo Morales até o decreto de maio de 2006**.	55
2.7	**O decreto Heróis do Chaco**	60
3	**O GLOBO E O PÓS-CRISE**	62
3.1	**A repercussão no Brasil: análises do jornal o Globo**	62
3.1.1	Audiência Pública de Celso Amorim	71
3.2	**Analisando o discurso do jornal o Globo: R. B. J. Walker e Siba N. Grovogui em contraste**	72
3.3	**O Brasil pós-crise**	77
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa os desafios políticos enfrentados pelo governo Lula à ocasião da estatização das empresas da Petrobras na Bolívia, no contexto da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, em maio de 2006. Considerada como a mais séria crise da política externa ocorrida no primeiro governo Lula, ela foi rapidamente superada sem grandes prejuízos para os interesses de ambos os países. Porém, essa crise mereceu grande atenção por parte da Academia na medida em desencadeou uma forte reação nacionalista contra a Bolívia e uma forte oposição política e midiática contra o governo Lula, acusado de subordinar os interesses nacionais aos interesses ideológicos do Partido dos Trabalhadores.

Por crise, Bobbio, Matteucci e Pasquino definem como "um momento de ruptura no funcionamento de um sistema", uma "mudança qualitativa", positiva ou negativa, uma "virada". As crises podem ter um caráter endógeno ou exógeno ao sistema, se caracterizam pela "subitaneidade", por vezes por sua imprevisibilidade, por sua duração limitada, e por sua incidência no sistema no que tange a "importância relativa da colocação em jogo para os atores políticos e para os membros do sistema." (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, 305-306)

No caso da crise em foco, deve ser destacada a sua previsibilidade, uma vez que não só o, então candidato, Evo Morales anunciou durante toda a sua campanha política a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, bem como todos os demais adversários eleitorais. Além disso, houve o caráter de "subitaneidade" da ação de invasão das empresas da Petrobras. O envolvimento das forças militares bolivianas na operação de invasão agravou sobremaneira a situação política.

Essas circunstâncias da crise determinaram a diminuição do tempo de decisão do governo brasileiro, acrescidas das limitações impostas pelo respeito ao contrato existente entre Petrobras e o país andino, sobretudo no item relativo ao valor básico do fornecimento de gás. Outro desafio era garantir que o fornecimento contínuo de gás para a indústria paulista não fosse afetado. Esse contexto favoreceu a oposição política e a campanha midiática, que, entre outros clamores, exigiam uma resposta de força ao governo Evo Morales, inclusive com o uso das Forças Armadas nacionais. (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2017)

Assim, quando em 1º de maio de 2006, o presidente Evo Morales decretou a nacionalização do setor de gás e petróleo determinando a intervenção de tropas militares nas refinarias localizadas em território boliviana, ele tornou-se alvo de uma série de duras críticas por parte das empresas estrangeiras e dos setores conservadores da política latino-americana.

Coube ao governo brasileiro, em comunicado publicado no dia dois daquele mês, ponderar sobre a decisão do governo Morales como um ato soberano, um sonho de autonomia a ser compreendido e respeitado pelos países. Ao mesmo tempo, a Petrobras ameaçou recorrer a tribunais internacionais para garantir seus direitos, e o presidente da empresa, José Sérgio Gabrielli, em entrevista coletiva, anunciou o cancelamento de novos investimentos na Bolívia. Rapidamente, no dia 4 de maio, o presidente Lula reuniu-se com os presidentes Evo Morales, Hugo Chávez e Nestor Kirchner para discutir a crise, mas esse encontro foi duramente criticado pela oposição ao governo Lula, insatisfeita por não ter sido negociado uma indenização para Petrobras e um acordo em torno de valores para o gás boliviano. A partir daí, a crise ganhou contornos de forte oposição política e midiática contra o governo petista, como veremos nas páginas a seguir.

Dentre os aspectos dessa crise, de nossa parte buscamos analisar em que medida o comportamento da grande mídia brasileira afetou a condução e a solução político-diplomática da crise de 2006. Como analisamos ao longo desta dissertação, comprovamos que não houve flexibilização do governo brasileiro aos apelos da mídia *mainstream*, especialmente ao jornal O Globo. Organizamos a pesquisa a partir de uma visão multidisciplinar na qual os estudos da Comunicação, da Ciência Política e das Relações Internacionais[1] foram mobilizados para a consecução dos objetivos da pesquisa. O marco teórico utilizado apoiou-se na interpretação de Berringer (2015) sobre os condicionantes internos associados à interação e conflitos de interesses econômicos e políticos das frações de classe no bloco no poder e em seus desenlaces no Estado. Sobre a relação entre Mídias e Política, recorremos aos pressupostos teóricos da Teoria Crítica e ao pensamento político de Gramsci, mas também integramos conceitos específicos da Economia Política da Comunicação e do Jornalismo Político, campos da grande aérea da Comunicação Social. Como metodologia empregamos a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso para o tratamento das matérias publicadas no jornal O Globo, nossa principal fonte midiática de estudo, metodologias que transitam tanto em pesquisas da Comunicação como das Relações Internacionais. A opção por esse jornal observa, basicamente, o poder de ressonância que as matérias impressas têm em outros meios de comunicação uma vez que O Globo é o órgão da imprensa nacional que faz parte de um conglomerado midiático, Rede Globo, situação que amplia excepcionalmente seu poder de agência política.

A dissertação foi organizada em três capítulos. O primeiro capítulo estabelece as bases teóricas de nossa abordagem sobre a relação entre mídia e política externa brasileira (PEB),

[1] Distinguiremos a área Relações Internacionais pela grafia com iniciais maiúsculas, RI, de seu objeto de estudo, as relações internacionais, cuja grafia será, assim, mantida.

considerando a densidade e as disputas que envolvem essa relação. O segundo capítulo analisa os impactos da estatização das empresas da Petrobras na Bolívia, no contexto de nacionalização de seus hidrocarbonetos, do ponto de vista econômico e político, e a crise liderada pela oposição no Parlamento e pela grande imprensa nacional, especificamente a partir do jornal O Globo. O terceiro capítulo analisa a superação da crise e o triunfo da fração hegemônica do bloco no poder, composta, especialmente, pela burguesia interna.

Por fim, destacamos que esta dissertação buscou refletir que devemos nos ater a aspectos socioculturais ao analisar e ao desenvolver críticas a respeito da política externa brasileira. Para isso, considerar a mídia nacional faz-se necessário tendo em vista sua capilarização e capital social no país. Dessa forma, a mídia foi tratada como ator e agente político-econômico-cultural e, como tal, estabeleceu-se uma análise não só voltada a ela mesma, mas também para com sua relação com a política externa brasileira. Concluímos que o fracasso do poder de influência da mídia se demonstra na continuidade da tática do governo, que manteve sua posição conciliadora e aprofundou a política de cooperação regional. Os resultados do pós-crise foram, portanto, satisfatórios inclusive porque o governo Lula deu início a um programa para fortalecer a prospecção interna de petróleo e de gás, buscando alcançar uma autonomia no setor.

1 MÍDIAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Duas perguntas de pesquisa orientaram nossa investigação: Como entender o comportamento da grande mídia brasileira em relação à crise Bolívia-Brasil? E de que modo esse comportamento afetou a condução e a solução político-diplomática dessa crise?

Organizamos a pesquisa a partir de uma visão multidisciplinar na qual os estudos da Comunicação, Ciência Política e Relações Internacionais foram mobilizados para a consecução dos objetivos da pesquisa: entender o papel da imprensa na oposição à política externa do governo Lula no caso do contencioso Bolívia-Brasil, a reação desse governo e os resultados dessa crise. Porém, primeiramente, buscamos situar os marcos teóricos que dirigiram nossas reflexões.

1.1 Comunicação e Relações Internacionais

As excursões dos especialistas da área de RI aos estudos da Comunicação, e o emprego de conceitos e teorias da área, como *agenda-setting*, *CNN Effect*, *Al Jazeera Effect*, *Media Diplomacy*, Paralelismo Político, Democracia de Platéia, entre outros, remetem à discussão acerca da sub-representação de pesquisas empíricas e teóricas na área de RI. Deibert (2002) atribui como o principal fator para a sub-representação dessa temática a prevalência das teorias realista e liberal. E ainda que o autor admita a contribuição da vertente marxista, ele a considera insuficiente na medida em que essa vertente ignora aspectos fundamentais como as novas formas de comunicação da sociedade em rede que escapam do domínio dos grandes conglomerados internacionais de comunicação. Assim, ele apresenta sua proposta teórica para as RI como a mais competente para explicar a agência dos meios de comunicação na política internacional e no ordenamento político internacional. A *Medium Theory*, inspirada nas obras de Harold Innis e Marshall McLuhan, ambos reconhecidos teóricos da Comunicação, interpreta como "os meios de comunicação constituem um ambiente" que, historicamente, "tem estruturado as sociedades humanas" constituindo, sobretudo em sua versão midiática, uma "hiper-realidade das políticas mundiais" (DEIBERT, 2002, 27-47).

A proposta de Deibert (2002) esbarra, no entanto, na crítica que Williams (2016) dirigiu a McLuhan ao considerar sua teoria como uma "representação ideológica da tecnologia como causa" (determinismo tecnológico), ao invés de interpretar a tecnologia da comunicação, e em especial a televisão, como "uma intenção e o efeito de uma ordem social particular" (WILLIAMS, 2016, 138). Essa crítica se fundamenta em Marx, que entende que os meios de

comunicação não somente estão subordinados ao desenvolvimento histórico como devem ser entendidos como meios de produção. Segundo Williams, esse movimento ocorre pelo fato dos meios de comunicação "[serem] intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção." (WILLIAMS, 2005, p. 69-71). Dessa perspectiva, a crítica de Williams nos remete diretamente a duas grandes contribuições teóricas sobre o tema da cultura e da comunicação social, aquelas produzidas por Gramsci e pela Teoria Crítica.

Desde o início desta dissertação é importante anunciar que recorremos a Gramsci para, entre as múltiplas definições do conceito de cultura, adotar a sua definição: a cultura é "uma expressão prática, ou seja, estruturada e articulada, em suma, organizada ou organizadora da sociedade", que repercute diretamente na hegemonia dos grupos em disputa porque "hegemonia e cultura são categorias associadas" (BARATTA, 2017, p. 172-173).

Portanto, mesmo que a imprensa se localize na esfera da sociedade civil, ela é definida por Gramsci como sendo "o conjunto de organismos chamados comumente de privados e não na esfera da sociedade política ou Estado" e que "correspondem à função de hegemonia. O "grupo dominante exerce em toda a sociedade", todas as formas de jornalismo e de atividades publicitárias pressupõem outras forças que interagem, relacionam e coordenam as atividades jornalísticas, o

> "jornalismo integral", "[...] isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, consequentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área. (GRAMSCI, 1982, p. 10-11, 161-162, 191).

Ou seja, para Gramsci o jornal corresponderia a

> [...] um agrupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral; devemos pressupor ainda que se pretenda fundar-se em tal agrupamento para construir um edifício cultural completo, autárquico, começando precisamente pela ... língua, isto é, pelo meio de expressão e de contato recíproco. Todo o edifício deveria ser construído de acordo com princípios "racionais", isto é, funcionais, na medida em que se têm determinadas premissas e se pretende atingir determinadas consequências. Por certo, durante a elaboração do "plano", as premissas necessariamente se modificam [...] e a consciência da finalidade — ampliando-se e concretizando-se, reage sobre as premissas "adequando-as" cada vez mais. [...]. (GRAMSCI, 1982, 161-162).

Também na Era digital, os estudos de Comunicação reconhecem que o jornal impresso guarda importância e complexidade porque:

> "[...] entendido como o sistema que reúne, seleciona, hierarquiza, organiza e vende informações sobre a atualidade, possui um impacto político muito direto. É a ele, em primeiro lugar, que se dirigem os formadores de opinião e candidatos à liderança política; é dele que o público retira o material que contribui de maneira ostensiva para seu entendimento das alternativas políticas existentes a cada momento. É dele também que as novas formas de sociabilidade, como as redes sociais, retiram a maior parte do material que discutem e reinterpretam em seus próprios espaços." (BIROLI; MIGUEL; 2017, p. 8-9)

Assim, os estudos de Comunicação tem avançado significativamente em demonstrar a relação entre imprensa e política, enquanto o campo das RI, especialmente no Brasil[2], continua a ignorar o "meio comunicacional", seja na esfera local e/ou global.[3] Outro ponto a se observar, nesse sentido, é a gradual incorporação de elementos metodológicos da Comunicação, notadamente o emprego da Análise de Conteúdo, a partir de Laurence Bardin, e da Análise de Discurso, sustentados pelos estudos de Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau, em pesquisas de RI. Esse movimento representa uma aproximação da área de RI a algumas das agendas de pesquisa da Comunicação, especialmente àquelas ligadas às análises do texto ou do intertexto.[4]

No caso da segunda contribuição sobre os estudos de cultura e dos meios de comunicação no âmbito da área das RI, as contribuições dos teóricos da Teoria Crítica têm sido amplamente reconhecidas, especialmente o conceito de indústria cultural que tem como tema subjacente o conceito marxista de alienação na sociedade contemporânea. Isto é, o conceito defende que a sociedade contemporânea é dominada por um "sistema", a indústria cultural, que congrega diferentes "produtos" culturais produzidos sob o domínio da tecnologia e da racionalidade técnica que constituem a própria dominação que confere "o caráter repressivo da sociedade que se auto-aliena." (ADORNO; HORKHEIMER; 2012, pp.113-156). Para Deibert (2012, p. 37), no entanto, essa vertente marxista tudo reduz ao modo de produção e à luta de classes obscurecendo, assim, fenômenos não econômicos gerados pelas novas tecnologias de comunicação.

Podemos então supor que a crítica de Deibert revela um paradoxo, na medida em que um dos pontos que mais tem atraído a atenção dos estudiosos das RI refere-se à premissa de que os Estados nacionais têm sido confrontados com a redução de seu poder de influenciar a informação veiculada (GILBOA, 1987; 2001). Por um lado, devido à globalização e à política

---

[2] No Brasil, registramos apenas alguns poucos pesquisadores da área das RI interessados sobre o tema da comunicação e da informação nas relações internacionais: CASARÕES, 2012; FARIA, 2008, SALOMÓN, PINHEIRO, 2013; MONTEIRO, 2007; CAMARGO, 2012; LESSA, GAVIÃO, 2010.

[3] Rousiley Maia, professora da UFMG, fez uma substancial revisão de literatura internacional sobre o tema comunicação e política em *Mídia e deliberação* (FRANÇA et al., 2018, p. 20).

[4] LATTMAN-WELTMAN, 1994; MIGUEL, 1999, 2004; LIMA, 2004a.

de governança global, como sustentam Held e McGrew (2001), mas, por outro, devido à projeção das mídias vinculadas aos conglomerados comunicacionais mundiais, que têm diminuído a diversidade das fontes informacionais (WINSECK, 2008).

1.2 **A contribuição da Teoria Crítica na análise da sociedade de massas**

O termo Teoria Crítica foi usado pela primeira vez nos anos 1930 em um artigo de Max Horkheimer para contrastar com dois modelos concorrentes da explicação científica: a teoria "tradicional", ou positivismo, e o "marxismo vulgar". Horkheimer tomou o termo emprestado de Marx compartilhando o entendimento de que "uma teoria crítica não é meramente descritiva", mas é antes "uma forma de instigar a mudança social, fornecendo um conhecimento das forças da desigualdade social que pode, por sua vez, orientar a ação política que visa a emancipação". Essa contribuição teórica de Horkheimer fez dele "a força dominante na formação da Teoria Crítica", mas coube a Adorno articular "uma visão mais "estética" e precavida do potencial sistemático da Teoria Crítica" (RUSH, 2008, p. 27, 32, 33).

Ao analisar a contribuição da Teoria Crítica sobre a problemática da cultura de massa e da comunicação social, Brunkhorst pontuou que "Marx permanece sendo a referência central da Teoria Crítica da cultura de massa." (BRUNKHORST, 2008, p. 299). Isso porque Marx e Engels reconheceram o papel político e social dos meios de comunicação na sociedade burguesa, para bem e para mal, em dois momentos distintos da história, em 1848, à ocasião da publicação do Manifesto do Partido Comunista, e em 1852, à ocasião da publicação do 18 Brumário. Na base da análise de Marx, escreve Brunkhorst, está claro que

> Não poderia existir liberdade igualitária, democracia de massa e nem socialismo sem crescimento econômico tecnologicamente induzido. Essa suposição conectou o marxismo com o pragmatismo e, apesar de todas as revisões, alterações radicais e renovações, Horkheimer, Adorno e Habermas nunca a abandonaram (BRUNKHORST, 2008, p. 296).

Com relação ao papel dialético da tecnologia e dos meios de comunicação, o autor continua:

> Os *meios de comunicação de massa*, diz a tese central do *Manifesto*, são o meio *tanto* da globalização dominada pelo capitalismo *quanto* da emancipação das massas em relação a todas as relações de dominação, capitalistas e pré-capitalistas. Para Marx, Ernest Bloch, Adorno e Marcuse a tecnologia fica ao lado do 'extenuado e sobrecarregado, do 'oprimido e degradado' (BRUNKHORST, 2008, p. 300).

Sob vários aspectos, como observou Brunkhorst, desde publicação de A indústria cultural. O esclarecimento como mistificação das massas (1947), a Teoria Crítica mantém seu

entendimento em relação aos meios de comunicação. E Maar analisa que "a indústria cultural reflete a irracionalidade objetiva da sociedade capitalista tardia, como racionalidade de manipulação das massas." Essa indústria "obscurece por razões objetivas, aparecendo como uma função pública da apropriação privada do trabalho social. Na continuidade de seu próprio desenvolvimento, o esclarecimento se inverte em obscurantismo e ocultamento." (MAAR, 2012, p. 21-22)

Essa formulação está claramente posta em diversos artigos de Adorno. Em Televisão e Formação, entrevista na qual ele afirma "suspeitar" que "a televisão contribui para divulgar ideologias e dirigir de maneira equivocada a consciência dos espectadores" através de uma "técnica de transmissão certamente moderna", mas duvidosa em termos de sua contribuição para a produção de uma "consciência evoluída". (ADORNO, 2012, p.77). Em *Educação Pós-Auschwitz,* conferência proferida em 1965, sua análise sobre a insuficiência do papel da educação na "desbarbarização" do meio rural na Alemanha do pós-guerra é também taxativa:

> Mesmo a televisão e os outros meios de comunicação de massa, ao que tudo indica, não provocaram muitas mudanças na situação de defasagem cultural. [...] Sobretudo é preciso atentar ao impacto dos modernos meios de comunicação de massa sobre um estado de consciência que ainda não atingiu o nível do liberalismo cultural burguês do século XIX. (ADORNO; 2012, p.126)

Mas para Brunkhorst essa percepção de que a tecnologia mitigaria o "barbarismo" da vida do campo concentra alguns problemas, uma vez que permite entrever uma certa concessão ao determinismo tecnológico e uma visão heteronôma exclusivamente dirigida às populações rurais. No entanto, ele também observa que Adorno se distanciou de Benjamim e da teoria socialmente otimista do rádio de Brecht[5] inaugurando uma nova tendência do pensamento crítico que é o de enxergar os meios de comunicação dentro da chave sistêmica cultural. Dessa forma, Adorno, Horkheimer e Marcuse perceberam que "a filosofia positiva da história – superada por Marx em face de suas experiências negativas, mas renovada ulteriormente no marxismo ortodoxo – reverte-se em seu oposto: uma *filosofia negativa da história*" (BRUNKHORST, 2008, p. 306)

É nessa linha de pensamento crítico que se inscreve A indústria cultural. A mistificação como esclarecimento das massas, artigo em que Adorno e Horkheimer (1985) se contrapõe a visão sociológica de "caos cultural" da sociedade contemporânea.

---

[5] Cabe um contraponto sobre o otimismo de Brecht, como salienta Celso Frederico (2007, p. 223) ao dizer que "o rádio não criou nada de novo, apenas reproduziu procedimentos próprios dos meios anteriores. Cada novo meio de comunicação parece condenado a representar o papel de vampiro que se alimenta das invenções anteriores". Frederico (2007) acredita que não havia otimismo ingênuo em Brecht.

> "Pois a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança. O cinema, o rádio e as revistas constituem um sistema. Cada setor é coerente em si mesmo e todos o são para o conjunto. [...] A unidade evidente do macrocosmo e do microcosmo demonstra para os homens o modelo de sua cultura: a falsa identidade do universal e do particular." (ADORNO; HORKHEIMER,1985, p. 113)

Ainda que as massas tenham aspirações[6], elas apoiam firmemente a ideologia pela qual estão sendo dominadas ou subjugadas, o que Adorno (2009) sustenta como o paradoxo da autonomia[7]. Brunkhorst (2008), ao comentar sobre o paradoxo da autonomia de Adorno, salienta que

> "os sujeitos são livres [...] na medida em que são conscientes de si mesmos e idênticos a si mesmos; e, novamente, não são livres em tal identidade na medida em que permanecem sob e perpetuam as limitações dessa identidade. Enquanto naturezas não idênticas e difusas, eles não são livres e, todavia, como tal, eles são livres, visto que suas agitações esmagadoras – pois a não identidade do sujeito consigo mesmo não é nada além disso – livram-nos do caráter limitante da identidade" (ADORNO, 2009 apud BRUNKHORST, 2008, p. 311)

Expoente da segunda geração da Escola de Frankfurt, Habermas critica essa ideia massificadora de Adorno e Horkheimer (2012) propondo outras visões. Ele argumenta que a sociedade é totalmente definida pela comunicação entre os indivíduos e que a negação determinada – partindo de Hegel – é base para as contradições existentes na sociedade. Ao retomar o conceito de cultura ele enxerga a arte, seja ela de massa ou não, com um caráter possivelmente antitradicionalista ou revolucionário por tratar de questões que podem invocar sentimentos dessa magnitude. De acordo com essa abordagem, é possível perceber distinções no público e no privado, o que iria de encontro à tese defendida por Adorno e Horkheimer (2012) do poder invisível. Para Habermas (1988, p. 70, *tradução minha*) o "espaço de manobra" do Estado é "limitado, já que o sistema cultural é particularmente resistente ao controle administrativo: *não existe produção administrativa de sentido*". (BRUNKHORST, 2008, p. 319-326)

Essa falsa sensação de liberdade e a perspectiva sistêmica da sociedade, faz com que se levantem questionamentos acerca de movimentos de inclusão ou de exclusão. Ainda que haja uma massificação da vontade dos indivíduos, a preocupação sobre o que é válido e o que não é está, também, no cerne da Teoria Crítica. Nesse cenário, pode-se perceber tanto para a área de

---

[6] Essa sistematização do poder da indústria cultural e sua quase invisibilidade muito se assemelha à teoria foucoultiana de poder. Brunkhorst (2008) também lembra sobre a teoria feminista do sujeito e da forma como ela foi desenvolvida, dando segmento a Foucault e Althusser, a partir do trabalho de Judith Butler. Quando Brunkhorst (2008) menciona Butler, ele comenta especificamente de Butler (1997), quando entende que o poder não só forma o sujeito, mas também condiciona seu desejo.

[7] Adorno (2009) retoma o conceito kantiano de liberdade e sustenta que não pode existir qualquer conceito de autonomia que não leve a consequências heteronômicas.

comunicação – quando se pensa em julgamentos morais sobre condutas de governos – quanto para a área das RI, especificamente quando Linklater (1992) aborda a questão da inclusão e exclusão por parte dos Estados, que há possibilidades de interação, seguindo a Teoria Crítica, quando se pensa em movimentos migratórios, acordos comerciais no âmbito internacional, meio ambiente e em ações esperadas em momentos de crise. Essa preocupação é característica da Teoria Crítica e se assemelha com trabalhos de correntes diferentes, como o pós-estruturalismo, o pós-colonialismo e o feminismo.[8]

É a partir dessas premissas que esta dissertação aborda a relação entre a Mídia[9] e a Política Externa brasileira. Para isso, empregamos a Teoria Crítica e autores que trabalhem de forma relativamente próximas às preocupações dessa corrente. Já existe uma literatura sobre Mídia e Política tanto com abordagens voltadas ao interior dos países em níveis subnacionais, vide Herrmann (2016), quanto a abordagens internacionais Hallin e Mancini (2004); no entanto, há uma lacuna específica na área de RI em não trabalhar a temática das mídias. Nesse caso, especificamente, há pouquíssimos trabalhos que tentem aliar a Teoria Crítica para as RI e com a preocupação de analisar a relação entre Mídia e Política Externa. (MACMILLAN, 2004).

1.3 **Mídia e Política na América Latina**

Para a análise sobre a relação entre Mídia e Política, destacamos algumas discussões que julgamos relevantes para a contextualização geral da nossa problemática chamando a atenção para a "globalização" de vários processos que dizem respeito aos meios de comunicação na sociedade contemporânea em geral.

Por exemplo, o conceito de "paralelismo político" (HALLIN; MANCINI, 2004) contribuiu para entender como o jornalismo se baseia em princípios normativos e práticas profissionais muito diferentes daqueles que a pesquisa acadêmica pressupõe associados ao "jornalismo independente". No caso de sua aplicação ao jornalismo brasileiro, Albuquerque (2012, p.7) considera que:

---

[8] A Teoria Crítica tem, como um de seus propósitos principais, a emancipação por conta das relações desiguais de poder. O termo "emancipação" pode sugerir uma posição, em tese, privilegiada do autor, que poderia chancelar ou não o momento emancipatório. Essa problemática que vem desde Kant, Marx e Hegel foi interpretada, especialmente por Habermas e Honneth, como sendo uma distorção ou um problema patológico na comunicação, uma vez que essa era distorcida pela relação desigual de poder. Nesse caso, a emancipação está voltada para a remoção da distorção na comunicação, o que passa diretamente pelas relações de poder inter e intraestatais. (SHAPCOTT, 2008)

[9] Entendo mídia nos moldes de Lima (2004, p. 50): "A *mídia*, plural latino de *médium*, meio, será aqui entendida como o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana".

> Tendências análogas podem ser percebidas no jornalismo brasileiro – de resto, um dos primeiros a aderir (ao menos formalmente) ao ideal da objetividade como seu princípio norteador – como o ilustram os embates entre as revistas Veja e Carta Capital ou, de um modo mais geral setores da mídia tradicional (e conservadora) e os chamados "blogueiros progressistas". Esta crise é particularmente significativa quando se considera que, durante a década de 1990 e a primeira metade da década de 2000, havia uma percepção bastante difundida de que, em todo o mundo, a lógica dos meios de comunicação e sua relação com a política estavam convergindo em direção aos padrões encontrados nos Estados Unidos – o que se tornou conhecido como o paradigma da "americanização" dos meios de comunicação. Em face da crise da objetividade jornalística faz bastante sentido considerar se o conceito de paralelismo político não poderia, em algum grau, substituí-lo como modelo analítico em termos mais amplos.

Hallin e Mancini (2004) também consideram que a conformação do sistema midiático e do sistema político deve ser estudado em conjunto. Em artigos e livros em que apresentam comparações entre diferentes sistemas de comunicação, os autores criam três tipos de modelos idealísticos: o modelo liberal, o modelo mediterrâneo e o modelo democrático-corporativista. O primeiro modelo é característico de países como EUA, Canadá e Irlanda, possuindo caráter comercial, com baixa atuação do Estado nos meios de comunicação e com pouco paralelismo político[10]. O modelo mediterrâneo ou pluralista-polarizado é característico na Espanha, na Itália e na Grécia, onde há próxima relação entre políticos e mídia, com papel relativamente forte do Estado e com alto grau de paralelismo político. No terceiro caso, o modelo democrático-corporativista é mais facilmente encontrado na Suécia, na Noruega e na Bélgica, onde há uma imprensa comercial e representativa, aliada a um alto paralelismo político.

Dessa perspectiva é que o conceito de "democracia de platéia" (MANIN, 1998) interessa para se questionar a idéia, subjacente ao conceito, de que a disputa política travada na esfera da mídia se dá em um terreno neutro.

Para a América Latina, no entanto, esses modelos não são suficientemente apropriados ainda que o modelo mediterrâneo corresponda, em parte, ao que se observa no Brasil.

No caso da América Latina, Guerrero e Márquez-Ramírez (2014a) conceberam o conceito "modelo liberal capturado" para explicar duas tendências gerais, e aparentemente conflitantes: a concentração dos meios de comunicação e o surgimento do intervencionismo do Estado por parte dos governos progressistas eleitos nos anos 2000. Em ambos os casos, os autores consideram que prevalece uma "debilidade institucional" que se manifesta no clientelismo e na discricionariedade da aplicação dos marcos legais. É por isso que para explicar a região eles partem da premissa de que não há uma correlação rígida entre política e mídia,

---

[10] Resumidamente, é quando o sistema midiático reflete as diferenças ideológicas dos partidos políticos. Dessa forma, quando há um alto grau de paralelismo existe representação midiática das ideologias partidárias e vice-versa.

mas, sim, uma afinidade seletiva. Nesse sentido, o modelo se chama “liberal” por possuir princípios liberais de conceito privado e por haver uma “captura” dos meios de comunicação, uma vez que há uma distorção regulatória que não segue a mesma lógica liberal econômica.

Essa “debilidade institucional” remontaria ao fim dos decadentes governos militares que conduziram o processo exigido pelos grupos nacionais de comunicação: reformas liberais e o fim da ingerência econômica estatal por meio de privatizações. Porém, após o fim das ditaduras, novos atores políticos se uniram aos atores midiáticos conservadores, o que não mudou a concentração dos grandes grupos midiáticos na América Latina. O resultado foi que os processos de privatizações na América Latina significaram maior debilidade regulatória do Estado, clientelismo e concentração de propriedade cruzada[11] dos já grandes meios de comunicação. (GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014a)

Seriam variáveis dependentes o fato de os grupos de mídia na América Latina serem muito mais conservadores se forem comparados com os grupos tratados por Hallin e Mancini (2004), em função da comprovada relação que possuem com políticos ou partidos conservadores, como analisaram Albuquerque (2012) ou Santos e Stevanim (2010) .Também foi constatado que o apoio da mídia latino-americana a partidos conservadores muda mais regularmente porque os partidos são historicamente frágeis na região. Houve, em momentos específicos, coalizões eleitorais em torno de figuras políticas fortes, como Perón, Varas e Haia de La Torre, por exemplo, mas, historicamente, os partidos não são tão fortes na América Latina. Nesses casos, o papel do Estado ficou mais relacionado a relação da força das coalizões políticas do que com o aparato legal ou institucional. Com isso, certas formas de instrumentalização da mídia foram percebidas pelos autores, a depender da força política no poder, com negociações de ordem legal, o que gerava maior concentração ou não de força aos donos da mídia. A mídia latino-americana trabalhou, portanto, mais como uma mediadora dos interesses das elites do que como difusora da informação – constatação que os especialistas registram a partir do escasso, mas influentes leitores que os grandes jornais possuem (GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014a)

Os autores Guerrero e Márquez-Ramírez (2014a;b) sustentam que o modelo midiático da América Latina apresentaria duas grandes características principais. Há baixa efetividade regulatória, o que é percebido pelo contexto histórico de clientelismo aliado ao apoio às privatizações e pela colonização de estruturas midiáticas por partes de grupos políticos. E segundo, existe uma instrumentalização do papel de vigilância dos jornalistas, uma vez que há

[11] Termo usado para definir a propriedade, por parte de um único grupo, de jornais, rádios, televisão e, mais recentemente, de canais na internet.

ingerência de interesses extra-jornalísticos nas condições dos próprios processos investigativos, o que leva não só a omissões e ênfases exageradas, mas também a precarização da proteção aos jornalistas. Há um acúmulo desigual entre os donos midiáticos que apoiam a monopolização dos meios de comunicação vis-à-vis o jornalismo independente.

Pode-se interpretar, diante do contexto apresentado, o motivo pelo qual o modelo se chama "liberal capturado". A parte liberal tem o predomínio de práticas econômicas publicitárias, com a existência de garantias legais que, em tese, regulam a liberdade de imprensa e de expressão, o que se torna justificativa para o desregulamento e para efetividade do mercado. A captura se pensa como estrutural, já que o Estado e a mídia distorcem a efetividade desta a partir de regulamentações que beneficiam ambos, e operativo, porque essa inter-relação instrumentaliza o jornalismo que leva a falta de proteção aos próprios jornalistas. A captura existe quando há proximidade entre as elites políticas e as elites midiáticas tradicionais sustentadas por discursos de reformas liberais econômicas. Ainda que, por ventura, haja atores políticos que se dizem *outsiders* e que pretendem reduzir os malefícios das políticas neoliberais, a captura é dada quando se criam outros grupos e a elite política se alia a esse novo. (GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014a; GUERRO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014b)

No caso brasileiro, há uma forte relação, seguindo Guerrero e Márquez-Ramírez (2014a, b), entre as elites políticas momentâneas e as tradicionais elites midiáticas conservadoras. Essa tradição gerou um mercado midiático brasileiro fortemente concentrando nas mãos de cinco grandes grupos ou proprietários. Embasando essa afirmação, o relatório do *Media Ownership Monitor*-Brasil (MOM-Brasil), que é apoiado pelo Repórteres Sem Fronteiras (doravante, RSF) e pelo coletivo Intervozes[12], apresentou algumas constatações que valem a pena serem transcritas:

> Cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade dos veículos: 9 pertencem ao Grupo Globo, 5 ao Grupo Bandeirantes, 5 à família Macedo (considerando o Grupo Record e os veículos da IURD, ambos do mesmo proprietário), 4 ao grupo de escala regional RBS e 3 ao Grupo Folha [...] Os grupos nacionais de comunicação listados no MOM-Brasil possuem também relações de afiliação com grupos regionais de mídia [...] Outro ponto a ser destacado é que grande parte dos grupos pertencem a famílias que transmitem seus negócios – e suas concessões públicas, no caso de rádio e TV – para as gerações seguintes. Entre eles, há alguns bilionários listados pela revista Forbes (2017), como Roberto Irineu Marinho, José

[12] Segundo o próprio site, o Intervozes (2019) se define como "Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. Para o Intervozes, o direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia: uma sociedade só pode ser chamada de democrática quando as diversas vozes, opiniões, culturas e raças que a compõem têm espaço para se manifestar. O coletivo é formado por ativistas e profissionais com formação e atuação nas áreas de comunicação social, direito, arquitetura, artes e outras, distribuídos em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal. Cada associada e associado do Intervozes é, ao mesmo tempo, promotor(a) de ações locais e colaborador(a) na formulação e realização de estratégias nacionais adotadas pelo coletivo".

> Roberto Marinho e João Roberto Marinho (Grupo Globo), [...] Macedo foi o único a contestar as informações, dizendo que a revista confundiu suas propriedades pessoais com as da igreja [...] Há ainda que se destacar que há políticos donos de mídia, inclusive de emissoras de rádio e TV, mesmo que a legislação brasileira proíba. Esses políticos são donos de emissoras afiliadas das redes nacionais [...] os interesses dos grupos impedem a existência de uma pluralidade de vozes, o embate de opiniões e a coexistência de valores e visões de mundo diferentes. A mídia brasileira de maior audiência é controlada, dirigida e editada, em sua maior parte, por uma elite econômica formada por homens brancos." (REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS, 2019)

Outro ponto a ser destacado é que o Estado brasileiro se pauta numa relação com as elites midiáticas em diferentes funções. Há propaganda política – exaltação de conquistas em obras – a propaganda de cunho informativo – campanha de vacinação –, defesa de pautas específicas, como reforma trabalhista e da previdência, transmissão de grandes eventos para aumento de popularidade do governo – Jogos Pan-americanos, Copa do Mundo, Olimpíadas, Copa América. É perceptível, também, quando há uma quebra dessa relação, especificamente em momentos nos quais há ora uma ênfase em temas que envolvam, por exemplo, corrupção – Mensalão e Lava-Jato – ou quando há silenciamento, que ocorre quando se pretende ou proteger ou minar alguma atitude do governo. Essa relação se dá em diversas pautas da administração pública e, no caso específico examinado nesta dissertação, dar-se-á na agenda da política externa.

1.4 **Mídia, Estado e Política externa brasileira**

Observamos que a visão marxista de Gramsci (1982), em seu capítulo sobre jornalismo, aponta o efeito de criação de imagens a partir dos jornais e da demanda que os espectadores têm sobre as imagens criadas anteriormente. Esse fluxo se transforma de uma maneira que nunca é, necessariamente, do jeito que o jornal ou que os meios de comunicação pensaram anteriormente. Dessa forma, não seria correto afirmar que há uma inteira passividade na opinião pública, já que

> Durante a elaboração do 'plano', as premissas necessariamente se modificam, dado que, se é verdade que uma certa finalidade pressupõe certas premissas, é também verdade que, durante a elaboração real da atividade determinada, as premissas são necessariamente modificadas e transformadas, e a consciência da finalidade – ampliando-se e concretizando-se, reage sobre as premissas 'adequando-as' cada vez mais [...] se as finalidades começam progressivamente a se realizar, o fato mesmo desta realização, da efetibilidade alcançada, modifica necessariamente as premissas iniciais, que porém não são mais ... iniciais e, consequentemente, modificam-se também as finalidades imagináveis, e assim por diante. (GRAMSCI, 1982, p. 162)

É, por isso, que não se entende, nesta dissertação, qualquer unidirecionalidade ou passividade com relação à opinião pública da sociedade brasileira. Partindo-se da idéia de "estereótipos", formulada por Lippman em 1922 (2008), na qual há uma impossibilidade estrutural, inerente ao sistema jornalístico, de passar todas as visões do fato, e do próprio sujeito, que não tem capacidade de lidar com todas as sutilezas que a sociedade tem, converge-se com Gramsci (1982, p. 168) ao dizer que "o leitor comum não tem, e não pode ter um hábito científico, que só se adquire com o trabalho especializado". A semelhança se dá somente na percepção de que a transmissão da informação não pode conter todas suas nuances, seja por impossibilidade sistêmica jornalística seja pelo fato de que o leitor não precisa e não tem hábito científico. Lippmann (2008) advoga a manipulação para a criação de estereótipos com o intuito de formar consensos, tendo em vista que, para esse autor, a adesão da opinião pública é necessária para a estabilidade das democracias liberais.

Além disso, Lippman (2008) traz observações importantes a respeito do conceito de opinião pública. Para o autor, as pessoas não conseguem, necessariamente, ter visões exatas da realidade exterior e, por isso, criam imagens que, ao longo do tempo, viram estereótipos. Essa constatação é importante na medida em que o jornal é, diariamente, disponibilizado, e pelo fato de a comunicação ser mediada pelos meios tradicionais de comunicação. Percebemos que há uma conexão entre os meios de comunicação e o Estado, e entre os meios de comunicação e a sociedade. Tanto a opinião pública quanto o jornalismo, para Gramsci (1982), são fenômenos essenciais para se entender e é por isso que advogamos tais conceitos nesta dissertação.

No que se refere ao Brasil, há diversas teses da Ciência Política que ligam a mídia com a política brasileiras. O professor Venício Lima (2004b, p. 50-55) estabeleceu sete teses para se debruçar sobre esse fato: a mídia é central para permear diferentes processos da esfera pública; não há política sem mídia; a mídia está substituindo os partidos políticos; a mídia alterou as campanhas eleitorais; a mídia se transformou em importante ator político; características históricas do sistema midiático brasileiro potencializam seu poder; as características da população brasileira potencializam o poder da mídia. Para fins desta dissertação, atentar-me-ei na primeira tese, que dá um caráter de representação da realidade, e na sexta tese, sobre as características do sistema midiático.

Lima (2004b) analisa como as sociedades contemporâneas tornaram-se permeadas pela troca de informações que se dão pelas mídias. No caso do Brasil, ele observa que a centralidade da mídia, especialmente da televisiva foi fortalecida no período da ditadura militar, quando militares e aliados civis entenderam que tanto por razões de segurança do regime quanto de mercado fazia-se necessário a criação de infraestrutura física para a consubstanciação da mídia

em cenário nacional. Os militares foram os primeiros, segundo Lima (2004b, p. 51), a utilizar politicamente as mídias, não só pela censura, mas também "com o apoio conquistado – explícito em muitos casos – das principais redes impressas e eletrônicas, algumas consolidadas durante o próprio período militar". Mas a centralidade das mídias na sociedade brasileira não advém unicamente dessa proximidade com a política, ela decorre também dos avanços tecnológicos dos meios de comunicação que conduziram a essa centralidade. Dessa forma, a construção da opinião pública pelos meios de comunicação tornou-se gradualmente mais efetiva[13].

A mídia se tornou central e aos poucos se popularizou, sendo comparada, inclusive, com instituições como a família e a igreja, que adotaram a lógica midiática e mudaram até mesmo sua forma de se expressar num fenômeno de "midiatização" (HJARVARD, 2012).

Para Lima (2004b, p. 51) "o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz" da vida humana, porque é "através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente".

No Brasil, o desenvolvimento histórico do sistema midiático e sua potencialização está relacionado aos interesses econômicos e políticos. Aires e Santos (2017) defendem que se pode analisar esse sistema em duas chaves: pela natureza econômica dos meios de comunicação ou pela geografia da comunicação[14]. Outra característica é a dependência econômica que o sistema midiático tem com relação ao fomento estatal. Essa relação específica tem a propaganda e a publicidade como epicentros da dependência[15]: verbas oficiais da administração pública federal, concessões, fomento, controle de programação, subsídios fiscais e fiscalização (AIRES; SANTOS, 2017).

> Apesar dos indícios aparentes de dependência econômica, as vozes centrais do sistema midiático comumente buscam demonstrar uma natureza claramente comercial, afastada do Estado. Parecer um mercado 'puro', independente, alheio às práticas

[13] Para Bolaños (2008, p. 18): a "hegemonia cultural, controle da informação e poder de censura passam das mãos do Estado para as de um grupo extremamente reduzido de empresas, responsáveis agora pela organização do debate público, com consequências nefastas para a democracia, a depender do grau em que o próprio Estado nacional se submete aos interesses particulares da oligarquia que controla os grandes meios de comunicação".

[14] Igualmente importantes são os estudos sobre a regulamentação do ambiente comunicacional brasileiro em Jambeiro (2000) e Lima (2004a, b). Em âmbito latino-americano, em Becerra (2014) e Becerra e Mastrini (2017).

[15] Aires e Santos (2017, p. 18) descrevem alguns casos de inter-relação de publicitários com políticos: "Basta observar que, no bojo dos grandes escândalos políticos dos últimos governos brasileiros, estava o nome do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza – nos casos conhecido como Valerioduto Tucano, relativo à reeleição do governo estadual em Minas Gerais, em 1998, e no primeiro abalo dos governos petistas, com o chamado Mensalão, em 2005 – e, com maior expressividade, os dos baianos José Eduardo Cavalcanti de Mendonça, conhecido como Duda Mendonça, e João Santana de Cerqueira Filho, conhecido como João Santana – responsáveis por diversas campanhas de sucesso eleitoral, no cenário nacional e internacional, e diretamente envolvidos nos escândalos conhecidos como Mensalão e Lava-Jato. "

> políticas é parte importante na construção simbólica da credibilidade dos produtos comunicacionais. (AIRES; SANTOS, p. 21)

Parecer independente é fundamental para o sistema midiático, na medida em que "a produção de bens simbólicos, as instituições aparentemente encarregadas de sua circulação fazem parte integrante do aparelho de produção que deve produzir, não só o produto, mas também a crença no valor do seu próprio produto." (BOURDIEU, 2001, p. 163 *apud* AIRES; SANTOS, p. 21)

Em alguns aspectos, o jornalismo brasileiro não se difere muito do que ocorre nos Estados Unidos em alguns aspectos. Como já foi mencionado, o sistema midiático brasileiro possui suas características próprias e baixíssimo paralelismo político, o que *per se* já o distancia da mídia estadunidense; assemelha-se, contudo, no que se refere à evolução da forma profissional que os brasileiros utilizam. Nesse sentido, cabe uma rápida digressão histórica, seguindo Schudson (2018), que chama atenção para o fato de que na década de 1920, que seria o momento em que o repórter passa a distinguir a sua visão com a visão que deveria ser noticiada. Posteriormente, entre a década de 1960 e 1970, passou-se para a era da "objetividade 2.0", que consistia no papel do jornalista de *watchdog* ou de *accountability* e, com isso, o jornalismo passou a ser bem mais agressivo e assertivo, uma vez que se enxergou como um dos pilares da democracia – lógica de liberdade de imprensa ser medidor de qualidade democrática, o que se utiliza na *Freedom House* por exemplo. (SCHUDSON, 2018)

A partir dessa evolução, pode-se pensar em como o jornalismo brasileiro se comporta no cenário nacional de forma semelhante ao jornalismo norte-americano. O professor Afonso Albuquerque (2017) debate o papel da mídia brasileira no que se refere à ideia que ela tem dela mesma de ser um "quarto poder" na democracia. Primeiramente, Albuquerque (2017) trata do modelo hegemônico de se pensar a imprensa, como sendo livre, independente e inerente à democracia, que possui relação direta com os ideais liberais, que advêm do idealismo promovido pelos Pais Fundadores, nos EUA – se tratava, portanto, de um modelo específico e local. Nesse caso, houve uma evolução, concomitante à apresentada por Schudson (2018), do modelo de democracia americano se tornar um modelo academicamente válido e com o intuito de poder ser comparado com outros países. Mesmo com essa base liberal clássica e sua subsequente implementação acadêmica e jornalística, o jornalismo brasileiro não se portou neutro ou pragmático quando da virada à esquerda dos países latino-americanos. A imprensa nacional não fez oposição apenas nacionalmente, mas também em escala regional com o *Grupo*

de Diários da América[16], organizado a partir de Miami e que conta com onze grandes jornais da América Latina, que possuem a intenção de influenciar a opinião pública dos seus países de forma uníssona.

O Estado para Gramsci (1972) é vista de maneira ampliada, incluindo a própria sociedade organizada de maneira soberana, para Poulantzas (1980) o Estado é uma relação social fundada na luta de classes que se aprofunda com as contradições da realidade. Gramsci partia de visões mais totalizantes do que as de Marx, além de se importar com o papel da cultura no Estado. Não pode se entender, seguindo Gramsci, que a sociedade política e a sociedade civil sejam indissociáveis com relação à própria concepção de Estado: nesse caso, ambos são produtores e reprodutores do consenso. Tal consenso tem o papel de educar e de se produzir de maneira organizada, onde sociedade política agrega o papel privado da sociedade civil. Há, por último, uma citação que vale a pena ser transcrita para que se conecte com o papel de conformador de consenso e de produção de cultura

> Gramsci alude ao Estado que 'educa para o consenso' a propósito da criação de uma 'opinião pública': 'O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil' (Q 7, 83, 914 [CC, 3, 265]). (PRESTIPINO, 2017, p. 519)

Seguindo nessa linha de pensamento e inspirada pelas leituras de Nicos Poulantzas, Tatiana Berringer (2015) propõe uma visão neomarxista para se compreender a política externa brasileira. Em seu livro, contrasta os momentos de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva demonstrando que as diferentes atuações em política externa, saindo de uma "subordinação passiva" para uma "subordinação conflitiva" que correspondem à mudança da fração hegemônica no bloco no poder.

Essa visão se contrasta com as interpretações mais clássicas da área, que variam de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2008), a institucionalistas liberais, como Maria Regina de Lima (2000) e Miriam Saraiva (2010), as quais agregam o *mainstream* das interpretações sobre política externa no Brasil. A visão de Cervo e Bueno (2008) aproxima-se com de uma visão de Estado mais unitário, com interpretações economicistas e de classe; ao passo que Lima (2000) e Saraiva (2010) interpretam a política externa com um olhar voltado às instituições políticas,

---

[16] De acordo com o Grupo de Diários da América (2019, tradução minha), eles são "um consórcio exclusivo integrado por onze jornais independentes com a maior influência na América Latina: *La Nación* (Argentina), O Globo (Brasil), *El Mercurio* (Chile), *El Tiempo* (Colômbia), *La Nación* (Costa Rica), *El Universal* (México), *El Comercio* (Peru), *El Nuevo Día* (Porto Rico), *El País* (Uruguai), *El Nacional* (Venezuela) e *La Prensa Gráfica* (Salvador)". Ainda seguindo, eles têm o "papel chave de informar e influenciar na opinião pública de seus respectivos mercados" e dizem que podem ser "considerados como o recurso mais poderoso de comunicação da América Latina". (GRUPO DE DIÁRIOS DA AMÉRICA, 2019)

como o Itamaraty e as organizações multilaterais. As autoras estão entre as mais citadas e reconhecidas na área de Política Externa brasileira e, por isso, influenciam boa parte da produção acadêmica nacional.

Mas a opção por Berringer (2015) deu-se em um cenário onde será possível acoplar uma visão totalizante de Estado, incluindo a política externa, bem como a atuação da mídia, o que não é abordado por Berringer (2015) ou por Poulantzas (1980) da forma que utilizarei. [17]

No que se refere à política externa brasileira, vale sustentar uma visão de Estado que se baseia em Nicos Poulantzas (1978; 1980). Não caberá, infelizmente, um largo debate acerca de suas ideias, mas, no que se referir às noções de burguesias e frações hegemônicas, é interessante que sejam discutadas. Poulantzas (1980, p. 30) argumenta que não se pode entender o Estado sem compreender as relações de produção que esse constitui com as classes sociais e a própria luta de classes. Como já foi mencionado aqui, os grandes meios de comunicação têm relações estreitas com o os governos tanto de situação quanto de oposição a depender do caso e estes potencializam as vozes de determinadas classes. Poulantzas (1978) trabalha com frações de classes e suas disputas para impor agendas que dizem respeito à própria luta de classes tanto dentro da fração específica quanto fora. A exemplo de Poulantzas (1978, p. 70-84), quando trata do Estado-nação, ele denota três tipos de burguesias que são características do Estado capitalista: burguesia nacional, burguesia compradora e burguesia interna. A burguesia nacional é uma fração de classe que possui base de acumulação em seu país e, a depender da situação, pode se juntar para combater pautas imperialistas. A burguesia compradora é, contrariamente à anterior, de base de acumulação capitalista externa ao país em questão e pode se portar como agente do capital imperialista. A burguesia interna estaria entre as duas burguesias anteriores, já que possui características relativamente parecidas com as demais; define-se, portanto, por ter relações com o capital internacional, mas, ao mesmo tempo, possui base de acumulação interna o que a leva a não romper ligações com pautas que podem ser da burguesia nacional.

Nesse sentido, acredito que haja uma relação histórica entre as pautas defendidas ou atacadas para a política externa brasileira a partir dos meios de comunicação a depender da fração hegemônica no bloco no poder. Como Berringer (2015) trabalha em livro baseado em sua tese de doutorado, as relações entre o Estado e as frações burguesas no poder explicam a mudança na atuação externa e internacional do Brasil. Quando Berringer (2015) analisa as

---

[17] Cabe, aqui, uma citação de Theotônio dos Santos (2020, p.51) para fazer um contraponto: “Marx não autorizaria jamais uma concepção classista que colocasse em oposição a análise das economias nacionais e o estudo de sua articulação com a economia mundial. Ele sempre entendeu a formação do capitalismo como a dialética entre a economia mundial, como fenômeno independente, e o conjunto de economias nacionais em competição, apoiando-se nos seus Estados nacionais”.

mudanças entre a subordinação passiva dos tempos de Fernando Henrique Cardoso e os tempos de subordinação conflitiva, durante o período Lula da Silva, é perceptível que a mudança das frações burguesas – primeiramente a fração hegemônica era a burguesia compradora, já que foi ligada ao capital financeiro nacional e internacional, e deu lugar à grande burguesia interna – foi objeto de disputa de classes. Essa disputa pôde ser percebida nas desqualificações tratadas pelo jornal o Globo, que, ao meu entender, se enquadra na burguesia interna, mas que se aproxima, cada vez mais, da burguesia compradora pela própria lógica de mercado que a empresa tomou ao longo dos anos. No caso da Bolívia, foi evidente que houve enquadramentos com o intuito de desqualificar não só o governo e o Partido dos Trabalhadores, mas também a fração politicamente hegemônica no bloco no poder. A partir desse caso específico, pode-se depreender que a luta de classes nos demonstra a luta de poder latente dentro do Estado e do espaço que os grandes meios de comunicação pretendem adquirir.

Parte-se, portanto, de uma visão totalizante de Estado, que é responsável pelas suas políticas sejam elas internas ou externas. Partindo da evolução histórica interna dos meios de comunicação e sua relação direta com o Estado, além do nosso modelo de democracia representativa ser muito ligado por alianças e coalizões[18] em torno de figuras poderosas, o modo pelo qual o jornal age ou reage à determinadas decisões externas diz respeito à posição que uma fração burguesa toma em frente à dominante. Essas características nacionais são essenciais para que se interprete, da maneira proposta a esta dissertação, temas de política externa.

No caso dos estudos de política externa brasileira, no Brasil, o que poderia ser chamado de *mainstream* é mais ou menos resumido em análises que levam em conta abordagens institucionalistas, liberais e, podendo agregar ambas, burocráticas. Ainda que se tenha prezado por analisar a História da Política Exterior, Cervo e Bueno (2008) abordaram a política externa brasileira a partir de noções unitaristas e, mais para o final do livro, figuradas na presidência, especialmente com a transição democrática. Uma maneira que figura a área de análise de política externa, é a de se entender decisões pela a burocracia interna, externa ou levando em conta as duas ao mesmo tempo, algo que seria mais afeito à Putnam (1988) e, as anteriores, à Alisson e Zelikow (1999). Há, também, modelos analíticos e aplicados a casos empíricos, como em Russel e Hirst (1987), estudos sobre política pública com Milani e Pinheiro (2013), ideias em política externa com Goldstein e Keohane (1993), bem como a concepção do papel em política externa, por Thies (2014). Essas abordagens apresentam um panorama geral dos estudos sobre a área de Análise de Política Externa no Brasil. É perceptível também que há

[18] Abranches (1988).

poucas abordagens que agreguem variáveis (neo)marxistas ou críticas em política externa, o que, claramente, já se foi percebido por Berringer (2015) e por seu próprio orientador, Armando Boito Jr., em prefácio. Levando em conta essa fresta e pela sua capacidade analítica, optou-se por utilizar a visão crítica e neomarxista para se analisar política externa.

1.5 **A nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia em maio de 2006**

Com relação ao estudo de caso específico, no qual se envolve a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, em maio de 2006, esta dissertação é creditícia a teses e dissertações que abordaram o tema. Igor Fuser (2011) elaborou uma tese de doutorado sobre o tema, descrevendo aspectos do nacionalismo boliviano, da interdependência energética entre Brasil e Bolívia, bem como o papel da Petrobras e de outras empresas na Bolívia. De maneira semelhante, Miguel Borba Sá (2009) faz uma análise histórica das lutas sociais entre atores e projetos que se contradisseram, uma vez que havia uma incompatibilidade entre o projeto neoliberal e o de luta hegemônica dos indígenas no país andino. Filgueiras (2009) faz uma análise da política de preções do gás e de sua indústria no Brasil, analisando, também, o impacto da nacionalização dos hidrocarbonetos em 2006. Segundo a autora, o impacto da nacionalização foi sentido no parque industrial brasileiro, especialmente no que se refere à geração de energia por termelétricas; cabe lembrar, segundo Filgueiras (2009, p. 98), que "a política de preços para o gás natural [é] híbrida" por considerar decisões do Executivo e da Petrobras. Tanto Fuser (2011) quanto Sá (2009) serão contrastados com a visão utilizada nesta dissertação, que se aproxima mais do neomarxismo e da teoria crítica.

Para que se tenha um entendimento mais aprofundado do acontecimento, é necessário que haja uma rápida contextualização espaço-temporal[19][20] do objeto específicos desta dissertação. No espectro do ciclo político progressista por que passava a América Latina, entre 2000 e 2016, marcado pelo esforço conjunto de um desenvolvimento autônomo regional, a crise Brasil-Bolívia, referente à nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, ocorrida durante o mês de maio de 2006, surpreendeu e dividiu a opinião pública brasileira. Mobilizada pela grande

---

19 No original e de acordo com Dalle, Boniolo e Sautu (2005, p. 148), "las coordenadas espacio-tiempo deben aparecer siempre cuando explicitamos nuestro objetivo de investigación, lo que nos permite recortar el tema de investigación seleccionado".

20 Estou seguindo esta linha de raciocínio de Gerring (2007, p.19): "Note that the spatial boundaries of a case are often more apparent than its temporal boundaries. We know, more or less, where a country begins and ends, while we may have difficulty explaining when a country begins and ends. Yet some temporal boundaries must be assumed. This is particularly important when cases consist of discrete events – crises, revolutions, legislative acts, and so forth – within a single unit. Occasionally, the temporal boundaries of a case are more obvious than its spatial boundaries". Para um bom resumo, cf. Gerring (2011).

imprensa nacional, então hostil à decisão boliviana e à condução diplomática da crise pelo Brasil, a crise do gás tornou-se emblemática da hostilidade da grande imprensa à política externa do governo do Partido dos Trabalhadores. Nesse contexto, o desafio do governo do presidente Lula da Silva na solução da crise tornou-se duplo: assegurar o fornecimento do gás boliviano, mas também diminuir a desaprovação de parte da opinião pública nacional. Na sequência dos acontecimentos, o governo logrou manter o fornecimento boliviano, assegurou o desenvolvimento do segmento da indústria de gás natural do país, com investimentos em infraestrutura que resultaram em uma expansão de 310% na malha dutoviária do país. Igor Fuser (2011) dedicou sua tese de doutorado para explicar o impacto da decisão boliviana nas relações com a Petrobras e o Brasil. Segundo o autor

> A nacionalização dos hidrocarbonetos pelo presidente boliviano Evo Morales, em maio de 2006, provocou a mais séria crise na política externa brasileira durante o primeiro mandato presidencial de Lula. A decisão prejudicou os interesses da Petrobras, na época a maior empresa instalada na Bolívia, com presença em todos os ramos da atividade petroleira. O conflito foi amplificado pela existência de uma relação de interdependência entre os dois países com base no gasoduto de 3.150 quilômetros, que transporta quase a metade do gás natural consumido pela indústria no Brasil. (FUSER, 2011, p. 5)

Além disso, é importante que se entenda o que seria o ciclo progressista, no qual Brasil e Bolívia estavam inseridos, mas é preciso ressalvar, antes, o que são ciclos políticos, de maneira tridimensional. Levando em conta essa necessidade, a primeira dimensão é a dos ciclos de longa duração, que são formas de se analisar amplamente as tendências e as regularidades apresentadas num determinado ciclo, o que se aproxima de trabalhos de acumulação capitalista de Arrighi (1996) e da teoria dos ciclos de Kondratieff ([1926] 2014). Os ciclos de média duração foram utilizados para explicar, segundo Huntington (1991), as "ondas de democratização", que se iniciam em Portugal, em 1974; levando a uma série de outras democratizações ao redor do mundo[21]. Os ciclos de curta duração são voltados aos estudiosos dos movimentos sociais que se utilizam de abordagens focadas no transbordamento dos "ciclos de protesto" e seus impactos políticos, segundo Tarrow (1997). O ciclo progressista é, portanto, a confluência de longa, de média e de curta duração que resultaram no objeto de estudo deste projeto.

No contexto da crise Brasil-Bolívia, a resposta diplomática do governo brasileiro pode ser entendida a partir da ideia de construção de uma liderança brasileira na região. Como explica Saraiva (2010, p. 78-79), uma das 'crenças' da política externa brasileira seria a de que o país deveria ocupar um local especial no cenário internacional e, para tal, deveria ampliar seu espaço

[21] Pode-se associar a algumas interpretações acerca da "Primavera Árabe" por exemplo.

de poder na América do Sul. Seguindo essa linha, Burges (2008, p. 65, *tradução minha*) entende que com o intuito de lograr êxito na conformação de uma região sul-americana influente para o Brasil "a hegemonia ganha força a partir do consenso"[22]. Dessa perspectiva é que se entenderia o esforço brasileiro em evitar um confronto com a Bolívia, e o sentido dos argumentos defendidos pelo chanceler Celso Amorim, em 2006, quando questionado, em audiência pública, no Senado Federal, acerca da posição brasileira adotada vis-à-vis a Bolívia. Naquela ocasião, o chanceler brasileiro reiterou uma posição conciliadora, bem diferente daquela constantemente cobrada pelos principais órgãos de imprensa, em especial o jornal O Globo, identificada àquela pretendida por uma liderança regional.

Por sua vez, se a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos gerou uma crise regional para o Executivo Federal brasileiro, Guimarães e Almeida (2017, p. 31, *tradução minha*) sugerem que "considerando o baixo envolvimento do Brasil – e de outras potências médias – em relações militares globais", as crises podem ser entendidas como uma "ameaça a valores básicos e com um tempo finito de resposta"[23]. Guimarães e Almeida (2017, p. 37, *tradução minha*) perceberam que, para o Brasil lograr êxito de seus objetivos, o país preferiu atuar sozinho consciente que estava a possuir as condições suficientes e necessárias. Seria, portanto, "possível argumentar que conquistar o sucesso na região é um caminho mais claro do que se falhar"[24]. Dessa forma, o sucesso na superação de crises por agência própria, como foi o caso de maio de 2006, é uma condição recorrente na diplomacia brasileira – especialmente a partir da década de 1990 – e está relacionada à ideia de liderança regional.

Não custa salientar que já havia tensão entre a ascensão do presidente Lula da Silva e a grande imprensa brasileira. Para Aldé, Mendes e Figueiredo (2007), o ano de 2006 é o marco para se pensar na partidarização da imprensa, que se mobilizou contrariamente ao governo, tendo o episódio da Bolívia como um de seus capítulos. Toda essa mobilização contrária se deu em um cenário de pós-Mensalão, Copa do Mundo no mês seguinte à nacionalização dos hidrocarbonetos e eleições presidenciais. Feres Júnior e Sassara (2016, p. 30) argumentam que "os estudos da mídia brasileira em períodos eleitorais têm consistentemente encontrado um viés contra políticos e partidos de esquerda, particularmente contra o Partido dos Trabalhadores". Outro dado a se considerar releva da credibilidade e do prestígio que o governo Lula da Silva, até o final de seus dois mandatos, gozava junto às mídias internacionais, evidenciando, assim,

---

22 Burges (2008, p. 65): "hegemony gains its strength through consent".

23 No original: "Considering Brazil's—and several other middle powers'—low military involvement in global affairs, we suggest a more encompassing understanding of crises, in which threat to basic values and finite time to respond are sufficient to characterize an international dispute, regardless of the probability of war."

24 No original: "[...] it is possible to argue that reaching success in the region has a clearer path than failure."

a oposição sistemática da grande imprensa nacional ao governo do Partido dos Trabalhadores (LESSA; GAVIÃO, 2010).

Para Jesus (2015, p. 132), a mídia pode ser “criadora de ambientes de política externa ao ter um papel importante na definição de agenda por conferir prestígio e ampliar a autoridade de indivíduos e grupos”. Além disso, o conceito tratado por Gilboa (1987; 2001) de “diplomacia midiática”, “diplomacia pela mídia” e de “diplomacia pública” são de grande importância para entender o novo cenário internacional derivado da Sociedade da Informação; é, portanto, imperativo salientar que a mídia também pode ser utilizada “como instrumento de controle, constrangimento, intervenção e negociação no cenário internacional”. (BURITY, 2013, p. 171)

2 A CRISE DA NACIONALIZAÇÃO DOS HIDROCARBONETOS BOLIVIANOS SEGUNDO VISÕES DO JORNAL O GLOBO

Este capítulo analisa os impactos da estatização das empresas da Petrobras na Bolívia, no contexto boliviano, do ponto de vista econômico e político. Além disso, aborda-se a crise liderada pela oposição brasileira no Parlamento e pela grande imprensa nacional, especificamente a partir do jornal O Globo, contra a condução política e diplomática para a solução dessa crise.

2.1 Desafios e perspectivas

Considerada como a mais séria crise da política externa do primeiro governo Lula da Silva (2003-2006), a crise da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos foi marcada no Brasil por conflitos políticos e por coberturas midiáticas hostis à posição ao governo Lula.

Para entender essa crise, que envolve desde aspectos de economia, defesa da soberania, interesse nacional à estabilidade política, entre outros, e dentre as diferentes análises sobre a natureza da política externa dos governos Lula da Silva, recorremos à interpretação de Tatiana Berringer justamente por seu entendimento de que o "interesse nacional" é multíplice e dinâmico e determinado pela correlação de forças entre a fração politicamente hegemônica. A posição do Estado na estrutura de poder internacional, em determinada conjuntura, é variável interveniente. (BERRINGER, 2015, p. 219)[25]

Também compartilhamos a visão de Berringer de que a política externa do governo petista correspondeu a uma "plataforma desenvolvimentista" alinhada aos interesses da grande "burguesia interna" no âmbito da política externa sul-sul, às antípodas da política externa dos governos FHC que representou "um dos principais elementos de consolidação do neoliberalismo ortodoxo no Brasil" (BERRINGER, 2015, p. 97).

A partir da perspectiva acima referida, que é creditícia à teoria de Nicos Poulantzas sobre o Estado e os blocos de poder que o coabitam, procuramos responder porque o governo

[25] Além disso, Berringer (2015, p. 52) sustenta que "[o] ―interesse nacional‖ corresponde, portanto, ao interesse da fração hegemônica, apesar de o Estado apresentá-lo como interesse geral. No entanto, ―o interesse nacional é determinado pela maneira na qual o Estado organiza os interesses do bloco no poder e das classes dominadas, nesse sentido, poderá corresponder aos interesses de alianças ou frentes políticas entre as diferentes classes e frações de classe a depender da conjuntura política. No caso de uma frente política ou aliança entre classes dominantes e setores populares, o interesse nacional assumirá um caráter desenvolvimentista ou nacional democrático e popular (leia-se, anti-imperialista), a depender da correlação de forças interna e da relação com o capital externo."

Lula da Silva não flexionou sua posição face às pressões da oposição parlamentar e da grande imprensa nacional. Mesmo sob o risco de um desgaste político, de incerta repercussão, a apenas cinco meses das eleições gerais.

Primeiramente, consideramos, a partir de Burges (2008, p. 65, *tradução minha*), que o governo preferiu enfrentar uma crise interna a se indispor com a Bolívia porque tinha convicção de que para lograr êxito na conformação de uma região sul-americana influente para o Brasil "a hegemonia" tinha que ser construída, e "ganharia força" "a partir do consenso"[26].

Por sua parte, reiteradamente o governo assinalava a importância estratégica da Bolívia para o Brasil: o compartilhamento de uma longa fronteira que abrange quatro estados brasileiros, além de interesses econômicos, como o gasoduto binacional e, à época, a Bolívia possuía a segunda maior reserva de gás da América Latina.

Outro ponto sobre a posição do governo é que "considerando o baixo envolvimento do Brasil – e de outras potências médias – em relações militares globais" geralmente se verifica que as crises nesses países podem ser entendidas mais como "ameaça a valores básicos e com um tempo finito de resposta" do que como uma possível disputa internacional[27], sobretudo se o governo for consciente de que "alcançar o sucesso na região é algo factível"[28].

Porém, nenhuma dessas análises considera o papel das mídias como jogo político de poder. Observe-se que os estudos de mídia e política constituem um campo interdisciplinar denso nos campos da Comunicação e da Ciência Polícia, estabelecido no Brasil desde sua emergência na eleição presidencial de 1989 (MIGUEL; BIROLI, 2017, p. 23), o mesmo, porém, não se observa na área das RI.

Efetivamente, o baixo paralelismo político da grande imprensa nacional pode ser observado ao longo de todo o período do contencioso Bolívia-Brasil. Mesmo sob sérios riscos para o sucesso das negociações diplomáticas, essas mídias veicularam coberturas, editoriais e matérias contundentes contra a posição do Executivo Federal negando a conciliação como saída para o impasse entre os dois países e, assim, demonstrando dissenso sobre o interesse nacional, ampliando e aprofundando a crise política promovida pela oposição. Sendo a mobilização

---

[26] Burges (2008, p. 65): "hegemony gains its strength through consent".

[27] Guimarães e Almeida (2017, p. 31), no original: "Considering Brazil's—and several other middle powers'—low military involvement in global affairs, we suggest a more encompassing understanding of crises, in which threat to basic values and finite time to respond are sufficient to characterize an international dispute, regardless of the probability of war."

[28] No original, Guimarães e Almeida (2017, p. 31): "... it is possible to argue that reaching success in the region has a clearer path than failure."

midiática liderada pelos grandes jornais da imprensa escrita, essa constatação determinou nosso foco nesse tipo de mídia[29].

Assim, assumimos que conceitos e teorias da Comunicação descortinam perspectivas sobre as relações políticas que não podem ser ignoradas sem prejuízo para esta pesquisa. Objeto de discussão a partir da virada do século XX (WAINBERG *In* LIPPMANN, 2008, p. 11), a temática sobre a centralidade dos meios de comunicação na sociedade contemporânea tem se adensado e complexificado desde a segunda metade do século XX com o amplo reconhecimento de que as mídias tem se firmado como o principal instrumento de difusão dos discursos políticos (MIGUEL, 2003; CHOMSKY, 2003).

No caso do contencioso Bolívia-Brasil, observamos como os meios de comunicação reproduziram a retórica da oposição parlamentar contra a opção conciliadora do governo acusando-o de subordinar os interesses nacionais aos interesses ideológicos do PT, sugerindo, assim, comprometedores contradições da política externa do governo.

Por sua vez, sem negar sua ambição em liderar o processo de integração regional, a argumentação geral do governo defendia a integração como instrumento necessário para a região enfrentar as dificuldades típicas de sua situação periférica no sistema internacional. O desafio do governo foi manter o respeito à soberania da Bolívia sobre seus recursos energéticos, assegurando, assim, os interesses nacionais ao manter relações pacíficas com um país vizinho, liderar o processo de integração, recuperar as propriedades da Petrobras e assegurar o fornecimento de gás natural através do gasoduto binacional.

O termo ideologia foi comumente utilizado pelo jornal o Globo para denominar a forma pela qual o governo Lula da Silva conduzia a política externa brasileira na América Latina. Nesse caso, utilizava-se o termo com a tentativa de desqualificar ou de personalizar a política externa brasileira para a região e apontavam, também, medidas que se assemelhavam a um certo compadrio em casos como o da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos. Dessa forma, o jornal foi criando para os seus leitores uma da política externa brasileira como uma política personalista e descolada do interesse nacional.

Cabe, rapidamente, uma diferenciação entre terminologias que envolvem o termo ideologia. No conhecido Dicionário de Política, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1991) sustentam que a palavra ideologia deva ser uma das mais utilizadas na filosofia, sociologia e na

---

[29] Por mídias se define o conjunto dos meios de comunicação que transmitem informações e conteúdos variados - jornais escritos e eletrônicos, revistas, televisão, radio, mídia OOH (media out of home: outdoor, backbus, pôster, laterais de prédios, cativa, painel de LED, mídia projetada), internet e seus sites, blogs, IPTV, há também as chamadas *mídias alternativas* que transitam nas redes sociais, os diversos aplicativos para celulares, livros eletrônicos, streaming com conteúdos multimídias, cinema, satélites etc.

ciência política. Os autores percebem que há duas tendências gerais para o termo e eu gostaria de salientar qual será utilizado pelo jornal. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1991) dizem que há o "significado fraco" e o "significado forte" da ideologia.

> No seu significado fraco, Ideologia designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. O significado forte tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vário autores, a noção da falsidade: a Ideologia é uma crença falsa (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1991, p. 585)

É perceptível, portanto, a partir da leitura das matérias do jornal O Globo sobre a crise Brasil-Bolívia, que a forma adotada pelo jornal é a de significado forte, uma vez que a intenção é a de demonstrar uma suposta alienação ou falsa representação da realidade. Nesse sentido, foi-se utilizando, ao longo da cobertura e posteriormente também, a palavra ideologia com o intuito de retirar a noção de racionalidade da condução da política externa brasileira. Em certos momentos, a interpretação pode variar para crenças, dogmatismos, características passionais e utópicas de mundo. De toda sorte, há, sempre, um componente de falta te pragmatismo.

O embaixador aposentado e, à época, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP – Rubens Barbosa, como bem lembra Fuser (2011), tratou de rotular a ação brasileira como sendo uma "diplomacia da generosidade". Por esse tipo de diplomacia, haveria duas vertentes, segundo Barbosa *apud* Fuser (2011), na qual a política externa brasileira estava se guiando: política de partido e dotada de pressupostos ideológicos. Dar-se-ia, portanto, um prejuízo ao estadismo apartidário do Itamaraty, o que, na realidade, foi utilizado como um argumento contrário ao fato da região está sendo governada por partidos políticos à esquerda do espectro político-ideológico.

Levando-se em consideração que se afastaria de preceitos liberais, as palavras "ideologia" e "solidariedade" foram comumente utilizadas pelo jornal o Globo durante todo o período Lula, já que uma das características principais da mídia tradicional conservadora é o *antipetismo* (AZEVEDO, 2018). Essa desqualificação vem carregada de sentidos e, para Maria Regina Soares de Lima e Fabiano Santos *apud* Fuser (2011, p.11), "a própria opção entre ideologia e interesse é uma construção discursiva ideológica, já que a separação entre elementos idealistas e materialistas é epistemologicamente insustentável". Como será apresentado ao longo do capítulo, membros do corpo Legislativo federal se valeram desses mesmos argumentos e, fundados em artigos de jornal, atacaram Celso Amorim em audiência pública no Senado Federal em maio de 2006.

Vale lembrar que a atuação brasileira, na região latino-americana e, especificamente, sul-americana, veio sendo conduzida de maneira parecida como alguns autores já puderam constatar (BURGES, 2009; SARAIVA, 2010; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; LOPES, 2013). Além disso, é fundamental lembrar que a integração regional e energética faz parte não só de iniciativas conjuntas, como a Iniciativa para a Integração Regional Sul-americana – IIRSA – mas também da própria vontade do Executivo federal em atuar por cooperação. Dessa forma, a cooperação, nesse caso Sul-Sul, vem com a intenção de benefícios mútuos e não de altruísmo, que essa sim é característica da cooperação Norte-Sul (MELLO E SOUZA, 2014; PINO, 2014).

Feitas essas rápidas considerações iniciais ao segundo capítulo, este irá dividir da seguinte forma: cooperação Sul-Sul; integração energética; parte na a relação do Brasil com a Bolívia, tratando de detalhes pormenorizados da atuação da Petrobras na América do Sul e, em especial, sua relação com a estatal boliviana; o povo andino e a ascensão de Morales; o decreto da nacionalização dos hidrocarbonetos; a repercussão no Brasil, a partir de análises do jornal o Globo.

2.2 **Cooperação Sul-Sul**

Cabe fazer nesta seção uma rápida digressão histórica para demonstrar as origens da cooperação em âmbito mundial e, especificamente depois, no caso brasileiro para a América do Sul. Para esta seção e para fins desta dissertação, o trato com o termo cooperação é o voltado para o desenvolvimento, o que significa que não abordarei nuances entre definições de cooperação e de desenvolvimento em níveis teóricos. Dessa forma, seguirei o que se entende como Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e as interpretações que tratem nesse sentido.

É quase senso comum que a CID data do período do pós-Guerra. No caso europeu, tem-se a implementação do Plano Marshall pelos estadunidenses que tinham o intuito de desenvolver a região. Os objetivos dessa cooperação foram, aos poucos, sendo compreendidos como uma estratégia de se estabelecer na Europa e de se contrapor aos soviéticos na Guerra Fria. Nesse sentido, é importante perceber que não se faz cooperação apenas com predisposições filantrópicas.

Na década de 1960, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) categorizou dois grupos para se entender a CID. Por meio do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), que é braço da OCDE, definiu-se que havia doadores tradicionais e os recipiendários. No caso dos doadores, era de se esperar que se puseram, nessa categoria, os países chamados desenvolvidos ou de primeiro mundo; contrariamente, os recipiendários

eram os países de terceiro mundo. Cabe ressaltar que essa definição foi imposta pela OCDE e, claramente, demonstra sua visão de mundo a partir dos países a compõe.

Essa dicotomia é insuficiente para dar clareza ao que passou a se desenvolver no mundo tanto para os países ditos doadores quanto para os que recebiam tais doações. As relações internacionais se tornam mais complexas com o adensamento da globalização e definições dicotômicas vão caindo por terra à medida em que países outrora recipiendários se tornam doadores e vice-versa. Mello e Souza (2014, p. 12) lembra que "países como a Arábia Saudita, o Kuwait e os Emirados Árabes, que ocupam altas posições em *rankings* de renda *per capita*, ainda participam do G-77". O autor salienta, também, que países ricos também recebem assistência de países mais pobres, como o Afeganistão e a Somália, por exemplo, prestarem assistência à Japão e Austrália[30]. Com isso, presta-se salientar que a definição usada pela CAD é insuficiente e remota subjetivações que, infelizmente, permanecem.

A nova realidade geopolítica e geoeconômica mundiais geraram novos conceitos e problematizações, portanto. Nesse caso, a palavra assistência, muito empregada pelos países do Norte global, passou a não ser mais utilizada pelos países que compõem o Sul global, já que dá a impressão de que há um distanciamento entre os que promovem a CID e os que recebem. O termo preferido pelos países do Sul é, portanto, o de cooperação, que dá sentido tanto a uma horizontalidade quanto a ideia de benefícios mútuos, o que se solidifica pelo uso da palavra parceiros. É nessa reflexão que se entende, mais recentemente, a Cooperação Sul-Sul.

Se por um lado tem-se a ideia de assistência e do outro a de benefícios mútuos, já é possível traçar qual foi a estratégia utilizada pela diplomacia brasileira na região. Mello e Souza (2014, p. 12) explicita, citando Sachin Chaturvedi, que "enquanto a assistência para o desenvolvimento Norte-Sul é guiada pelo princípio filosófico da filantropia e do altruísmo, a CSS é guiada pelo princípio dos benefícios mútuos". A Cooperação Sul-Sul (CSS) é a lógica discursiva adotada pelo Brasil na região sul-americana, já que há um reconhecimento das disparidades em níveis globais e regionais que, por sua vez, aproximam os países da região com o Brasil.

A CSS vai se desenvolvendo em paralelo à Cooperação Norte-Sul (CNS) ao longo da história mundial. Bruno Ayllón Pino (2014) cria periodizações que datam desde o pós-Guerra – tal qual a CNS – em especial o contexto da descolonização e da Guerra Fria, que foram marcadas, também, pela Conferência de Bandung, pela criação do G-77 e pelo Movimento dos Não Alinhados (MNOAL). No contexto da América Latina, tem-se a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e da *United Nations Conference on Trade*

[30] Mello e Souza (2014, p. 12) adiciona ainda que "o orçamento anual de algumas das maiores organizações não governamentais (ONGs) transnacionais, incluindo *Care*, *Catholic Relief Services*, Médicos sem Fronteiras, Oxfam, e *World Vision* excedem US$ 500 milhões, superando a assistência para o desenvolvimento de diversos países da OCDE (Buthe, Major e Mello e Souza, 2012, p. 572)".

and Development (UNCTAD). Há um momento de auge da CSS durante a Conferência de Buenos Aires, na qual havia forte envolvimento dos países do Sul para a promoção da agenda de desenvolvimento. No entanto, por conta de dependências históricas e globais, as crises econômicas dos anos 1980 e 1990 e o avanço de agendas neoliberais tecnocráticas minaram o protagonismo da CSS. O ressurgimento da pauta da CSS, no século XXI, começa antes da ascensão do governo Lula: I Cúpula do Sul, a Declaração do Milênio, a Conferência de Monterrey sobre Financiamento do Desenvolvimento. Não que inexista uma convergência de visão de mundo da administração externa e interna do governo Lula com as pautas de CSS, mas há, também, movimentações anteriores e externas ao Brasil de 2003 em diante.

O termo que caracteriza o Sul global deve ser entendido de maneira abrangente na qual se agregam países em desenvolvimento e que se convergem em suas dependências econômicas mundiais. Para Pino (2014, p. 57), "este espaço se encontraria em processo de articulação, e seu denominador comum estaria representado pela vontade de construir uma 'globalização contra-hegemônica' (Grovogui, 2010; Cairo e Bringel, 2010, p. 43)". O termo tem, portanto, não só um caráter de ações em política pública, mas também uma força epistêmica. É evidente que, tal qual a definição dicotômica da CAD, o termo Sul global tem um caráter agregador ou homogenizador, o que não reflete fidedignamente a realidade.

Seguindo essa ideia de ação política aliada à epistêmica, devemos relembrar, rapidamente, os dois marcos que julgo necessários para esse sentimento. A Conferência de Bandung funda, internacionalmente, o sentido de solidariedade para os países em desenvolvimento e, também, evidencia as características comuns entre eles. Pino (2014, p. 60, *ênfase minha*) afirma que

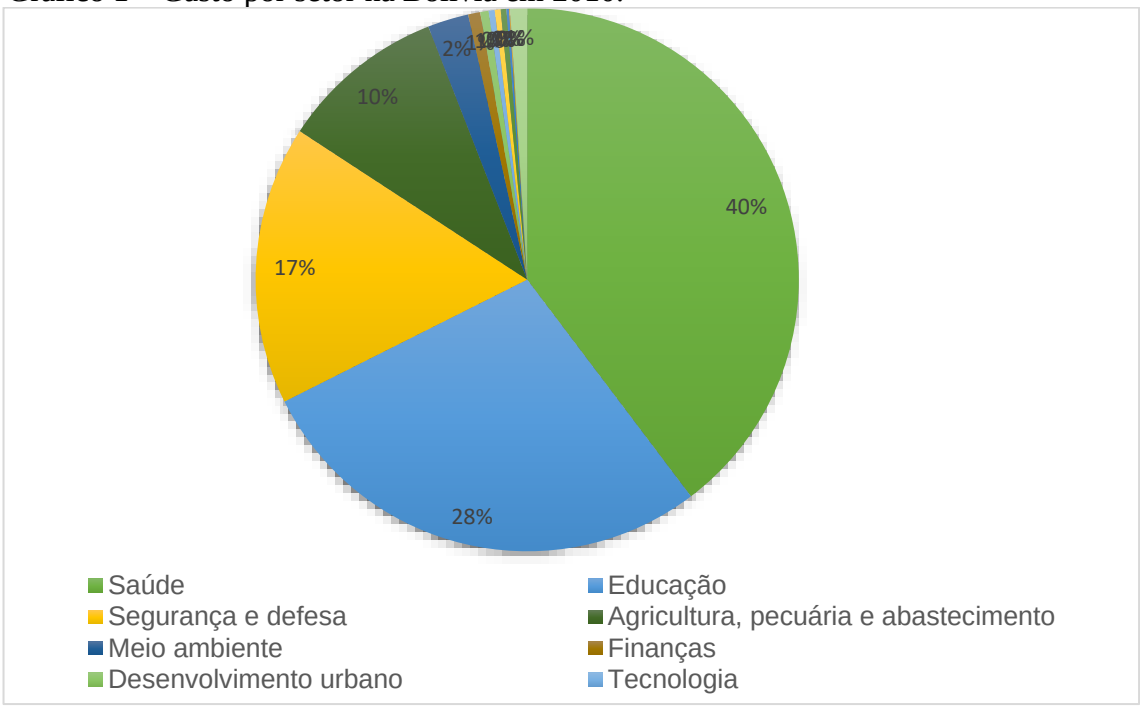
> As relações Sul-Sul foram consideradas, ao mesmo tempo, como instrumento e objetivo compartilhado que devia propiciar o diálogo político e a articulação entre países em desenvolvimento, com a finalidade de ganhar peso nas organizações internacionais e reduzir as *assimetrias* do sistema econômico mundial.

Aliada a esse sentimento solidário fundado em 1955, em Bandung, tem-se a consubstanciação da América Latina e Caribe como região de caráter específico no sistema internacional. A CEPAL foi criada em 1948, mas sua influência no pensamento internacional foi se dando ao longo dos anos com notáveis pensadores, como Celso Furtado e Raul Prebisch por exemplo. Resumidamente, a CEPAL desenvolve um pensamento próprio de mundo, amparado em análises estruturais históricas, culturais, econômicas e sociais. O método histórico-estrutural é utilizado para explicar o motivo pelo qual países em desenvolvimento atuam de maneira diferente dos países desenvolvidos, tendo em vista que estruturas produtivas herdadas historicamente condicionam o comportamento dos países latino-americanos e caribenhos. (Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe, 2020)

Importante ressaltar dois fatos que não foram levados em consideração quando dos ataques midiáticos à administração federal. Primeiro o caráter multilateral da cooperação brasileira tanto para países do Norte quanto para países do Sul, que, segundo relatórios oficiais da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi), aumentaram em basicamente todas as áreas e em países[31]. Segundo, há compromissos internacionais perante a organismos ou Estados, além de ser compromisso constitucional[32]. É, portanto, obrigação do Estado brasileiro promover a cooperação, o que acontece é variações no fluxo de investimentos em cooperação.

Dados de 2010, corroboram para a argumentação na qual se sustenta que de fato houve comprometimento com a região sul-americana, mas, no caso boliviano, a cooperação se deu muito mais em outras áreas. O gráfico 1, mostra o perfil de cada gasto no país andino.

Gráfico 1 – Gasto por setor na Bolívia em 2010.



Fonte: Lima, Campos e Neves (2014)

Dessa forma, preza-se respeitar que houve, no caso da nacionalização dos hidrocarbonetos, impactos na área energética, mas que esse setor compõe parte ínfima do perfil

[31] Para Lima, Campos e Neves (2014, p. 211-212), "vale registrar que a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional não se limita à cooperação Sul-Sul, posto que nesta se incluem ações de cooperação do Brasil também com atores do chamado eixo Norte das relações internacionais. Apesar do enfoque predominante sobre gastos em estudos anteriores (Ipea, 2010; 2013), não se pode vislumbrar a dimensão de política pública vinculada à Cobradi".

[32] Se pegarmos o parágrafo único do artigo 4º da Constituição Federal do Brasil, "a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações" (BRASIL, 1988).

de CID do Brasil na Bolívia, especificamente 0,15%. Houve exacerbação midiática com o intuito de forçar posicionamentos do Executivo federal.

2.3 **Integração energética**

Não há uma definição precisa do que seria uma integração energética. Como bem lembra Santos (2018) deve haver um processo no qual, ao menos, dois países estejam envolvidos e que busquem qualquer tipo de atividade que envolva indústria energética seja pela instalação permanente de alguma edificação seja por acordos ou tratados internacionais. Para isso e tendo em mente o modelo de integração e de regionalismo adotados na região sul-americana, é preciso que haja, portanto, concretizações práticas e não somente ideias fluídas de integração. É interessante notar, também, que as fronteiras sul-americanas não são tão próximas aos centros urbanos de cada país, o que a diferencia de pronto do tipo europeu.

Nesse sentido, Lima e Coutinho (2006) tratam do modelo de integração moderno na América do Sul. Os autores dão especial atenção à construção do gasoduto:

> A concepção de região acoplada à ideia de integração física e energética é distinta da noção de regionalismo aberto, mais próxima à ideia de espaços fluídos e não territoriais. Ao contrário, a região como integração física e produtiva supõe um conceito de espaço de lugares nacionais. A vinculação entre Estados em uma mesma região supõe territorialidade e contiguidade. A representação *mais expressiva* que esse conceito de integração significa é o *gasoduto*, que pode ser construído gradualmente em módulos, cria interdependência física entre os provedores e consumidores e, diferentemente das relações de mercado, uma vez constituída, sua ruptura é muito onerosa. Vale recordar que os primeiros passos para a integração europeia, em meados do século passado, foram dados a partir da criação da Comunidade do Carvão e do Aço, interconectando dois dos, até então, principais competidores da política internacional europeia: França e Alemanha.[33] (LIMA; COUTINHO, 2006, p. 4, *tradução e ênfase minhas*)

Seguindo a lógica que perpassa toda esta dissertação que é a de entender o Brasil não só no sistema econômico mundial, mas também na região latino-americana, faz-se imprescindível mencionar a questão energética como um paradigma de segurança nacional. A ideia de dependência, dos teóricos da dependência, conforma que a estrutura internacional, na qual

[33] No original, "La concepción de región acoplada a la idea de integración física y energética es distinta de la noción de regionalismo abierto, más cercana a la idea de un espacio de flujos no territoriales. Al contrario, la región como integración física y productiva supone un concepto de espacio de lugares nacionales. La vinculación entre Estados en una misma región supone territorialidad y contigüidad. La representación más expresiva que ese concepto de integración significa es el gasoducto, que puede ser construido gradualmente en módulos, crea interdependencia física entre proveedores y consumidores y, diferentemente de las relaciones de mercado, una vez constituida, su ruptura es muy onerosa. Vale recordar que los primeros pasos para la integración europea, a mediados del siglo pasado, fueron dados a partir de la creación de la comunidad del carbón y del acero, interconectando dos de los, hasta entonces, principales competidores de la política internacional europea: Francia y Alemania."

estamos inseridos, gera uma enorme dificuldade entre os países da (semi)periferia em se aproximar com os países centrais. A questão energética sempre foi, portanto, essencial para o posicionamento do Brasil no cenário mundial.

Não só a Petrobras teve papel essencial, desde sua criação, para a superação desse cenário, mas o Estado como um todo teve que agir para superar causas que levaram à desarticulação do modelo energético brasileiro. Para Costa (2009), a elevação de barreiras não econômicas, barreiras ecológicas e sua própria desvinculação de recursos para o setor energético minaram nossa inserção energética internacional. No entanto, o mote desde os anos 1950 é o de superar dependência energética, o que, por sua vez, foi bem-sucedido em termos comparativos na região sul-americana. Ações que pareceram pontuais seguiram essa intenção estatal.

Para desenvolver o país e a região, precisa-se de energia seja para movimentar a indústria seja para atividade agrícola. Na região sul-americana, o Brasil conseguiu domínio do ciclo nuclear completo com a Argentina, a construção de Itaipu com o Paraguai, e manteve o bom investimento em pesquisa e em prospecção de petróleo em águas profundas. Nesse sentido, vale a citação de Darc Costa (2009):

> Postas as três ideias centrais: a primeira, vinculada à busca do desenvolvimento, romper com os paradigmas passados; a segunda, pautada na concepção estratégica nacional, tem como escopo inicial a cooperação sul-americana; e a terceira, vinculada à potencialidade energética da América do Sul. Com isto podemos concluir pela inserção da questão energética na discussão da Estratégia Nacional do Brasil, ou seja, temos de conceber um modelo energético que sustente o desenvolvimento da América do Sul. (COSTA, 2009, p. 451)

Aliando-se a essas visões, o conceito de Estado logístico[34] de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2010) é utilizado por alguns autores nessa área de energia, como Igor Fuser (2011) e Rodrigo Meira (2009). Para ambos os autores, o conceito de Estado logístico cai bem para analisarmos a atuação do Brasil na América do Sul, uma vez que o país passa a priorizar a internacionalização de suas empresas com o intuito de intensificar o processo neodesenvolvimentista. A projeção das empresas brasileiras no cenário da América do Sul vai

[34] De acordo com Cervo e Bueno (2010, p. 494-495, *adaptado*), "logístico é aquele Estado que não se reduz a prestar serviço, como fazia à época do desenvolvimentismo, nem a assistir passivamente às forças do mercado e do poder hegemônico, como se portava à época do neoliberalismo. Logístico porque exerce a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais [...] cabe ao Estado apoiar a realização dos interesses desses segmentos da sociedade, zelando pelo bem-estar de todos [...] essa evolução permite tomar a política exterior da era Lula como passo firme à maturidade [...] duas causalidades colaboraram para a consolidação do Estado logístico no Brasil: o nível avançado de organização da sociedade, que facilita a ação de coordenação dos dirigentes, e a estabilidade política e econômica, que sugere associar a lógica da governabilidade interna à lógica da governança global".

desde a criação de sociedades até a criação de sedes nos países vizinhos, como a Odebrecht, Vale e Votorantim.

A captação de recursos financeiro levaria, segundo Meira (2009, p. 76), ao "desenvolvimento tecnológico e a elevação da produtividade, estimulando o emprego e a renda nacionais". Para Meira (2009), a estratégia brasileira de inserção internacional para a América do Sul pode ser entendida a partir da abordagem subimperialista, que é, nesse caso, a de aproveitar vazios de ingerência estadunidense no cone sul. Meira (2009, p. 76) segue e afirma que "o objetivo brasileiro não declarado é a hegemonia da América do Sul por meio do de uma estratégica de viés geoeconômico". Nesse sentido e acoplando as visões dos autores aqui empregados, há motivos histórico-estruturais, de segurança energética, constitucionais e geoeconômicos.

2.4 **Política Externa Brasileira para a Bolívia**

O interesse de se inserir internacionalmente para a América do Sul foi melhor abordado na seção anterior. Nesta seção, aspectos relativos a política externa brasileira para a Bolívia serão abordados com o fito de delimitar o que continuará sendo discorrido ao longo da dissertação. Para isso, deve-se ter em mente o posicionamento brasileiro na divisão internacional do trabalho e no sistema econômico regional, neste o Brasil possui vantagens comparativas relevantes que o levam a posto de potência regional, ao passo que, naquele, o Brasil tem características mais relativas à potência média. Nesse sentido, não há, necessariamente, contradições infundadas nas atuações em foros multilaterais sejam eles regionais ou internacionais, já que as estratégias são e devem ser diferentes.

O Brasil e a Bolívia têm relações pacíficas[35], onde se prezam as boas práticas das relações internacionais e os princípios gerais do direito[36], como o *pacta sunt servanda*, a boa-fé e a não-intervenção em assuntos internos. Dessa forma, não há grandes ilícitos na história dessa relação, o que pode ser circundado, talvez, na questão do Acre[37] na primeira década do século XX. Essa

[35] A intenção dessa seção não é a de abordar exaustivamente todos as características históricas das relações Brasil-Bolívia, mas, sim, de dar conta de sustentar uma argumentação que perpassa toda a dissertação.

[36] Segundo Portela (2015, p. 68), "os princípios gerais do Direito são as normas de caráter mais genérico e abstrato que incorporam os valores que fundamentam a maioria dos sistemas jurídicos mundiais, orientando a elaboração, interpretação e aplicação de seus preceitos e podendo ser aplicadas diretamente às relações sociais. São exemplos de princípios gerais do Direitos pertinentes ao Direito Internacional: o primado da proteção da dignidade da pessoa humana; o *pacta sunt servanda*; a boa-fé; o devido processo legal; a *res judicata* e a obrigação de reparação por parte de quem cause um dano".

[37] Para Cervo e Bueno (2010, p. 193), "as relações Bolívia-Brasil, após o tratado [de Petrópolis], até melhoraram".

prática recorrente levou às relações amigáveis e voltadas, na maior parte das vezes, às razões de ordem econômicas e estratégicas. As duas ordem podem ser resumidas em: largas fronteiras (aproximadamente 3.400 km) e seus aspectos de segurança; comércio de "brasilianos" nos dois lados da fronteira e comércio entre os Estados – nesse caso o Brasil possui largas vantagens comparativas, já que exporta mais produtos manufaturados; investimentos, que são quase todos do Brasil para o país andino por empresas via BNDES; imigração, que, nesse caso, são de maioria de bolivianos no Brasil.

É perceptível, portanto, que as relações se dão em tom amigável e técnicos. Nesse caso, os *cocaleros*, que cultivam a folha de coca para fins não filantrópicos, e os traficantes que lá ficam para exportar a droga são tratados de maneira diferentes pelo Brasil, uma vez que o presidente Evo Morales expulsou, tempos após sua posse, a *Drug Enforcement Authority* (DEA) de seu país e deu à Polícia Federal do Brasil o controle do combate ao tráfico de drogas e armas. Essa atitude demonstra não só confiança na atuação do Brasil em níveis bilaterais, mas também em sua atuação subimperialista na região sul-americana. Bom lembrar que o Brasil não se contrapõe aos EUA e preza pela boa relação entre Washington e Brasília.

Há dois motivos que se alinham ao posicionamento do Brasil com relação ao papel desempenhado pela Bolívia na região. Primeiro, o estoque de gás natural boliviano é, nesse momento, o segundo da região sul-americana, é barato, pois é em níveis relativamente próximos à superfície, e é eficiente para a segurança energética na região. Em segundo, é importante ressaltar, também, que a Bolívia se encontra no meio do continente sul-americano e faz fronteira com quatro países. Naquele momento também, no início dos anos 2000, o gás natural passa a ter mais importância no cenário internacional, o que conforma o cenário ideal para se promover uma integração energética a partir da construção de um gasoduto.

O cenário ideal para a projeção internacional do Brasil é, como alguns autores corroboram[38], ganhar apoio regional para expandir sua margem de negociações em âmbito mundial. Todo esse movimento de criação de foros multilaterais na região sul-americana e latino-americana faz parte dessa estratégia e, portanto, o Brasil teve e tem que agir como promotor dessa agenda, uma vez que os benefícios superam os custos dessa operação. A ideia não é pensar, apenas, em cifras, mas, sim, em poder de persuasão, em projeção cultural nas américas e no mundo, o que aumenta nosso *softpower*. Nesse caso, atuar como *paymaster* em projetos de integração regional é benéfico em várias frentes, como já foram exemplificados

[38] (BURGES, 2009; SARAIVA, 2010; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; LOPES, 2013).

nessa seção; é, portanto, seguindo estratégias em níveis estadistas que se inserem as respostas do Executivo federal frente à nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos em maio de 2006.

As ações brasileiras, frente à crise, moldariam as relações bilaterais nos médio e longo prazos, porque havia um sentimento de que a Petrobras era vista como imperialista na Bolívia até 2006. É interesse recíproco a permanência da Petrobras na região boliviana não só porque propiciaria a renda esperada para o projeto neodesenvolvimentista brasileiro, mas também porque interessa a promoção do desenvolvimento boliviano. Nesse caso e tendo em mente o impacto da Bolívia em negociações internacionais, o país andino vai preferir, na maior parte das vezes, negociar com o Brasil por fatores de proximidade, já que ambos são do Sul global em quase todos os termos. Como será exposto na próxima sessão, já se era esperado por todos que a nacionalização ocorreria exatamente na época que ocorreu – claro que o dia específico não – e a Bolívia pagou a indenização dos campos e das instalações da Petrobras, na ordem de US$ 112 milhões, segundo Meira (2009, p. 82), o que serviu para evitar futuros problemas com a potência regional.

Se se pensarmos na tese de Berringer (2015), teremos entendimento do motivo pelo qual houve apoio interno às ações de política externa brasileira, especificamente nesse caso[39]. Primeiro temos que ter em mente que o Brasil, após a eleição de Lula, ajustou-se para um modelo nedesenvolvimentista e que Boito (2012) *apud* Berringer (2015, p. 150) o definiu como o "desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico". As políticas públicas brasileiras e a sua política externa se ajustaram para esse modelo, no qual demonstrou a mudança ocorrida na fração de bloco no poder, que passou a ser dominado pela grande burguesia interna brasileira, retirando o espaço tanto da grande burguesia compradora quanto do capital financeiro internacional.

A burguesia interna brasileira foi se movimentando em busca de um modelo neoliberal moderado desde, pelo menos, os anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Essa fração no poder após a eleição de 2002, caracteriza-se por ter, prioritariamente, capital nacional e que envolva empresas estatais. Essa fração aceita, portanto, a intervenção estatal na economia e está interessada diretamente às ações de internacionalização de empresas brasileiras no estrangeiro. Consequentemente, há apoio na proteção aos interesses da Petrobras, por exemplo, mas em sentido moderado, já que não se pode perder de vista as estratégias nacionais de inserção do

[39] Não acredito que haja incompatibilidade nos modelos analíticos utilizados anteriormente aos de Berringer (2015), mas, sim, complementariedade a depender dos níveis de análise. Para tanto, não se julgou necessário, por exemplo, analisar as frações de bloco no poder boliviano, já que demandaria um esforço que fugiria ao escopo da dissertação. Foi feito, nessa situação, uma análise da sociedade boliviana, que é altamente complexa.

Estado na região e no mundo. A questão é como lidar com esses interesses, que, por sinal, não são excludentes, mas, sim, desafiadores para se negociar[40]. Resumidamente, Tatiana Berringer (2015) entende que:

> Defendemos então que a atenção aos interesses da grande burguesia interna durante os governos Lula se deu, muitas vezes, em detrimento dos interesses da grande burguesia compradora e do capital financeiro internacional. As diferenças no plano da política interna – política econômica e social – e da política externa são resultados das mudanças que ocorreram no interior do bloco no poder, a saber: a trajetória ascendente da grande burguesia interna. O programa político dos governos PT foi o neodesenvolvimentismo. (BERRINGER, 2015, p. 151)

As condutas brasileiras tomaram forma porque estavam associadas a uma frente política que se portava como promotora dela mesma. No entanto, há contradições dentro desse processo, já que, após a consubstanciação da fração da grande burguesia interna, setores que possuem interesses basicamente excludentes conformaram a base de apoio do governo, como industrialistas e agronegócio. Além disso, há contradição entre detentores do capital e proletário dentro da base de apoio, o que *per se* gera interesses não correlatos frentes às ações do governo. Essas contradições servem, também, para caracterizar o modelo por qual o Brasil, do momento da nacionalização, encontrava-se.

2.5 **Brasil e Bolívia: a atuação da Petrobras e sua relação com Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB)**

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras – foi criada em 1953, com o intuito de dar mais ânimo ao projeto desenvolvimentista de Getúlio Vargas. Dessa forma, a Petrobras tem como um de seus objetivos principais o de se tornar, desde o início, a empresa brasileira de petróleo que irá garantir a autossuficiência energética nacional por meio de pesquisas e prospecção. Isso dá um lado do caráter de empresa estatal ligada aos interesses nacionais a partir de sua criação, mas que, ao mesmo tempo, possui atividades relacionadas a empresas privadas, como acionistas prioritários e ordinários ou ações na Bolsa de Valores estadunidense. Sendo assim, múltiplos interesses estão sempre conflitantes nas ações da Petrobras tanto no cenário doméstico quanto no internacional. (PRIEST, 2016; FUSER, 2011)

Alguns exemplos ao longo da história da empresa são evidentes para elucidar sua ação a partir de decisões estratégicas. No período militar, especificamente após o primeiro Choque do Petróleo, em 1973, o Brasil importava mais de 90% de seu petróleo e o Oriente Médio era um

[40] Importante lembrar que a balança comercial brasileira teve o maior superávit da década, em 2006: mais de 46 bilhões de reais.

dos principais parceiros nesse quesito. Com isso, a busca pela autossuficiência energética tornou-se mote para o regime militar e, consequentemente, para a Petrobras. No ano seguinte ao primeiro choque, encontrou-se o campo de Guaricema e o de Garoupa, ambos no litoral do Sergipe. Nos anos consecutivos, criou-se, mas sem muito resultados animadores, a Braspetro que teve como objetivo central o de prospectar petróleo no estrangeiro, enquanto a Petrobras se manteve com o foco no desenvolvimento de tecnologias para prospecção em águas profundas nacionais. Próximo ao fim do regime militar, dois grandes campos *offshore* foram encontrados, que são o de Albacora, em 1984, e o de Marlim, em 1985. (FUSER, 2011)

Na década de 90, o fim da Guerra Fria promoveu um certo entendimento de vitória ao capitalismo liberal norte-americano e, aliado ao enorme endividamento externo de países latino-americanos, abriu-se caminho para políticas neoliberais na região. O Consenso de Washington foi a expressão que deu forma às escolhas de quadros macroeconômicos na região latino-americana e, no caso brasileiro, deu abertura a dois governos de FHC. Nesse período, dois acontecimentos foram fundamentais para que se mudasse um dos pilares da Petrobras. O primeiro foi a Emenda Constitucional nº9, de 1995, que aprovou a mudança do artigo 177 da Constituição Federal de 1988, na qual se rege o monopólio estatal do petróleo pela União. Essa emenda retirou o acesso único da Petrobrás ao petróleo e a partir daí empresas privadas puderam participar de algum dos estágios da produção energética. Em seguida, em 1997, criou-se a Agência Nacional de Petróleo (ANP), que, por sua vez, regularizou a entrada de empresas multinacionais no Brasil[41]. (FUSER, 2011)

Todo esse movimento de abertura de capital e de exploração para empresas privadas e multinacionais foi paralelo à ação na região sul-americana. Essa internacionalização para os países vizinhos foi expressamente dita no relatório anual, de 1999, no qual o presidente da Petrobras à época, Henrique Reichstul, dirigiu-se aos acionistas privados externando que a empresa tinha o objetivo central a de "se tornar uma 'empresa líder regional' com atividades concentradas na América Latina", entendendo seus benefícios geográficos e energéticos. No período entre 1996 e 2002, a Petrobras conseguiu comprar empresas estrangeiras, como a Pérez Companc, ou estar presente em todos os países da América do Sul, exceto Guianas, o que a colocou em um patamar de integradora regional no quesito energético. (FUSER, 2011, p. 59-60)

[41] Nesse processo de abertura, Igor Fuser (2011, p. 58, *itálico meu*) lembra que "a proposta de privatização da Petrobras, defendida por políticos conservadores e por setores *importantes da mídia*, esteve presente no debate político brasileiro".

Nesse caso de internacionalização na América do Sul, o Executivo federal utilizou a Petrobras como se fosse um membro do Estado brasileiro. Essa concepção vem desde o seu nascedouro, mas, para fins desta dissertação, será focada na relação com a Bolívia. O Brasil e o país andino estabeleceram o acordo bilateral, em 1992, para a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), que se iniciou em 1997 e terminou em 1999. Segundo Machado e Reis (2011, p. 370), a Petrobras teve como "sua principal meta [a de] liderar o mercado de petróleo, gás natural, derivados e biocombustíveis na América Latina, atuando como empresa integrada de energia." Além disso, os autores pontuam que a Petrobras atuaria de forma integrada no mercado sul-americano de energia.

É importante ressaltar que a integração energética foi consenso entre os Executivos federais dos países sul-americanos. Não havendo dissenso ainda que com presidentes tão díspares no espectro político-ideológico, como Hugo Chávez e Gustavo Uribe.

A Bolívia era, à época, a segunda maior reserva gasífera da região sul-americana e o Brasil possuía apenas 5,3% da proporção de gás de acordo com a tabela 1 de Fuser (2011). Perceba que a construção do Gasbol e a de um outro gasoduto que vai até São Paulo – ambos saindo de Rio Grande (Bolívia) – fazem sentido na lógica da integração energética e da promoção do desenvolvimento econômico brasileiro (SANTOS, 2018). As redes integram a região andina com a parte de maior porte industrial do país; sublinha-se, também, que a matriz energética brasileira demanda, pelas indústrias, 1/3 de toda energia consumida no país.

A relação da Petrobras com a estatal boliviana – *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) – vem da aproximação brasileira e da estratégia de internacionalização da estatal brasileira na região. Pela tabela 2 pode-se perceber os momentos de aproximação brasileira com o país andino e de sua intenção de complementariedade econômica, uma vez que o Brasil exporta, em sua quase totalidade, manufaturados[42] para a Bolívia. Segundo o sítio do Itamaraty, um dos eixos principais da relação com o a Bolívia é a de cooperação energética. Segue a nota

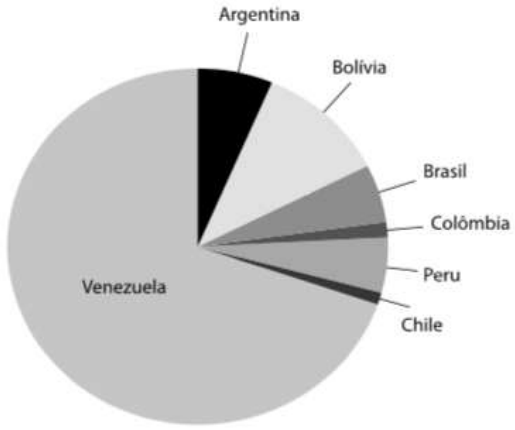
> A cooperação energética tem grande importância para os dois países, constituindo insumo para a política energética brasileira e fonte de renda para a Bolívia. A parceria energética foi consolidada com a assinatura, em 1958, das "Notas Reversais de Roboré" – que suscitaram, pela primeira vez, o tema da compra de gás boliviano e da construção de um gasoduto. Em 1972, com o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, estabeleceu-se a compra pelo Brasil de gás natural boliviano e projetos voltados para o fortalecimento da economia da Bolívia. No final da década de 1980, o interesse brasileiro no gás boliviano foi retomado e imprimiu-se sentido de permanência e cooperação na parceria energética. Em 1999, as

[42] Segundo o sítio do Itamaraty, "as exportações brasileiras para a Bolívia são compostas basicamente de manufaturados (97% em 2017), com destaque para fio-máquina e barras de ferro e aço, preparados para a elaboração de bebidas, máquinas e aparelhos para terraplanagem e perfuração, polímero." (BRASIL, 2020)

> negociações culminaram na implantação do Gasoduto Bolívia-Brasil, que tem importante papel no aprofundamento das relações bilaterais e na criação de oportunidades de inserção econômica da Bolívia no MERCOSUL. (BRASIL, 2020)

Tabela 1 - Reservas de Gás Natural na América do Sul (2009)

RESERVAS DE GÁS NATURAL NA AMÉRICA DO SUL (2009)



País	Reservas em TCF(*)	Proporção (em %)
Argentina	16	6,5
Bolívia	27	11
Brasil	13	5,3
Colômbia	4	1,6
Peru	12	4,9
Chile	3	1,2
Venezuela	171	69,5
TOTAL	**246**	**100**

(*) Trilhões de pés cúbicos
Fonte: U.S.Energy Information Administration – Independent Statistics & Analysis

Fonte: Fuser (2011, p. 70)

Tabela 2 - Histórico da aproximação Brasil-Bolívia em matéria energética

Ano	Acordo
1958	Notas Reversais de Roboré
1972	Acordo de Cooperação e Complementação Industrial
1992	Acordo de Compra de Gás Natural Boliviano. Construção do gasoduto de 3 mil km
1996	Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Bolívia
1996	Acordo para Isenção de Impostos para Implementação do Gasoduto Basil-Bolívia
1999	Início do funcionamento do gasoduto Gasbol
2004	Visita Presidencial a Santa Cruz de la Sierra, com assinatura de acordo bilateral de perdão da dívida boliviana - US$ 53 milhões. Acordo-Quadro BNDES para Bolívia
2005	Aprovação de nova lei boliviana para a nacionalização dos hidrocarbonetos, por meio de referendo popular
2006	Efetivação em 1º de maio da nacionalização dos hidrocarbonetos
2006	Início das negociações com Petrobras sobre a nacionalização dos seus ativos (ainda em maio)

Fonte: Brasil (2020) – elaboração própria.

A YPFB tem a sua criação a partir do fim da Guerra do Chaco – conflito entre Bolívia e Paraguai na região do Chaco Boreal, no período de 1932 até 1935. O cenário pós-guerra do Chaco era o de "estruturas corruptas e ineficientes que demandavam uma mudança urgente"[43]. Nesse sentido, criou-se a YPFB em 21 de dezembro de 1936 e meses depois o governo boliviano decide expulsar a empresa norte-americana *Standard Oil* do país andino, o que, segundo o próprio sítio eletrônico, foi a "primeira nacionalização dos recursos energéticos bolivianos". Em 1969, sob a administração de Alfredo Ovanda Candia, acontece a segunda nacionalização de hidrocarbonetos bolivianos, que foi executada a partir do Código do Petróleo à empresa norte-americana *Gulf Oil*. (YPFB, 2020)

Após alguns anos de crise e de instabilidade política, os anos 90 se iniciam com o convênio chamado *Borrón y Cuenta Nueva*, que foi um acordo no qual se cancelavam às obrigações da estatal argentina *Gas del Estado* com a YPFB. Em 1996, começou-se o processo de capitalização da YPFB, conduzido por Gonzalo Sánchez de Lozada, quem dividiu a empresa em capitais privados para as seguintes empresas: Andina, Chaco, Petrobras e Transredes – essa sendo capitalizada pela norte-americana Enron. Essa conformação causou mal-estar social e, no segundo governo de Sánchez Lozada, gera diversos protestos em 2003.

> Em 2004, o presidente Carlos Mesa convoca um referendo vinculante cujo conteúdo fazia referência específica à propriedade dos hidrocarbonetos, à derrogação da Lei de Hidrocarbonetos, promulgada por Sánchez Lozada, e para a refundação da YPFB. O referendo foi aprovado por maioria gritante. O Congresso aprova uma nova Lei de Hidrocarbonetos [...] Mesa se nega a ratificar a Lei os movimentos sociais exigem a nacionalização total dos hidrocarbonetos [...] Em 1º de meio de 2006, o Presidente Evo Morales nacionaliza os hidrocarbonetos, recuperando sua propriedade aos bolivianos. YPFB renasce e em 29 de outubro se firmam novos contratos com empresas petrolíferas privadas, estabelecendo até 82% de vantagens ao Estado boliviano, na *melhor negociação jamais feita para o país*.[44] (YPFB, 2020, *tradução e ênfase nossa*)

A forma pela qual a YPFB descreve sua criação, seus objetivos e suas conquistas se se comparada com a da Petrobras há semelhanças e diferenças. As semelhanças ficam claras na criação das empresas e suas relações diretas com objetivos estatais: enquanto a YPFB nasce do pós-guerra do Chaco e, em pouco tempo, promove a primeira nacionalização, a Petrobras nasce

---

43 No original, "estructuras corruptas e ineficientes que demandaban um cambio urgente".

44 No original, "Em 2004, el Presidente Carlos Mesa convoca a um referendum vinculante cuyo contenido hace referencia específica a la propiedad de los hidrocarburos, a la derogación de la Ley de Hidrocarburos promulgada por Sánchez de Lozada, ya a la refundación de YPFB. El referendum es aprobado por uma mayoría aplasante. El Congresso aprueba uma nueva Ly de Hidrocarburos [...] Mesa se niega a ratificar la Ley y los movimentos sociales exigen la nacionalización total de los hidrocarburos [...] El 1º de mayo de 2006, el Presidente Evo Morales nacionaliza los hidrocarburos recuperando su propriedade para los bolivianos. YPFB renace y el 29 de octubre se firman nuevos contratos com las compañías petroleiras privadas estableciendo hasta el 82% de regalias em favor del Estado boliviano, em el mejor negociación lograda jamás para el país."

num contexto de disputa entre PTB e UDN nos rumos do Brasil. Ambas estão relacionadas à promoção do bem-estar social com a sua evidente ligação com o desenvolvimento econômico do país. Dando coro às demais empresas nacionais de petróleo – NOCs na sigla em inglês – as empresas de petróleo e energia se associam aos objetivos do Executivo federal em diversas instâncias.

Divergem-se, no entanto, na maneira pela qual agiram, especialmente na década de 90 adiante. É bem verdade que ambas abriram o capital e buscaram parceiros privados e multinacionais em leilões ou em concessões; é, no entanto, no prosseguimento que elas se diferenciam. A Petrobras permaneceu com ativos ordinários e com boa presença de investidores estrangeiros, mantendo-se com ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque; ao passo que a YPFB passa por uma reestruturação total interna e, em paralelo, há a caída de Carlos Mesa e a ascensão de Evo Morales. A maneira pela qual se enxerga a energia no país andino tem especial relação com a terra e o seu significado, ainda mais se se pensar em povos indígenas e sua expressão em movimentos sociais nos anos de 2003 e 2006. Há, por fim, uma sequência histórica que faz sentido à nacionalização em maio de 2006, o que não foi repercutido de tal forma pela mídia brasileira.

2.6 **O(s) povo(s) andino(s) e a ascensão de Evo Morales até o decreto de maio de 2006.**

A história boliviana é marcada por lutas e resistências no que se refere à representatividade social. Desde a sua independência em 1825, classes sociais são historicamente marginalizadas, como o campesinato e, durante um período, os mineiros. Acontece que o campesinato – leia-se, também, indígenas – corresponde a uma fração significativa da população total do país andino, mas é, ao mesmo tempo, silenciada por classes sociais da elite urbana e pelos mineradores. Não seria novidade dizer que as elites urbanas não possuem apreço pelas classes campesinas, no entanto o ponto chave é o movimento minerador e sua participação popular.

A Revolução Nacionalista de 1952 deu peso importante às organizações sindicais no jogo político boliviano. Após a Revolução, o novo Estado-nação que se formou precisava se legitimar perante aos sindicatos e trouxe a *Central Obrera Boliviana* (COB) para se tornar um ator político de peso. A COB deu autenticidade para o Estado e paras as elites urbanas, que entendiam a mestiçagem como característica formadora da nação – algo bem semelhante com outras elites urbanas na América Latina. É importante perceber que a COB não só deu esse

caráter agregador ao novo Estado, mas também coibiu a ação do campesinato boliviano, que não possuía nem organização central forte[45] nem atuação política de peso. (SÁ, 2009)

Esse cenário de sub-representação campesina foi-se transformando e, a partir da década de 1980, houve um momento de inflexão por dois motivos. O primeiro é ligado ao certo fracasso de pautas do partido de centro-esquerda, *Unión Democrática y Popular* (UDP), no Executivo federal, o que minou o poder da COB com relação ao proletariado. O segundo acontece em 1985, quando houve demissões em massa de mineradores que, por não terem outra experiência de trabalho, foram para as regiões[46] onde se produzia coca e onde havia, consequentemente, um grande número de camponeses, os quais já produziam a coca por maneiras tradicionais. Nesse sentido, muitos camponeses e mineradores foram convivendo, e as ideias e pautas foram se complementando; surgindo, em poucos anos, diversas frentes sindicais nos campos. Segundo Sá (2009, p. 99), "esses 'novos cocaleiros' com vasta trajetória nas lutas sociais, imersos no contexto proporcionado pela política de repressão ao cultivo da coca" alteraram a cena de Chapare[47], que se tornou o "centro da resistência popular na Bolívia".

É interessante ressaltar duas características evidentes que vão sustentar, mais pra frente, o apoio popular à nacionalização de 2006. A primeira é voltada ao fato de que as novas frentes sindicais não decidiam só questões trabalhistas, mas também relações matrimoniais e de convivência na região; demonstrava-se, portanto, o adensamento das relações sociais intermediadas pelos sindicatos campesinos. Um aspecto do tecido social de Chapare era o de que direitos e deveres eram decididos mediante assembleias, aliados a rigidez na participação popular.

A segunda característica é interessante pois vai adensar de vez os novos cocaleiros com questões da terra e da planta da coca. A repressão aos cocaleiros, a partir da militarização das políticas públicas ligadas ao combate do narcotráfico internacional e financiadas pelos Estados Unidos, fez com que se gerasse um debate em torno do problema das drogas nas Américas e o papel da planta de coca. A Iniciativa Andina, que fazia parte de um plano estratégico maior de combate às drogas nos Estados Unidos, foi custeada pelo país do norte por US$ 2.2 bilhões e, entre os diversos eixos antidrogas, estava o de promover maior envolvimento militar na Bolívia, na Colômbia e no Peru. (PERL, 1992)

---

45 Conseguiram formar uma central sindical apenas em 1979, a chamada Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB).

46 Em especial a província de Chapare, que fica no trópico de Cochabamba e às margens do rio Chapare, que é tributário do rio Amazonas.

47 Ainda proporcionariam cenas de resistência e de agência política forte nos anos subsequentes. Não custa lembrar que os novos cocaleiros ajudariam a derrubar dois presidentes e a eleger um, Evo Morales.

Não fosse só o envolvimento e a ingerência externa sobre questões relativas aos países do Sul Global, mas houve, segundo Ojeda (2008 *apud* Sá, 2009, p. 100) uma "intensa campanha midiática contra os colcaleiros". De forma similar a outras estruturas midiáticas na América Latina, a mídia tradicional boliviana fez o que os seus homônimos brasileiros fizeram em maio de 2006, que são: a objetificação dos cocaleiros, com a intenção de retirar voz, ação e racionalidade por parte deles; e o enaltecimento da Iniciativa Andina, uma vez que fora capitaneada pelo presidente Jaime Paz Zamora (1989-1993) e mantida depois por Lozada (1993-1997). Segundo Sá (2009, p. 101)

> o clima era tão explosivo a ponto de o líder cocaleiro Evo Morales declarar sucessivas vezes, entre 1995 e 1997, 'o Chapare está em chamas', e que se o governo insistisse na militarização do conflito, os cocaleiros estavam dispostos a iniciar uma 'resistência armada' [...] Para os cocaleiros, tratava-se inicialmente de defender um meio de subsistência, já que as tentativas de substituição da coca por outros cultivos demonstram-se incapazes de proporcionar rendas mínimas. No entanto, sua resistência foi ganhando contornos políticos, principalmente pela presença do que chamavam de 'imperialismo norte-americano' na região. Assim, memórias coletivas indígenas, camponesas e mineiras se juntaram em um ambiente já conflitivo, formando a *identidade cocaleira*, que viria a ser a nova base do movimento camponês boliviano. [...] a sacralização da folha de coca foi um ato político por excelência, na medida em que essa folha sagrada era simultaneamente fonte de seu sustento econômico e base de sua atuação político-sindical.

A intensa mobilização popular, que perdurou todo o início dos anos 2000 até 2006 pelo menos, logrou êxito em alguns momentos específicos que geraram a ascensão nacional de Evo Morales. O *Movimiento Al Socialismo* (MAS)[48] ganhou, em 2002, um quinto da votação nacional, assegurando sua presença no Congresso e, consequentemente, suas pautas foram sendo postas para votação. A importância da consubstanciação do MAS no Congresso boliviano pode ser interpretada, por um viés institucionalista, pelo caráter disciplinador de regras e normas, mas também o de possibilitar dar voz aos cidadãos que não participam plenamente do processo político. Segundo Dunkerley (2007, p. 136), o lema "eu também quero falar"[49] foi um dos motes da eleição dos deputados nacionais naquela legislatura e, entre esses deputados, estava Evo Morales, que já fora eleito em 1997 para ser deputado de Cochabamba. (SÁEZ, 2004; SIVAK, 2010)

Outro grande motivo que possibilitou a ascensão de Evo Morales foi a capacidade de mobilização, adquirida ao longo dos anos à frente do MAS, e que rendeu duas mobilizações de peso no país andino. A Guerra da Água, em 2003, aconteceu, em linhas bem gerais, a partir da

---

[48] É interessante notar que uma das características dos partidos políticos latino-americanos é o de *aggiornamento* frente à uma liderança forte ou, em alguns poucos casos, o de estabelecimento de uma base eleitoral forte: este caso pode ser exemplificado pelo Partido dos Trabalhadores, no Brasil; pelo MAS na Bolívia.

[49] No original, "ñoqapis munani parlayta ('I too want to speak')".

decisão do governo boliviano de seguir as recomendações do Banco Mundial e privatizar o fornecimento de água em Cochabamba, em 1999. Após polêmicas negociações e rápidas aprovações no Congresso, a empresa municipal foi privatizada e controlada, majoritariamente, por uma de engenharia norte-americana, chamada *Betchel*. Protestos violentos, desde 1999, geraram um sentimento de um novo tipo de articulação espontânea, na qual se poderia fazer frente ao modelo neoliberal adotado à época na Bolívia; a *Betchel* se retirou da região de Cochabamba e, consequentemente, saíram vitoriosos os que se manifestaram contra a privatização do serviço de água. Segundo Sá (2009, p. 117), "não foram poucas as análises, no mundo inteiro, que começaram a falar nas 'novas formas de democracia direta e participativa'", após o Guerra da Água.

Antes de entrar na nacionalização dos hidrocarbonetos, que é o objeto de análise desta dissertação, faz-se necessário abordar uma última discussão. Como bem lembra Fuser (2011), a nacionalização dos hidrocarbonetos, seguindo a vitoriosa reestatização da água em Cochabamba, era tópico comum entre todos os candidatos à presidência em dezembro de 2005. Ocorria, claro, divergências com relação a forma pela qual se conduziria a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, mas todos concordavam que esse era o tema mais importante da eleição[50]. No caso dos candidatos conservadores, Fuser (2011, p. 215) nos atenta que havia a promessa de "'nacionalização dos benefícios do gás', o que significava, em essência, aumentar as exportações para ampliar os recursos disponíveis para programas sociais". Além disso, era assegurada às empresas estrangeiras o cumprimento jurídico dos investimentos, gerando, portanto, tranquilidade aos investidores estrangeiros. De forma semelhante, mas não igual, o candidato Evo Morales, do MAS, acreditava em uma "'nacionalização inteligente', ou seja, a recuperação do controle estatal sobre os hidrocarbonetos, a reconstrução da YPFB e a mudança dos contratos com as petroleiras transnacionais" e – gostaria de salientar bem a última parte dessa citação, pois ela será artigo de desinformação na seção seguinte – "para torná-los mais favoráveis aos interesses bolivianos, mas *sem expulsar essas empresas nem confiscar suas propriedades*". (FUSER, 2011, p. 215, *ênfase nossa*). [51]

Evo Morales sagra-se vitorioso com quase 53,7% dos votos em um comparecimento recorde de 84%. O resultado das eleições e a análise de seu eleitorado demonstrou alta capilaridade na sociedade boliviana, já que conseguiu agregar votos não só de camponeses, mas

[50] É importante lembrar que as mobilizações populares se mantiveram e, por diversos fatores, foram fatores determinantes para a derrubada de dois presidentes em exercício: Gonzalo Sánchez de Lozada, em outubro de 2003, e o Carlos Mesa em junho de 2005.

[51] Essa posição de Morales e do MAS os afastava de organizações partidárias mais radicais e de esquerda que queriam a nacionalização irrestrita e sem indenização.

também de boa parte da classe média. Tendo em vista essa forte base popular, Morales conseguiu se tornar uma figura executiva forte tanto para a população quanto para os partidos políticos no Legislativo, o que dava margem para uma participação democrática mais direta entre eleitor e presidente. Por mais que se alentassem uma possível diminuição da participação do legislativo ou do judiciário, houve, na verdade, manutenção nas instituições democráticas e o plano de nacionalização foi mantido, o que já havia sido anunciado nas eleições.

Ao ser eleito, Morales manteve seu comprometimento com a retórica de campanha de nacionalizar os recursos naturais do país andino. É necessário que não se perca de vista a ideia, já discutida nesta dissertação, de que empresas estatais de recursos energéticos são força motriz importante no processo de desenvolvimento do país. Nesse sentido, a YPFB foi reestruturada e modificou a forma de pensar o papel da empresa em um neodesenvolvimentismo sul-americano, adotado não só por Morales na Bolívia. O desenvolvimento do país andino está ligado à redistribuição social, que, por sua vez, será capitalizada pela expansão da estatal boliviana.

Vale lembrar que o contexto internacional era propício para a estatização dos recursos energéticos bolivianos. Os preços em alta, do gás e do petróleo, foram essenciais para pôr em prática o plano de governo, no qual se havia reservado 10 páginas em 20 para descrever como se fariam a nacionalização dos hidrocarbonetos. A procura pela nacionalização ou pela retomada de maior agência estatal nas NOCs era fenômeno mundial: à época, 85% de todas as reservas de petróleo do mundo estavam sob controle de estatais ou semi-estatais. Tanto para o Brasil quanto para a Bolívia, vale o conceito de nacionalismo de recursos, que é a "gestão dos recursos energéticos – especialmente hidrocarbonetos – pelos Estados proprietários das reservas a partir de critérios de 'interesse nacional'". (FUSER, 2011, p. 220)

Tendo em mente o cenário nacional boliviano, que deu todas as dicas possíveis de que iria ocorrer nacionalização independentemente do governo que assumisse. Além disso, a postura de internacionalização da Petrobras na América do Sul, seguindo padrões de agência estatal com o fito de desenvolver o país a partir do crescimento da empresa estatal. Todos esses fenômenos levaram ao embate que ocorreu em maio de 2006, quando ocorreu a, enfim, nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos. Houve uma forte repercussão no Brasil e os meios de comunicação tiveram um papel importante como atores políticos de pressão e, claramente, opositores da administração de Lula.

2.7 **O decreto Heróis do Chaco**

O Decreto Supremo 28.701 (DS 28.701), chamado de Decreto Heróis do Chaco, foi o que consubstanciou, enfim, a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos. É imprescindível reiterar que a o DS 28.701 veio para revisar os contratos com as empresas petrolíferas transnacionais e não havia o intuito de expulsar nenhuma empresa, como já havia ocorrido em nacionalizações pretéritas na Bolívia. Não houve desautorização para funcionamento de empresas estrangeiras no país andino, mas, sim, a reafirmação do programa de governo do MAS, no qual se resumia em retomar o protagonismo estatal na condução da política energética e instrumentalizá-la com o intuito de promover uma política industrial neodesenvolvimentista. Houve, no entanto, muita imprecisão nos comentários midiáticos, como será apresentado na próxima seção deste capítulo.

O nome da DS 28.701 remete à Guerra do Chaco (1932-1935), que opôs Paraguai e Bolívia. A região do Chaco mostrou-se, após pesquisas no local, como sendo de grande valia em matéria de exploração de gás natural e de lá que surgiu a YPFB. Carregado de simbolismo, Fuser (2011) nos lembra que a retórica utilizada pelo presidente Morales era, em diversos casos, de cunho mais radical, o que não se materializava, no entanto, nas suas ações. Ainda que Morales tenha ascendido a partir de um cenário no qual a luta de classes é evidente, sua eleição se deu nos moldes da democracia representativa eleitoral e não por uma revolução gloriosa que o fez tomar o poder. Segundo o autor citado,

> não era nem uma revolução vitoriosa, como na Nicarágua sandinista de 1979, em que a nova elite dirigente detinha os meios para estabelecer sua própria legitimidade (ZIMMERMANN, 2002), nem uma campanha eleitoral como a que levou Lula à presidência no Brasil de 2002, delimitada por um compromisso prévio entre o candidato da esquerda e as elites conservadoras sobre o alcance das mudanças a serem implementadas. (FUSER, 2011, p. 230)

Essa certa ambiguidade entre ações e simbolismos vai ser explorada pelos meios de comunicação brasileiros, em especial o jornal o Globo. O simbolismo do anuncio da nacionalização é evidente, na medida em que se foi feito no dia 1º de maio, às vésperas de completar 100 dias de governo, ao lado de militares, usando um capacete da YPFB e em frente ao campo de San Alberto, onde havia instalações da Petrobras. O envolvimento militar pode ser considerado de duas formas: ou havia um simbolismo em demonstrar à população interna de que havia ações concretas e rápidas na sua administração, seguindo o plano de governo; ou havia a intenção de aproximar as Forças Armadas ao campo ideológico nacionalista e, com isso, obter apoio deles na implementação de medidas durante seu mandato. Ainda que carregada de

simbolismos que serão explorados para dar um tom de autoritarismo/ditadura bolivariana sul-americana, houve amparo legal na DS 28.701, porque ela segue o referendo de julho de 2004, que aprovou a nacionalização, e a Lei 3.058 de maio de 2005 (Lei dos Hidrocarbonetos).

No próximo capítulo será melhor discutido como essa crise se transformou do âmbito político-econômico para o midiático. É imprescindível ressaltar que a mídia é agente político-econômico-cultural, nesse caso ampliando a o “duplo papel” da mídia para Dênis de Moraes (2011). Será analisado o papel da mídia, levando em consideração o já exposto nos capítulos anteriores.

3 O GLOBO E O PÓS-CRISE

Este capítulo se divide em três grandes seções. A primeira parte trata diretamente das repercussões do jornal o Globo quanto à nacionalização dos hidrocarbonetos; será possível perceber, também, como de fato as notícias foram negativas – a partir de Análise de Conteúdo – onde essas notícias se encontravam. A segunda parte trata a Análise de Discurso que arremata os significados de expressões utilizadas não só com o intuito de atacar, mas também com o de se posicionar com relação ao leitor. A terceira parte deste capítulo trata em como o Estado brasileiro desenvolveu a questão energética no pós-crise; as ações na área de prospecção de campos de petróleo e gás lograram êxitos – colocando o Brasil tempos depois em segundo lugar em reserva de gás e de petróleo na região sul-americana – e como isso ajudou, por fim, a dar sustento interno às ações de Lula, haja vista o crescimento econômico da grande burguesia nacional.

3.1 A repercussão no Brasil: análises do jornal o Globo

As repercussões no Brasil, a partir das mídias tradicionais, foram de extrema negatividade quanto às ações brasileiras para a contenção da crise de nacionalização das empresas da Petrobras na Bolívia. Como será visto neste capítulo, o jornal o Globo – agente e ator político escolhido para ser analisado – tratou o caso como uma possível catástrofe aos brasileiros, quando explicitando o possível aumento do preço do gás de cozinha, que é uma tática para inflar os sentimentos do leitor. Além disso, tratou o Executivo federal como se despreparado fosse e que haviam sido pegos de surpresa pela a nacionalização. Claramente, essas ações seguem uma linha de ataque antipestista que foi ganhando força conforme o tempo ao permanecerem estereotipando os agentes políticos do Executivo e, com isso, perpetuando discursos do papel do Brasil na América Latina.

À guisa de ilustração, o Executivo federal se manteve firme com a sua lógica de inserção internacional na América do Sul. Conforme os motivos apresentados no capítulo 2, o Brasil optou por encapsular a crise, para que não houvesse um efeito *spillover* em outras áreas, como integração regional, segurança nacional e interesses da grande burguesia nacional. Dessa forma, ainda que os ataques à Brasília tenham sido fortes e constantes – a audiência pública de Celso Amorim é um exemplo da forte interação mídia-governo – os agentes diretamente ligados à cúpula se mantiveram intransigentes. Mostra-se, portanto, a importância de se analisar diversos

atores da complexa sociedade brasileira para que se ganhe instrumentos explicativos para ações em política externa brasileira.

Nesta seção iremos discutir a reação do jornal o Globo, a partir de uma análise de conteúdo – metodologia de análise de valência – e análises de discurso, onde serão empregadas duas correntes teóricas das Relações Internacionais: pós-colonialismo e pós-estruturalismo. A intenção desta seção é a de primeiro explicitar a quantidade de notícias negativas, positivas ou ambíguas com relação ao Executivo federal no caso da nacionalização; depois, intenta-se analisar o discurso a partir das diferenciações feitas pelo jornal com relação a atores envolvidos no processo. Será trabalhado, também, a audiência pública feita menos de uma semana após a nacionalização, na qual o chanceler à época, Celso Amorim, respondeu perguntas no Senado Federal. Nesse último caso, será perceptível a utilização dos meios de comunicação como fontes de informação tanto para situação quanto para oposição. Por fim, constatar-se-á a instrumentalização feita a partir dos meios de comunicação com o intuito de atingir negativamente o Executivo federal, o que se tornou recorrente desde 2006 até, ao menos, a última eleição presidencial em 2018.

Primeiramente, gostaria de salientar que escolhi as seguintes páginas do GLOBO, pois essas apresentaram o maior número de menções aos casos: Primeira Página; Segunda Página; Opinião; Mundo; País; Economia. Além disso, há uma importância na primeira página do jornal, porque "pode informar sobre seus objetivos e sobre a maneira como cada diário se posiciona política, cultural e socialmente" e, também, "reflete as escolhas feitas pelos editores" (MEDEIROS, RAMALHO, & MASSARANI, 2010). Esse fato foi constatado nesta pesquisa, uma vez que as primeiras páginas eram indicativas de toda uma cobertura nas páginas subsequentes. A Segunda página era utilizada como se fosse um resumo das principais notícias do jornal, além de demonstrar pesquisas internas acerca de quais matérias chamaram mais a atenção do leitor de uma edição para a outra. A página de Opinião é especialmente importante, porque ela não só é espaço para outras opiniões – o que denotaria uma certa pluralidade -, mas também é espaço para a opinião *do* jornal. As demais páginas (Mundo, País e Economia) foram escolhidas por serem *locus* de debates internacionais e que envolvem economia.

A metodologia empregada foi a *metodologia de análise de valência*[52]. O mês escolhido foi maio, pois é mês em que há um salto de 153% nas menções à Bolívia no jornal GLOBO[53], e

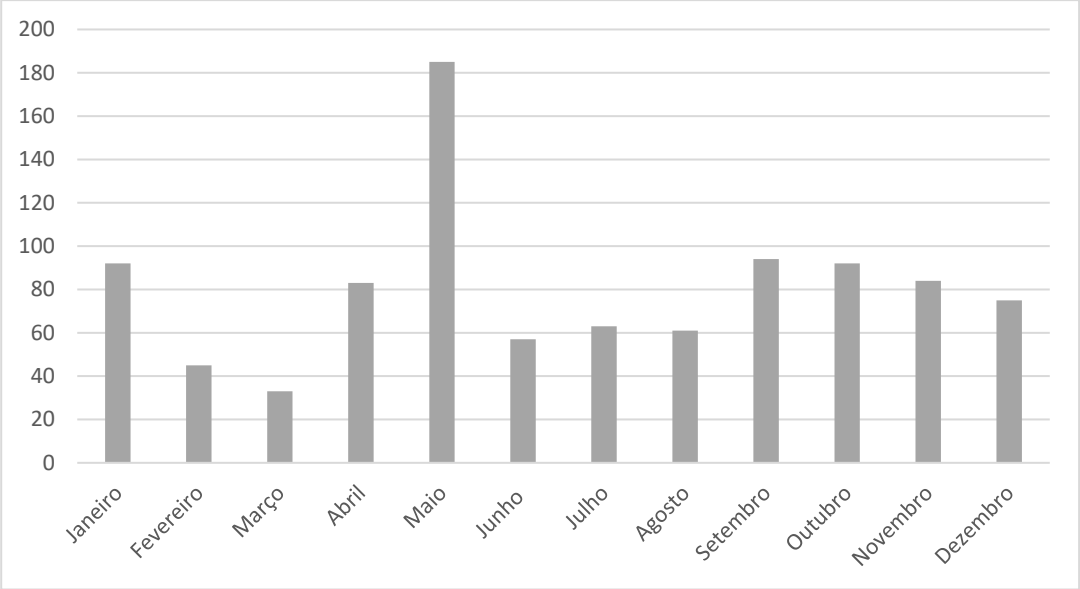
[52] Tal metodologia vem sendo desenvolvida pelo DOXA-IESP e pelo Manchetômetro (disponível em: < http://www.manchetometro.com.br>). Para um debate acadêmico, cf.: Miguel (2015; 2016) e Feres Junior (2016).

[53] Aldé, Mendes e Figueiredo (2007, p.162) corroboram, ao estudar outros jornais (O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo), juntamente com o GLOBO, quando percebem que "[o] grande pico de Lula Presidente

abril para o caso venezuelano, já que as menções sobem 193 %. Nesse sentido, a intenção foi a de qualificar essas menções que tiveram destino o executivo federal, representado por Lula Presidente – não foquei em Lula Candidato –,por Celso Amorim (Ministros das Relações Exteriores) e por Marco Aurélio Garcia (Assessor Internacional da Presidência). Para isso, o método de *valência* visa analisar quais notícias são positivas (+1), ambivalentes ou neutras (0) ou negativas (-1) à imagem do executivo federal e, com isso, far-se-á um gráfico para demonstrar como foi a cobertura sobre esse aspecto, durante o tempo escolhido. A intenção é a de analisar o "espaço ocupado [e] a análise quantitativa da cobertura", o que permite "avaliar a valência, ou seja, a orientação positiva ou negativa da cobertura" (ALDÉ, MENDES, & FIGUEIREDO, 2007, p.155)

Durante a pesquisa, foi perceptível tal aumento nas menções à Bolívia, em maio de 2006, como demonstra o Gráfico 01. O assunto foi importante durante o mês, perdeu importância durante a Copa do Mundo, voltou a ter importância com a aproximação das eleições de 2006, mas, depois, teve menções discretas ao final do ano. Cabe mencionar que pode haver duas ou mais menções na mesma notícia e que a essa análise focou nas páginas que trataram do acontecimento e que se posicionaram com relação às atitudes do executivo federal; não é, portanto, dissociativa o número de páginas com o número de menções[54].

Gráfico 02 – Menções à Bolívia no jornal o Globo



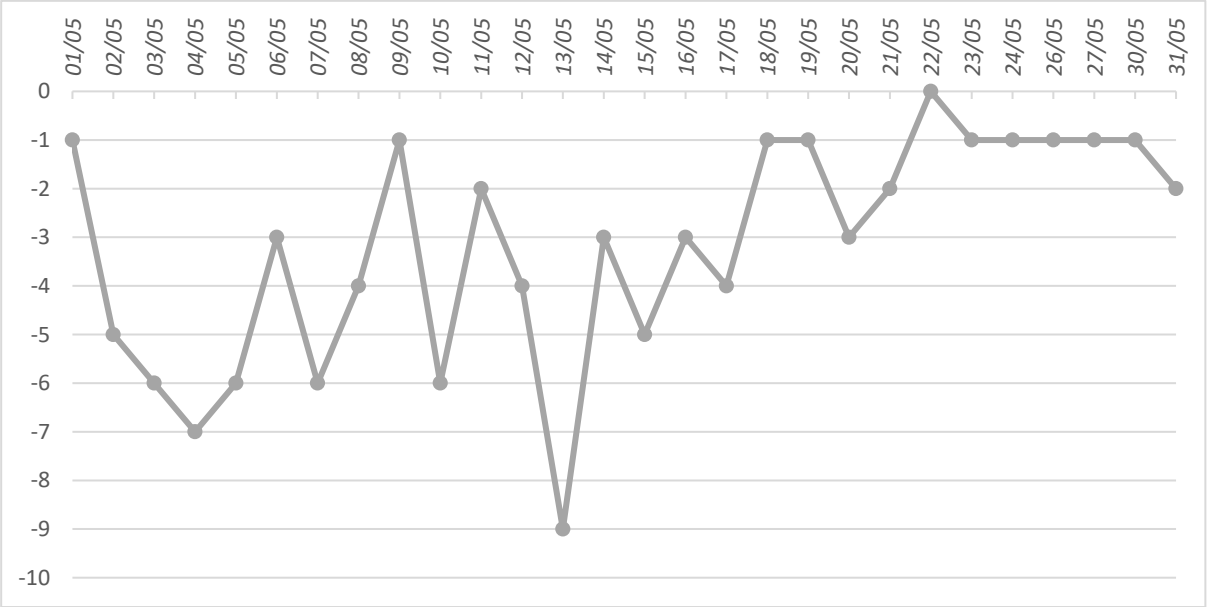
Fonte: Monteiro (2019, adaptado).

entre 26 de abril e 9 de maio, por exemplo, ocorre em todos os jornais, e corresponde principalmente à crise da Bolívia, com leitura negativa nos jornais estudados".

[54] Há algumas menções na parte de "Carta dos Leitores" e, embora haja uma certa controvérsia com relação a esse uso, preferi não as considerar como parte das notícias do jornal.

Esse gráfico 1 demonstra o motivo da escolha de tratar a valência no mês proposto inicialmente e é, para isso, que se inserem o gráfico 02 e as tabelas 03 e 04. O Gráfico 2 demonstra as valências coletadas para o mês de maio de 2006, com relação ao Executivo Federal. Percebe-se que houve uma constante negatividade durante todo o mês e com momentos de pico após alguma polêmica a respeito de posicionamentos por parte de Evo Moráles ou por parte do Brasil. As valências são úteis para se avaliar o julgamento do jornal e o seu temperamento com relação às respostas do Executivo. No eixo das ordenadas (y) houve completa negatividade, no que se refere à soma de todas as menções que tinham como objetivo atingir o Executivo federal, representado pelo chanceler Celso Amorim, o presidente Lula e o assessor especial da presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia. Consequentemente, o eixo das abscissas corresponde a cada dia do mês de maio de 2006.

Gráfico 03 – Soma das Valências (Brasil-Bolívia) no jornal o Globo



Fonte: Monteiro (2019, *adaptado*).

O vale que vai do dia 01/05 até o dia 06/05 corresponde ao início da repercussão da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos. Na primeira página do dia 02, estampava-se que Lula havia sido pego desprevenido, tal qual sua administração no geral; nas páginas de economia, havia a cobrança de posturas "enérgicas", que se referiam a possíveis mobilizações militares em um futuro próximo. Além disso, é importante que se mencione a relação *amigável* entre Lula e Evo Morales, na qual se a estereotipava por meio de dizeres, como o que criou uma linha seguida durante toda a crise, "*muy amigo*". Nos dias seguintes, criou-se um cenário no qual o empresariado brasileiro estaria preocupado, especialmente após entrevistas com os

presidentes Paulo Skaf, da Federação de Indústrias de São Paulo (FIESP), e Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional de Indústria (CNI).

Não só no cenário interno que se cria a imagem de preocupação, mas também no externo ao publicarem que os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE) estariam preocupados com possíveis quebras de contratos por parte dos bolivianos, o que seria quase o oposto do apresentado na seção anterior desse capítulo. Além disso, vale a citação direta do que constava no caderno Mundo, do dia 03/05, que dizia: "os EUA perderam o controle no seu continente por estarem com tropas em outras regiões do mundo". Essa visão de mundo não só é primária, uma vez que a presença mundial de bases militares estadunidenses faz parte de projeto de inserção internacional há décadas[55], mas também desperta um sentimento de aproximação ao Norte e de distanciamento do Sul, o que será melhor trabalhado quando da discussão sobre discurso.

Gostaria de chamar atenção para mais algumas citações que vão dando molde ao discurso montado em torno da situação por parte do jornal o Globo. No dia 04/05, a primeira página do Globo mostra um caráter autoritário do governo boliviano ao mostrar a foto com os militares ao lado – comentada na seção anterior deste capítulo – e com aspas do embaixador Rubens Ricupero comentando a diplomacia de Celso Amorim e caracterizando-a como tendo pouca firmeza em assuntos internacionais na América do Sul. A segunda página desse dia vale a citação direta:

> No domingo, os leitores do GLOBO foram brindados com um desses momentos que bons repórteres lhes proporcionam: a temperatura da crise do gás, na Bolívia, um dia antes de o presidente Evo Morales anunciar a encampação das refinarias da Petrobras. *Se o presidente Lula e a diplomacia brasileira se surpreenderam, foi porque quiseram* [...] *o repórter Chico Otávio não foi pego de surpresa* (GLOBO, 2006, p. 2, *ênfase minha*)

Há, portanto, uma constante nesses primeiros dias que é a de fomentar posturas "enérgicas" ou mais duras com relação à Bolívia e a de tentar criar um cenário no qual Lula e sua cúpula estivessem isolados nessa suposta falta de atitude. Ganha-se mais uma característica à Lula que seria a de joguete dos interesses de Hugo Chávez para com a América do Sul[56], uma vez que o presidente venezuelano estaria influenciando o pensamento de Morales e – por todos serem "*muy amigos*" ou por serem tratados como "*los hermanos*", que incluiria Nestor Kirchner

---

[55] Em fevereiro de 2007, os EUA contavam com operações não só por conta da OTAN, mas também por meio de acordos bilaterais de cooperação na área de defesa e segurança, em todas as áreas do mundo, inclusive no continente americano. Além disso, o dispêndio norte-americano para o ano de 2006, em matéria de defesa, foi de 556 bilhões de dólares americanos e de 32 bilhões de dólares americanos em assuntos internacionais. (DUFOUR, 2007; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2020)

[56] O jornal até o caracteriza como *petropopulista* ao dizer que Chávez contaminou a região com essa particularidade. (GLOBO letra, 2006, p. 46)

(presidente argentino) – seriam aceitáveis os “desaforos”. Por conta dessa personalização da ação externa brasileira – imagem que vem sendo criada para a diplomacia brasileira nesse caso – haveria uma divergência com relação aos anseios da Petrobras e os do governo, o que estava estampado na Primeira Página do dia 06/05, reforçando, assim, o isolamento de Lula novamente[57].

O período que vai do dia 07/05 até o dia 11/05 corresponde a momentos de vale e de emersão. Os vales são mantidos por conta de ataques diferentes à diplomacia brasileira, estampados na Primeira página, mas vale muito mencionar o editorial do dia 07/05, uma vez que refletiu a posição do jornal. Nesse editorial, diz-se que a diplomacia brasileira já foi respeitável e conciliadora, mas, com Lula, não dá mais para medir a diferença entre o que era para o que é; "a diplomacia brasileira se torna tributária da outra - ou das outras". O GLOBO segue e diz que os países hispânicos têm ressentimentos entre si “à flor da pele” e que "esse fato, aliado ao *sangue castelhano*, produziu sempre retóricas estridentes, de que o Brasil sabiamente manteve-se à margem". O jornal entende que "agora é a 'outra' diplomacia que dá as cartas: a *diplomacia do berro, das propostas megalomaníacas envolvidas em legendas 'bolivarianas*". Associa essa menção bolivariana à escolha da diplomacia brasileira de se aliar à Morales. Por fim, destaca que o "Brasil assume posições subalternas nos foros regionais". (GLOBO, 2006, *ênfase minha*).

No dia 09/05 houve a audiência pública com o Celso Amorim no Senado Federal. Percebe-se que há mais notícias neutras e/ou ambivalentes nesse dia pelo fato de que o jornal saiu antes da audiência com o chanceler e essa afirmação se sustenta ao analisar o dia seguinte, quando há um vale extremo novamente. No dia 09 há uma menção ambivalente, na Segunda Página, quando se diz que a diplomacia brasileira está em alta no âmbito internacional, ao mencionarem George Bush, mas que, ao mesmo tempo, enfrente fogo cruzado no âmbito interno. As notícias desse dia se voltam mais a atacar Morales e Chávez do que Lula, perceptível no caderno Mundo e na entrevista feita com o Celso Amorim.

O dia 10/05, como já foi mencionado, é o terceiro em soma de maior queda negativa de notícias. Além das quatro notícias negativas nas páginas sobre economia – algo que é comum em todo o mês – há o editorial em que se ataca negativamente a imagem da diplomacia nacional. O editorial diz que a diplomacia brasileira foi "construída com fé fundamentalista em torno do

[57] Não podemos nos esquecer jamais que 2006 foi ano de eleição presidencial e, como sustentado por Aldé, Mendes e Figueiredo (2007), esse foi o ano em que se acabou a lua de mel entre a imprensa brasileira e Lula. Havia, portanto, outros interesses em jogo que não só atacar a diplomacia brasileira porque não concordavam especificamente com as suas ações.

frágil princípio da solidariedade entre irmãos latino-americanos". Faz-se um apelo ao sugerir que "é preciso acabar com o preconceito contra a energia nuclear e se construir Angra III" (GLOBO, 2006). Adiciona-se a esse editorial a opinião[58] de Berilo Vargas[59], que é: "os novos astros da constelação latino-americana têm os olhos semi-cerrados, como se protegessem a vista da luz intensa que emana de todos e de cada um". Menciona, provavelmente, os Eua ao dizer que "nem o império do Norte poderá deter o inexorável processo de integração ideológica por eles posto em marcha". Finaliza sustentando a mesma ideia que já se havia dito pelo próprio jornal, a de que "agora é Chávez quem dita as regras e não o Lula".

Como dá para perceber no Gráfico 02 há duas quedas substantivas nos dias 12 e 13. Em ambos há editorial contrário à ação externa brasileira no caso e, no primeiro dia, estampa-se que Lula foi "humilhado" por Hugo Chávez. No editorial do dia 12, as palavras ganham entonação mais agressiva:

> *Ruína diplomática* [...] o *militante* petista Marco Aurélio Garcia [...] entre os escombros da diplomacia de Lula para a região, emerge como líder de parte da América Latina o *caudilho* venezuelano Hugo Cávez, mais interessado, junto com Fidel Castro, em montar uma cabeça-de-ponte contra os Estados Unidos do que em ajudar a promover o efetivo desenvolvimento integrado da região [...] Chávez mistura como ninguém diplomacia com *ideologia*. O governo Lula rompendo com as boas práticas históricas do Itamaraty, fez o mesmo. Daí a derrocada de sua política externa. As lições de *prudência*, *racionalidade* e *multilateralismo* do Barão do Rio Branco foram engavetadas. O Brasil de Lula apostou na *visão esclerosada*, das décadas de 60 e 70, do conflito Norte-Sul - e perdeu. (GLOBO, 2006, *ênfase minha*)

No dia seguinte, deu-se que a diplomacia era ideológica e que isso não fundia respeito aos homônimos internacionais. Nesse momento, acontece o Fórum Econômico Mundial em Davos e o jornal coloca, novamente, nas páginas sobre economia que os líderes mundiais alertaram para uma possível virada populista na América Latina. Não só no dia 13, mas em outros também, fez-se a relação da tríade Morales-Chávez-Lula, na qual Chávez era mentor e influenciava Morales e, além disso, teria um certo mandonismo perante Lula. Essa relação é sugerida na 4ª Cúpula da União Europeia com a América Latina e Caribe, quando Lula estaria irritado com Morales e que, após aquele conversar com Chávez, mudaria o tom com o presidente boliviano. De toda sorte, há a intenção de demonstrar incapacidade na condução dos interesses nacionais.

---

[58] Atitude comum em muitos meios de comunicação é a de trazer artigos de opinião que sustentem a posição adotada pelo editorial, o que caracteriza a falta de pluralismo interno.

[59] Segundo o sítio eletrônico da Companhia das Letras (2020), Berilo é "jornalista e tradutor. Em 2008, foi assessor de imprensa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. De 1987 a 2006, trabalhou na *Folha da Tarde* e no *Jornal do Brasil* como redator; e no *Globo* como redator e editorialista. Traduziu do inglês cerca de trinta livros para as principais editoras brasileiras. Como funcionário do serviço diplomático no exterior, serviu oito anos na Embaixada do Brasil em Washington."

Desse dia em diante, foi-se esvaziando a vontade do jornal em insistir nesse tema e passou a priorizar outras pautas com a mesma agenda de atacar o Executivo Federal, como sugerem Aldé, Mendes e Figueiredo (2007). No dia 15, por exemplo, mantém-se o cenário de falta de diálogo interno e externo e, para dar coro a esse tom, há um artigo de opinião de Paulo Guedes, no qual o economista cita Ludwig Von Mises para atacar à condução da política externa de Morales e Chávez. Mais uma vez é perceptível a falta de pluralismo interno no jornal ao tratar de forma uníssona tanto por meio de editoriais quanto por artigos de opinião de pessoas de fora do jornal.

Por fim, há mais quatro editoriais que tratam do tema e todos de forma negativa. No dia 17, o editorial do jornal afirma que Brasília deveria ter agido com vigor para defender o interesse estatal e que o suposto embate entre presidentes da Petrobras e Lula foi, por parte deste, “um arroubo de demagogia fraternal, foi erro primário do qual os bolivianos souberam tirar o máximo proveito". Três dias depois, fala-se bem do presidente colombiano, Álvaro Uribe, pois esse conduziria seu país “sempre pra frente” e servia para mostrar

> um caminho diferente do proposto por *demagogos passadistas* como Hugo Chávez e Evo Morales, que, usando poder de barganha das reservas de petróleo e gás da Venezuela e da Bolívia, ameaçaram levar a América Latina de volta a *antigos atoleiros doutrinários e ideológicos*. (GLOBO letra, 2006, *ênfase minha*).

Nos dias 24 e 27, há mais dois editoriais e uma diminuição do número absoluto de menções ao caso no jornal. No primeiro desses dias, há até um início no qual se fala bem das características de Celso Amorim, mas do meio para o final critica-se a "visão ideológica de Lula" ao falar que o Brasil vai continuar comprando gás da Bolívia, porque é um país pobre. No último dos editoriais sobre esse assunto, o título já revela a constante posição do jornal, que é a de chamar a política externa brasileira[60] de “delírio ideológico” e que a "excessiva benevolência até agora demonstrada pelo governo Lula com um ato hostil indica que para o Planalto algo maior está em jogo” e que um “projeto chavista para a região não serve para o Brasil”. Há uma tentativa de dar um ponto final nessa história, por parte do jornal, ao dizer que esse projeto não serviria aos interesses nacionais; há, constantemente, o jogo entre interesse nacional e ideologia em contraste. (GLOBO, 2006)

Os editoriais mostraram para servir a opinião de fato do jornal e as demais notícias deram ressonância à mesma, uma vez que não houve notícias consideradas positivas nesse período analisado. O número analisado foi de 111 (N=111) e, conforme a Tabela 3, a divisão

[60] Por mais que diplomacia e política externa não sejam sinônimos para acadêmicos da área, é dessa forma que se trata nas notícias do jornal.

mostra o conteúdo em que se prestaram as notícias. Houve intensidade no vocabulário economicista e técnico, aliado aos artigos de opinião, que, por sua vez, eram fontes na Primeira Página.

Tabela 3 – Divisão das notícias

Rótulos de Linha	**Contagem de Valência (Brasil-Bolívia)**
Economia	52
O Mundo	7
Opinião	24
País	3
Primeira Página	15
Segunda Página	10
Total Geral	**111**

Para fins visuais, o Gráfico 3 tem o propósito de elucidar a relação entre Primeira página-Opinião[61]-Economia. As que ficarem restritas à Segunda Página eram mais neutras, o que reflete, também, onde não está o foco para os leitores do jornal.

Gráfico 4 – Hierarquia entre as páginas do jornal o Globo.

A análise dos dados coletados para essa pesquisa sugere que o jornal o Globo adotou posicionamento fortemente contrário ao governo federal no caso da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos. É imprescindível lembrar que a cobertura para outros temas e em outros meios de comunicação foi bem contrária aos governos petistas. Há constantemente, na

[61] Por vezes editoriais.

cobertura, uma vontade de se desvencilhar dos países latino-americanos ou do Sul Global de forma geral e de querer se aproximar de países do Norte Global. Se se aproxima de países latino-americanos, é ideologia, se se aproxima do Norte é racional.

3.1.1 Audiência Pública de Celso Amorim

O propósito desta seção é a de demonstrar como se utilizaram fontes jornalísticas na comunicação entre senadores e chanceler. A audiência ocorreu no dia 9 de maio de 2006, nesse momento houve questionamento quanto à formulação e execução da política externa brasileira. Nesse momento, o agente formulador da política externa brasileira – se pensar em uma chave mais neorrealista em Relações Internacionais, na qual a formulação e execução da política externa é feita pelo executivo federal – e os agentes políticos do Legislativo dialogaram a partir de argumentos advindos da imprensa. Interessante notar que o local onde se passa a discussão, o Senado, aproxima-se mais da neutralidade no campo discursivo do que se fôssemos analisar notas à imprensa do Itamaraty ou notícias em qualquer jornal. Toda a audiência foi transcrita e se encontra no sítio eletrônico do Itamaraty, contendo 88 páginas.

Celso Amorim inicia o seu discurso ao destacar a necessidade da integração energética com os países do entorno regional. Relembra que a integração sul-americana é princípio norteador das relações internacionais do Brasil. Demonstra que o comércio na região sul-americana evoluiu e que o Brasil é o país que exporta produtos manufaturados, de médio ou de alto valor agregado, e importa produtos primários. Celso Amorim ressalta que a integração não pode ter só o viés comercial puro, como "como muitos estão acostumados a ver as coisas por um ângulo mais mercantil, é muito comum sobretudo nos artigos da imprensa" (BRASIL, 2006, p. 3).

O chanceler tenta manter a linguagem diplomática característica do Itamaraty até o momento em que as perguntas se iniciam. A imprensa, como fonte de informação, aparece frequentemente[62] e o embate se inicia quando o senador Arthur Virgílio, do PSDB-AM, questiona a formulação e a execução da política externa, com relação ao país andino. O chanceler responde:

> Senador, mencionou que nós devíamos ter dito para os bolivianos - acho que V.Exa. também mencionou isso - que nós devíamos ter dito para os bolivianos que é do interesse deles, que é dar um tiro no pé, não entregar o gás para o Brasil, que não há a possibilidade de inviabilizar o projeto, que não há a possibilidade de aumentar o preço de maneira, enfim, como está sendo colocado sem inviabilizar o projeto. Eu

[62] Segundo Monteiro (2019, p.6), "são 14 aparições", encontradas nas páginas 3, 19, 25, 28, 47, 50, 50, 53, 54, 54, 64, 68, 68 e 82.

> posso assegurar que tudo isso foi dito, foi dito para eles diretamente e foi dito publicamente por mim numa entrevista que está *hoje no Globo* (BRASIL, 2006, *grifo meu*).

O senador Jefferson Peres, do PDT-AM, ressalta o "peso desse assunto na imprensa" brasileira. Celso Amorim rebate e diz que as "sugestões de retaliação" foram postas na imprensa e não por parte dos senadores envolvidos.

Para o chanceler, "se nós devíamos ter respondido à expressão citada em *jornal* de chantagem, sinceramente, Senador, eu não acho ... Aí é uma questão também de percepção" (BRASIL, 2006, p. 25). Nesses casos, houve uma direta conversa, ainda que implícita, entre o posicionamento do governo e o posicionamento da imprensa brasileira, que, para o propósito da pesquisa, está caracterizada pelo jornal o Globo.

A audiência pública serviu para demonstrar como funciona a comunicação entre agentes políticos. Para esta dissertação, a mídia funciona e atua como agente político, o que pôde ser aplicado nessa seção do capítulo. Resta saber, no entanto, a forma pela qual se construiu esse discurso e, para isso, a próxima seção analisará mais a fundo o uso de termos e conexões promovidas na cobertura do jornal. É claro que, pela análise de conteúdo, pode-se ter uma ideia geral do que vai ser discutido, mas gostaria de aplicar dois autores e analisa-los à luz desse acontecimento.

3.2 **Analisando o discurso do jornal o Globo: R. B. J. Walker e Siba N. Grovogui em contraste**

Antes de entrarmos na própria Análise de Discurso, gostaria de salientar que a intenção desta parte do capítulo é a de trabalhar o sentido ou o *corpus* do que já foi analisado na seção anterior. Dessa forma, preza-se pela análise a partir da posição do sujeito, no caso o jornal, e da agregação de três fatores que serão importantes nesta análise: contexto social, ideologia e história. Não pretendo categorizar cada um deles porque já fugiria ao escopo do trabalho, ainda que isso seja importante; é, por isso, que irei trabalha-los de maneira interligada para que se crie sentido. O contexto social boliviano e a atuação da Petrobras já foram, propositalmente, dito antes dessa seção para que se tenha de antemão o primeiro fator. O aspecto histórico da condução da cobertura já foi mais ou menos explanado na parte acerca da Análise de Conteúdo. Nesta seção haverá o enfoque na ideologia e no modo pelo qual se pretendeu contar a história do acontecimento; havendo, para isso, algumas digressões teóricas e históricas. (CAREGNATO; MUTTI, 2006)

É necessário que se pense as narrativas[63] como um exercício de caráter sensibilizante. Os pós-estruturalistas clássicos, como Jacques Derrida, Michel Foucault[64] e Gilles Deleuze, tentam revisar criticamente os conceitos estruturalistas, formados pela linguagem, de Lévi-Strauss, que era considerado kantiano e com poucas ferramentas de análise sobre poder; esse movimento seria chamado, portanto, de pós-estruturalismo[65] (Dunker, 2011). Aliado a isso, põe-se a necessidade de se estudar o Sul, segundo Santos (2008, p.18), da realidade mundial estar em um momento paradoxal, no qual "a cultura e especificamente a cultura política ocidental é hoje tão indispensável quanto inadequada para compreender e transformar o mundo". Na sequência, Santos (2008) define seu entendimento de pós-colonialismo, que foi empregado nesta seção do capítulo de maneira consonante:

> Entendo por pós-colonialismo um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. (SANTOS, 2008, p.18)

O pós-estruturalismo e o pós-colonialismo se inserem em uma linha de evolução do pensamento social ocidental. Premissas tidas como concretas ou, até mesmo, axiológicas, passaram a ser constantemente repensadas e questionadas por autores que surgiram na pós-modernidade. Os questionamentos[66] são feitos acerca de diversas temáticas, mas, para fins deste artigo, especialmente acerca de conceitos basilares das Relações Internacionais. A anarquia foi repensada por Ashley (1988) e por Wendt (1992), o estado de natureza por Jahn (1999) e as fronteiras por Walker (1993), que a desenvolveu para concepções acerca da política internacional e da política mundial. (WALKER, 2010)

Dessa forma, pensar o Sul global e o seu distanciamento com relação ao Norte não é só um mero exercício teórico, mas, sim, uma ação política tanto para esta dissertação quanto para com a cobertura midiática. No momento em que se preza um descolamento entre o posicionamento do Globo com o do Executivo por motivos relativos à própria noção de posicionamento na sociedade, é que se vale pensar e analisar seu discurso. Para isso, dois

---

63 Vale mencionar que a sua importância, especialmente a de Michel Foucault, vem sido usada fora das Ciências Sociais também. Besley (2002) demonstra o uso do pensamento *foucaultiano* e de outros autores que pensaram as relações de poder, subjetividade e ética, utilizando-as para fins de terapia familiar.

64 Foucault (2002; 2012) pratica uma releitura do estruturalismo e, afim de repensar as lógicas de poder, explora as relações discursivas que denotam supressões de narrativas (FOUCAULT, 2011)

65 O artigo não visa entender o sujeito na ótica lacaniana – seria, para Silva (2017, p. 121), "a importância da potência não-identitária do significante". Entende-se o sujeito não como o efeito da linguagem, mas, sim, *inserido nos processos sociais de racialização ou de discriminação de gênero*.

66 A intenção do artigo não é entrar na questão do mérito do pós-modernismo (estilo) ou da pós-modernidade (estrutura). Para mais debates acerca desse tema, cf. Jameson (1991) e Bauman (1993).

autores da área das Relações Internacionais serão empregados com o fito de sensibilizar a percepção do leitor ao emprego das palavras. Siba N'Zatioula Grovogui é professor de teoria das Relações Internacionais e Direito na Universidade de Cornell, nos EUA, e R. B. J. Walker é, também, professor de teoria das Relações Internacionais na PUC-Rio e na Universidade de Victoria.

Seguindo essa perspectiva, Walker (2010, p.3) quer nos chamar a atenção para o que as pessoas consideram como legítimos e o que não consideram. O motivo pelo qual se inclui e se exclui certas atitudes ou pessoas estaria, segundo o autor, nas fronteiras, que deve ser entendida não só fisicamente – entre países – mas também metafisicamente. Nas palavras do autor,

> Para incluir, para excluir, para ao mesmo tempo incluir e excluir para então constituir um complexo arranjo de inclusões e exclusões, e para afirmar tanto a possibilidade quanto a impossibilidade de algum mundo diante desse arranjo de inclusões e exclusões[67]. (WALKER, 2010, p. 3, *tradução minha*)

Uma das preocupações centrais do autor é a de pensar por que alguém julgaria que essas fronteiras, especialmente o que é válido do que não é, são sustentadas pela academia (WALKER, 2010, p. 22). É a partir desse entendimento, que o artigo pretende trabalhar; julgando, portanto, a narrativa adotada pelo jornal o Globo acerca das tomadas de decisões válidas ou não por parte do Executivo federal nos momentos de exceção.

Grovogui (2006) segue a agenda de pesquisa do pós-colonialismo. A forma pela qual se constrói conhecimento internacional, acerca de instituições, de normas e, especialmente, da moralidade dependem da forma pela qual a história é contada. Dessa forma, grandes eventos internacionais, que podem ser crises, guerras ou grandes fóruns de concertação, situam o tempo-espaço do pensamento internacional e, consequentemente, da disciplina de Relações Internacionais. Grovogui (2006) desenvolve algumas críticas ao eurocentrismo e ao ocidentalismo, que são movimentos com o anseio de postular a Europa e, posteriormente o mundo ocidental, como proprietários exclusivos da ciência, dos cânones intelectuais, da moralidade universal e da ciência. A disciplina e as teorias de Relações Internacionais se afunilariam, portanto, em experiências europeias e americanas, percebendo as demais como autoritárias – especialmente com relação a regimes democráticos e suas possibilidades. Gera-se, então, *insiders*, que são as experiências ocidentais e os seus cânones, e os *outsiders*, sendo os que precisam de aplicações intelectuais e normativas do lado ocidental do mundo. Manifestou-se claramente, nas análises do Acervo Globo, as aplicações fronteiriças de Walker e as narrativas que concorrem, gerando conhecimento, o que remete a Grovogui.

---

[67] No original, "to include, to exclude, to both include and exclude so as to constitute a complex array of inclusions and exclusions, and to affirm both the possibility and the impossibility of some world beyond this array of inclusions and exclusions". (WALKER, 2010, p. 3)

Siba Grovogui (2006) analisa a Segunda Guerra Mundial à luz da teoria das Relações Internacionais e da História Mundial. Pegando o exemplo de Grovogui (2006), acerca das criações de narrativas, o autor afirma que as teorias de Relações Internacionais (RI) se tornaram excessivamente europeias e americanas. O modo pelo qual se constrói a História Mundial, tanto para as teorias de RI quanto para a análise feita no jornal o Globo, é abordado de maneira consoante por Grovogui (2006, p. 65-102), quando aborda como o historicismo[68], o institucionalismo[69] e a memória afetam a compreensão de outras experiências internacionais. Grovogui (2006) dá o exemplo da ajuda humanitária e militar que países africanos deram à Europa, em momentos de necessidade, contando como Mali ajudou a França. No entanto, por conta da negação ou da simples indiferença com relação a outras narrações históricas do mesmo acontecimento, a teoria das RI se formou a partir de uma construção europeia e estadunidense. Nesse sentido, vale pegar essas ferramentas e demonstrá-las, na prática, como foram utilizadas na análise de discurso proposta.

Antes de se analisar o discurso, é essencial que se tenha o que se entende por *crises* e por *liderança*, para fins deste artigo. McCormick (1978, p. 352) percebeu que "ao revisar a literatura sobre crise, Wiener e Kahn, Robinson e Hermann concordam que o conceito de crise internacional não tem uma definição geral e aceita"[70]. Embora não haja uma definição consensual, McCormick (1978) demonstra, na sequência, duas possibilidades[71], desenvolvidas por Hermann, de se perceber uma crise: (1) processo de tomada de decisão *dentro* do Estado escolhido; (2) crise no processo de interação entre dois ou mais Estados. Gostaria de reformular e acrescentar um pouco mais de características, baseado em Guimarães e Tavares de Almeida (2017): (i) o processo de tomada de decisão deve ter um tempo limitado para que seja feito; (ii) a crise na interação entre os dois países deve-se valer de uma ameaça a algum valor básico para um dos lados ou para ambos; (iii) militares estão envolvidos de alguma forma. Dessa forma, pôde ser constatada que houve, de fato, uma crise entre os países, ainda que ela tenha sido premeditada pelo lado boliviano ao anunciar de forma reiterada que faria a nacionalização, o que se diferencia é, no entanto, o discurso utilizado para se narrar o acontecimento.

No que diz respeito à definição de liderança, há semelhanças com relação ao conceito anterior. Não há consenso específico sobre o seu uso e, além disso, "o conceito de liderança nas

---

68 Grovogui (2006, p. 70) sustenta que nostalgia se torna ciência e que, por sua vez, torna-se instrumento politicamente motivado: historicismo

69 Aliando a noção de *path-dependency*, os institucionalistas reproduzem um *pathos* de poder que dá ao Ocidente a autoridade de legislar e de ajuizar, enquanto o não-Ocidente fica com o fardo da sociabilidade moral e de conformidade (GROVOGUI, 2006, p. 73)

70 No original, "in reviewing the crisis literature, Wiener and Kahn, Robinson, and Hermann agree that the international crisis concept has no generally accepted definition".

71 Há, no artigo de McCormick, outras possibilidades de se perceber uma crise internacional; além dessas, pode-se pensar *crise* em termos do Direito Internacional e em como essa definição pode atrapalhar às vezes (CHARLESWORTH, 2008).

Relações Internacionais a na Economia Política Internacional têm recebido poucos estudos estruturados"[72] (ILKENBERRY 1996, 386 *apud* BURGES, 2009, p. 44). Percebe-se que há, no entanto, um enfoque para lideranças coercitivas e, muitas vezes, sistêmicas, o que não cabe à região sul-americana e tampouco ao Brasil. Burges (2009) dá a possibilidade de pensar a liderança brasileira, na região, como uma dialética estudante-professor de matriz gramsciana, o que seria uma visão estrutural de poder, na qual há um "sistema de crenças e práticas abrangentes que trabalham subconscientemente para delimitar a gama de ações que podem ser contempladas, e muito menos perseguidas, por um Estado"[73] (BURGES, 2009, p. 45). Essa visão de liderança será contrastada na cobertura midiática e no que já vem sendo construído ao longo desta dissertação, uma vez que se percebeu a disparidade de expectativas relacionadas à capacidade de ingerência brasileira na América do Sul.

De início, há divisão binária[74] entre Ocidente e não-Ocidente. Essa divisão é divagante na medida em que não existe total separação entre esses dois polos culturais – nem se se comparar países distantes no espaço e nos hábitos, por exemplo EUA e China. Complica-se mais quando se pensa o Sul Global, do qual o Brasil e os meios de comunicação brasileiros fazem parte, porque possuímos características específicas no cenário internacional que não podem ser, simplesmente, caracterizadas pela divisão entre ocidente ou não-ocidente. Pegando este trecho – que já foi mencionado neste capítulo, mas agora será utilizado para outro propósito – retirado do editorial do Globo em 12 de maio de 2006[75]:

> [E]ntre os escombros da diplomacia de Lula para a região, emerge como líder de parte da América Latina o caudilho venezuelano Hugo Chávez, mais interessado, junto com Fidel Castro, em montar uma cabeça-de-ponte contra os Estados Unidos do que em ajudar a promover o efetivo desenvolvimento integrado da região [...] Chávez *mistura como ninguém diplomacia com ideologia*. O governo Lula rompendo com as boas práticas históricas do Itamaraty, fez o mesmo. Daí a derrocada de sua política externa. *As lições de prudência, racionalidade e multilateralismo do Barão do Rio Branco foram engavetadas*. *O Brasil de Lula apostou na visão esclerosada, das décadas de 60 e 70, do conflito Norte-Sul - e perdeu*. (Globo, 2006, *grifo meu*)

Há outro editorial em que se tomam posições, por vezes, agressivas quanto à diplomacia brasileira e a outros povos da região. O editorial do dia 7 de maio de 2006, já comentado nesse capítulo, demonstra como se foi criando associações ideológicas aos povos latino-americanos, especialmente aos bolivianos e aos venezuelanos – às vezes ao povo e às vezes aos líderes.

---

[72] No original, "the concept of leadership in international relations and international political economy has received little sustained study".

[73] No original, "system of overarching beliefs and practices that work subconsciously to delimit the range of actions that can be contemplated, let alone pursued, by a state".

[74] Essas distinções são amplamante usadas nas obras de Walker (1992; 2010)

[75] Em 10 de maio de 2006, o editorial do Globo mencionou que a diplomacia brasileira de Lula é "construída com fé fundamentalista em torno do frágil princípio da solidariedade entre irmãos latino-americanos"

Associa os povos “castelhanos” a nervos à flor da pele e que o Brasil soube, antes, se portar com racionalidade e distância às “propostas megalomaníacas envolvidas em legendas ‘bolivarianas’”.

Há diversas formas linguísticas empregadas ao longo do *corpus* em que há se dissociação do sujeito que promove o discurso ou de sua aproximação. Há a aplicação da binaridade entre Eu e Outro, na tabela 3.

Tabela 4 – Eu e Outro.

Eu	**Prudência, racionalidade, multilateralismo, distância**
Outro	**Esclerosada, ideologia, curiosa, paixão, megalomaníaca**

Fonte: elaboração própria.

Partindo da tabela 3, percebe-se que um dos argumentos de Walker (2010) toma forma. Como o próprio Walker (2010) afirma, é preciso que nos atentemos às marginalizações de certos eventos e a exposições exageradas de outros, os quais geram noções de eventos internacionais e, por consequência, influenciam as RI (Grovogui, 2006). Nesse sentido, foi-se construindo uma exposição exageradamente ideológica no sentido de salientar que os povos latino-americanos e, incluindo o Executivo federal, mas não o povo brasileiro, eram irracionais e irritadiços – o que aparece muito nas fotos e nas charges apresentadas na cobertura. Em contrapartida, havia sempre uma aproximação aos empresários brasileiros e a frentes mais institucionalistas-pragmáticas, para usar um termo de Saraiva (2010), no Itamaraty. No caso dessa aproximação, a intenção era a de se acercar de características ditas racionais e, consequentemente, de interesse nacional, uma vez que há esse discurso de que a racionalidade e/ou a posição do sujeito do discurso é a de se isenção e de promotor da vontade geral.

A construção do *corpus* discursivo do jornal o Globo para com a diplomacia brasileira dos governos petistas talvez tenha se iniciado nesse período. Não só ao tratar do caso da nacionalização dos hidrocarbonetos, mas também ao longo de outras análises sobre relações internacionais do Brasil e meios de comunicação, percebe-se que esse movimento discursivo é constante. As aproximações com o Norte global são vistas, constantemente, como ações racionais e voltadas ao interesse nacional, ao contrário das ações voltadas para, por exemplo, cooperação Sul-Sul, que são vistas como emocionais. Há, portanto, um espelhamento de sujeito do jornal com o Norte global ao caracterizá-lo de maneira positiva e, claramente, distanciamento do Sul global ao categorizá-lo como local de líderes irracionais. (MELLO; FERES JUNIOR; GAGLIARDI, 2020)

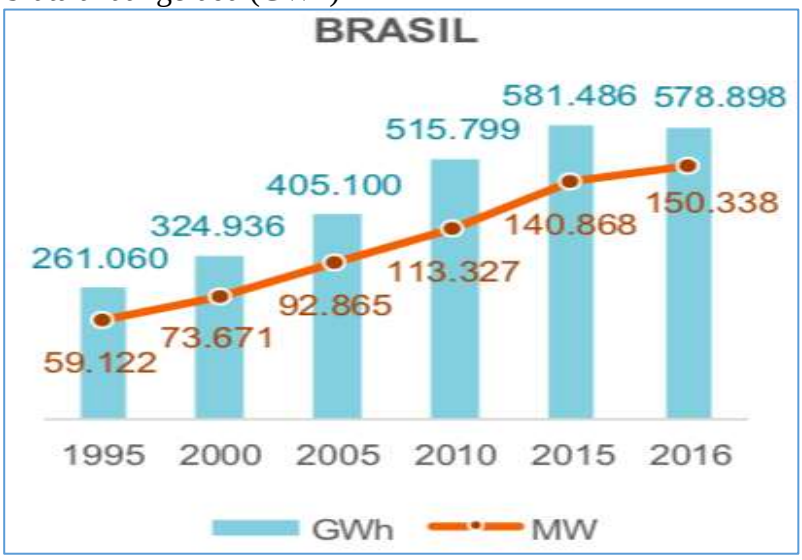
3.3 **O Brasil pós-crise**

A intenção desta seção é a de sublinhar alguns resultados no âmbito energético após o episódio de 2006. Como os resultados não aparecem em questões de meses, optou-se por um

espaçamento de uma década – até o ano em que se manteve um governo do PT – apenas com o intuito de salientar que se mantiveram as diretrizes da integração energética.

É evidente que se seguiram as críticas ao governo Lula e às suas ações em âmbitos interno e internacional. No entanto, logrou-se, por fim, a ampliação das reservas nacionais de gás e de petróleo, além da construção de outro gasoduto[76] que liga Rio Grande (Bolívia) até São Paulo (Brasil). É importante dizer também que as privatizações não fazem com que haja um melhor desempenho nas empresas energéticas, mas, sim, de medidas regulatórias efetivas e que se façam valer pelas agências reguladoras[77]. Na figura 1 poderá se ter a ideia do cenário dez anos depois e em como houve avanços na tanto na produção de energia bruta quanto de potência instalada – há, segundo relatórios da *Comisión de Integración Energética Regional*, CIER (2020), um aumento geral na América do Sul, mas o Brasil é um dos poucos que mais se acelera até esse momento.

Figura 1 – evolução da potência instalada (Mw) e energia bruta anual gerada (GWh)



Fonte: CIER (2020)

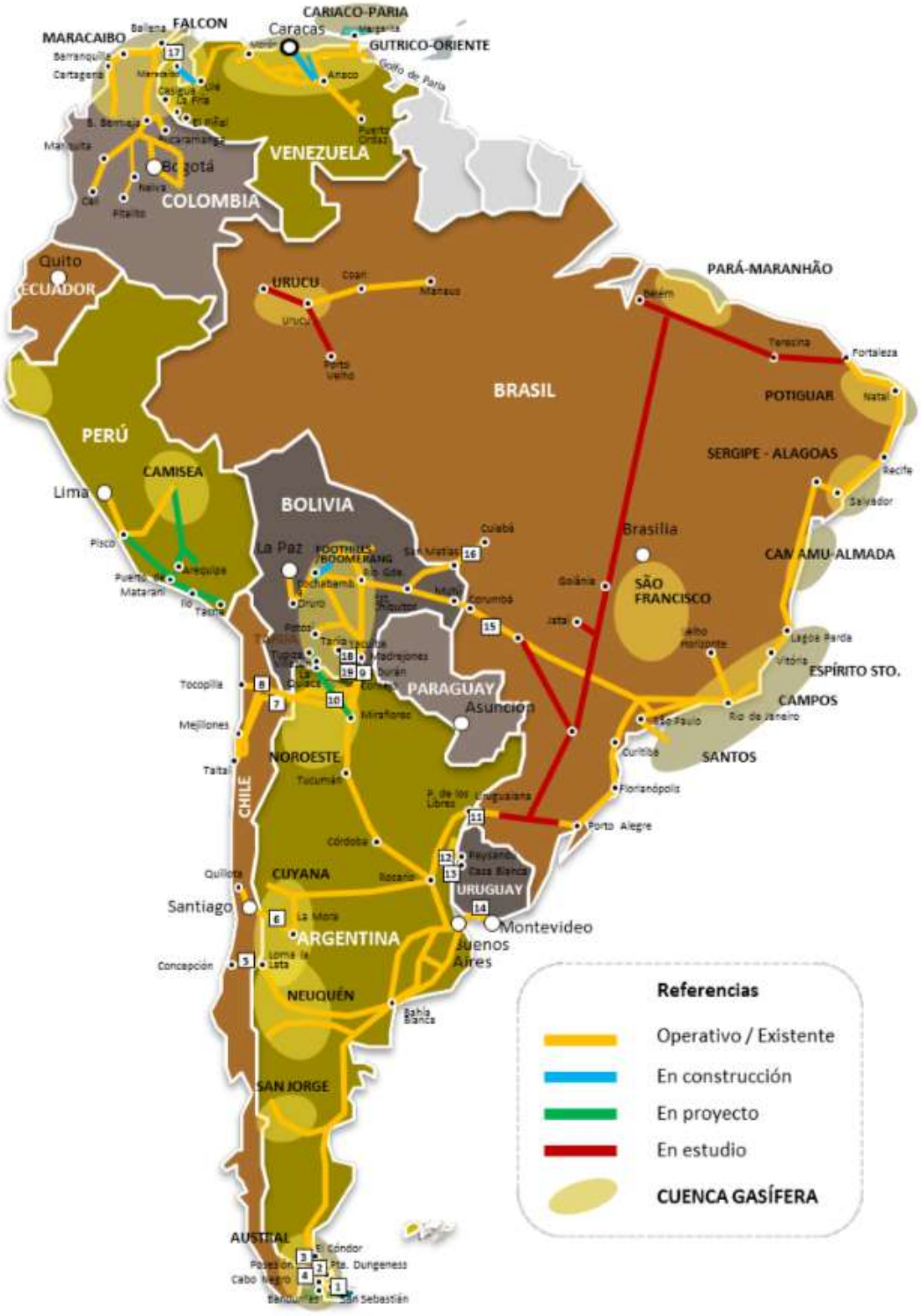
Esse aumento generalizado na região sul-americana se deve aos projetos de integração regional energética e de esforços conjuntos de prospecção de novas reservas e de utilização de fontes renováveis. Na figura 2, pode se ter a ideia de como ficou o cenário energético sul-americano e seus gasodutos que o integram. Perceba que a comprimento do Gasbol não é tão exagerado e termina bem próximo à fronteira Brasil-Bolívia – encontra-se entre Rio Grande (Bolívia) até Cuiabá (Brasil).

---

[76] Esse gasoduto tem quase o dobro do diâmetro do Gasbol e mais de dez vezes sua capacidade (SANTOS, 2018)

[77] Santos (2018, p. 75) diz que "Privatization itself does not necessarily lead to better results (such as improved labor productivity, higher capital utilization, increased generating capacity, or higher output) unless it is coupled with independent regulation (ZHANG *et al*., 2008)".

Figura 2 – redes de gasoduto e de gás natural na América do Sul



Fonte: CIER (2020)

Além da parte gasífera, preza-se, também, reforçar o esforço bem-sucedido na pesquisa de prospecção de petróleo em águas profundas. Em um poço de petróleo há, também, gás e isso acabou por colocar o Brasil em segundo lugar em matéria de reservas na região sul-

americana. A tabela 4, mostra a proporção mais atual e suas proporções na região sul-americana.

Tabela 4 – reservas de gás na região sul-americana

País	Reservas (Trilhões de pés cúbicos)	Proporção em %
Venezuela	195	76,9
Brasil	14	5,52
Peru	13	5,12
Argentina	12	4,73
Bolívia	9,9	3,9
Colômbia	6	2,36
Chile	3,5	1,38
Equador	0,2	0,09
TOTAL	**253,6**	**100**

Fonte:U.S. Energy Information Administration - Independent Statistics & Analysis

Dessa forma, as ações de cooperação horizontal permaneceram ao longo do período PT e, de certa forma, lograram êxito no objetivo de se integrarem à região. Certamente não se pode dizer que os resultados tenham sido extraordinários, já que muito mais poderia ter sido feito de acordo com Hirst (2018). O objeto dessa dissertação não foi, no entanto, avaliar profundamente os resultados da integração energética regional e compará-los entre a crise e o período do governo petista, ainda que isso seja importante. Futuras pesquisas com o fito de comparar os momentos, com as mesmas variáveis, faz-se imprescindível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo desta dissertação, introduzimos a importância da interdisciplinaridade das agendas de pesquisas em Comunicação e em Relações Internacionais. Para isso, foi feito um percurso crítico da comunicação na sociedade, explorando as contribuições já existentes de pensamento crítico e de comunicação que pudessem ser utilizadas em RI. Com isso, fizemos um breve histórico dessa necessidade com autores de renome na área, como Deibert (1997), que traça a relação entre comunicação e poder desde a Idade Média. Seguimos manifestando essa relação, na Teoria Crítica, com autores basilares à essa corrente, baseando-nos em Brunkhorst (2008) e sua complexa explicação da sociedade contemporânea de massa. Com isso, priorizamos demonstrar a diversas interpretações de Karl Marx, Friedrich Engels, Walter Benjamin, Theodor Adorno e Max Horkheimer sobre o papel dos meios de comunicação na sociedade. Não custa lembrar que entre as preocupações essenciais da Teoria Crítica estão a de revelar as relações desiguais de poder e a de criticar o racionalismo excessivo. Além desses autores, Andrew Linklater (1992) e MacMillan (2004) possibilitaram utilizar a Teoria Crítica nas RI e, para este, associar a falta de trabalhos que aliem essa corrente teórica, RI e meios de comunicação.

Na segunda parte do primeiro capítulo, trabalhamos autores que se debruçam à mídia e à política na América Latina. A intenção dessa parte é a de explicitar ferramentas analíticas já existentes e que possuem alto poder explicativo para o papel da mídia na sociedade latino-americana. Iniciamos com os consagrados estudos de Daniel Hallin e Paolo Mancini, acerca dos modelos idealísticos de relação mídia-Estado, e posicionamos a preferência desta dissertação na inquietação trazida por Alejandro Guerrero ao propor o modelo liberal-capturado, quando se trata do contexto da América Latina. Nesse modelo, há práticas liberais econômicas e relações diretas com os agentes políticos estatais e, por conta disso, os meios de comunicação darão voz às elites políticas momentâneas aliadas às tradicionais elites midiáticas conservadoras. É, nessa constatação, que se percebe a ruptura da parte política com a midiática no contexto do ano de 2006, o que foi não só corroborado por Aldé, Mendes e Figueiredo (2007), mas também por esta dissertação.

Na terceira seção do primeiro capítulo, discursamos sobre a mídia, o Estado e a política externa brasileira. O fito dessa seção foi a de, rapidamente, tornar possível a consubstanciação do jornalismo e da centralidade da mídia no Brasil, a partir do extenso e reconhecido trabalho de Venício Lima (2004), no que se refere ao seu agenciamento político.

Em cenário latino-americano, utilizamos trabalhos de Martín Becerra para contextualizar o Brasil e a América Latina de forma comparada no que se refere à concentração midiática e suas relações com a política local. Apresentamos a reflexão de Afonso Albuquerque (2017) na qual se discute a quão antidemocrática pode ser o jornalismo e, especificamente, o brasileiro.

Na última seção do primeiro capítulo, priorizamos demonstrar outras ferramentas de análise que, por sua vez, foram base para as interpretações do segundo capítulo. Nessa seção, contextualizamos autores que trabalharam o objeto da pesquisa, como Igor Fuser, Miguel Borba Sá, e autores que trabalharam a América Latina e seus ciclos: curta, média e longa durações. Dessa forma, levamos em conta o período de longe duração, que é o de acumulação capitalista de Arrighi (1996), ao demonstrar a questão energética e a vontade neodesenvolvimentista do governo PT. O de média duração são os que foram chamados de "ondas de democratização" por Samuel Huntington e que se fazem valer pela onda de governantes de esquerda na região latino-americana. O de curta duração é melhor tratado no segundo capítulo quando tratamos do "ciclo de protestos", de Andrew Tarrow, que levaram à nacionalização na Bolívia. Dessa forma posicionamos, também, o trabalho que segue de pano de fundo para se trabalhar a política externa brasileira, que é a tese de Tatiana Berringer.

O segundo capítulo é dividido grosso modo em duas grandes seções, na quais há a parte brasileira e a parte boliviana. No que se refere ao Brasil, tratamos de discorrer sobre o conceito de cooperação Sul-Sul, bem como de sua importância histórica e constitucional. Além desse posicionamento quanto à cooperação, apresentamos rapidamente a integração regional em matéria energética e sua importância geoestratégica, geopolítica e geoeconômica. Na sequência traçou-se um breve histórico das relações entre Brasil e Bolívia, mas com o foco em momentos específicos que fazem sentido à argumentação da dissertação, deixando de lado, claro, acontecimentos outros que também são interessantes, mas não necessários.

A transição da parte do Brasil com a da Bolívia ocorre quando dissertamos sobre a atuação da Petrobras no país andino e de sua relação com a estatal boliviana, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*. No que se refere à Bolívia, especificamente, tratamos de contextualizar os povos andinos e sua complexidade até à ascensão de Evo Morales. Para essa parte, há uma extensíssima literatura que trata desde análises etnográficas até biografias de líderes importantes, como Evo Morales, o que nos levou a priorizar uma breve explicação com o propósito de situar o leitor na sociedade boliviana. Outro propósito essencial do capítulo dois foi o de mostrar como a evolução até o decreto Heróis do Chaco – o que nacionalizou os hidrocarbonetos em primeiro de maio de 2006 – foi se costurando de forma explícita. Isso preparou o leitor para o capítulo seguinte, no qual se analisou o jornal o Globo.

No último capítulo, apresentamos análises relativas ao jornal O Globo e ao cenário pós-crise. Para o jornal o Globo, aliamos a análise de conteúdo do mês de maio, instrumentalizando a metodologia de análise de valência, tendo sido possível sublinhar a total negatividade da cobertura jornalística para esse caso e em quais páginas se priorizou tratar do tema relativo à crise dos hidrocarbonetos. Ao longo dessa seção, analisamos o discurso do jornal o Globo, priorizando dois autores da área das RI, que são R.B.J. Walker e Siba N. Grovogui. Com esses dois autores, aliamos suas reflexões teóricas com o discurso promovido pelo jornal e, por fim, sugerimos as diferenciações entre Eu e Outro que puderam posicionar o sujeito que escreve com o qual se descreve. Por fim, trabalhamos rapidamente o cenário pós-crise no qual o Brasil manteve-se priorizando o cenário de integração regional e energética com um certo grau de sucesso, ainda que se tenha mantido forte pressão negativa por parte dos grandes meios de comunicação com coberturas jornalísticas contrárias às ações internas e externas do Executivo federal, o governo brasileiro não se cedeu aos apelos das coberturas jornalísticas.

Esta dissertação propôs novas maneiras de se analisar as RI. Com isso, propusemos o vetor midiático como imprescindível para se explicar ações internacionais e de impacto na sociedade contemporânea de massa. Procuramos contextualizar o papel da mídia brasileira tanto em comparação com a região latino-americana quanto com a sua ação dentro do jogo político nacional. Dessa forma, caso a intenção seja a de se analisar a Política Externa com variáveis internas, deve-se, sempre, levar em consideração o papel que os meios de comunicação possuem na contemporaneidade.

Buscamos demonstrar como a crise Bolívia-Brasil serviu para a mídia *mainstream* expressar valores e posições convergentes com aqueles defendidos pela oposição política ao governo petista, em particular aos objetivos da política externa regional, expressando, assim, a tensão da transição de uma política externa subordinada passiva para uma política externa subordinada conflitiva. Para os propósitos desta pesquisa, selecionamos o jornal O Globo porque é o jornal mais importante do conglomerado midiático, Grupo Globo, que produz uma situação de monopólio virtual na área das comunicações no Brasil e, por isso, amplia excepcionalmente seu poder de agência política. Percebemos que o ator midiático impôs, de fato, uma agenda, que era dos empecilhos e das desvantagens da negociação boliviano-brasileira; ao mesmo tempo, percebemos que não lograram êxito e que o esforço foi insuficiente no que diz respeito aos ataques, que foram se desfazendo ao longo do mês de maio. Do ponto de vista teórico, adotamos a interdisciplinaridade apoiando-nos em vertentes da Teoria Crítica, da Economia Política da Comunicação, e em Nicos Poulantzas. Concluímos que o fracasso do

poder de influência da mídia se demonstra na continuidade da regional do governo, que manteve sua posição conciliadora e aprofundou a política de cooperação regional. Os resultados do pós-crise foram, portanto, satisfatórios inclusive porque o governo Lula deu início a um programa para fortalecer a prospecção interna de petróleo e de gás, buscando alcançar uma autonomia no setor.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. In **Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IUEPERJ, Vol.1, 1988.
ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985, 251 p.

ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 352 p.

ADORNO, Theodor. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012, 190 p. Introdução de Wolfgang Leo Maar.

AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy dos. **Sempre foi pela família:** mídias e política no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. 192 p.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. **Journalism**, [s.l.], v. 20, n. 7, p.906-923, 4 nov. 2017. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/1464884917738376. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1464884917738376>. Acesso em: 2 set. 2019.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política & Sociedade**, [s.l.], v. 6, n. 10, p.153-172, abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1688>. Acesso em: 15 mar. 2020

ALLISSON, Graham; ZELIKOW, Philip. **Essence of Decision:** Explaining the Cuban Missile Crisis. 2. ed. Cambridge: Pearson, 1999. 416 p.

ARISTÓTELES. **Obras.** Juan Bravo: Aguilar, 1967. 1634 p. Tradução de Francisco P. Samaranch.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX:** Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Unesp, 1996.

ASHLEY, Richard K.. Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique. **Millennium**: Journal of International Studies, [s.l.], v. 17, n. 2, p.227-262, jun. 1988. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/03058298880170020901. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298880170020901>. Acesso em: 23 mar. 2020.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, [s.l.], v. 24, n. 2, p.270-290, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018242270. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/op/v24n2/1807-0191-op-24-2-0270.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Postmodern Ethics.** Hoboken: Wiley-blackwell, 1993. 262 p.

BECERRA, Martín. Medios de comunicación: América Latina a contramano. **Nueva Sociedad**, [s.l.], v. 249, n. 1, p.61-74, jan. 2014. Disponível em:

<https://nuso.org/articulo/medios-de-comunicacion-america-latina-a-contramano/>. Acesso em: 1 set. 2019.

_____; MASTRINI, Guillermo. Concentración y convergencia de medios en América Latina. **Communiquer. Revue de Communication Sociale Et Publique**, [s.l.], n. 20, p.104-120, 30 set. 2017. OpenEdition. http://dx.doi.org/10.4000/communiquer.2277. Disponível em: <https://journals.openedition.org/communiquer/2277>. Acesso em: 1 set. 2019

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula.** Curitiba: Appris, 2015. 237 p.

BESLEY, A. C. (tina). Foucault and the turn to narrative therapy. **British Journal Of Guidance & Counselling**, [s.l.], v. 30, n. 2, p.125-143, maio 2002. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/03069880220128010. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03069880220128010. Acesso em: 22 mar. 2020.

BOBBIO, Norbeto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1991. 666 p. Tradução Carmen C. Varriale et. al.

BOLAÑO, César. Uma introdução ao debate Estado e Comunicação. In: RAMOS, Murilo César; BIANCO, Nelia R. del (Org.). **Estado e Comunicação.** Brasília: Unb, 2008. p. 17-22.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Estado Plurinacional da Bolívia.** 2020. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=4870. Acesso em: 10 mar. 2020.

_____. Ministro das Relações Exteriores (2003-2011: Celso Amorim).Ministério das Relações Exteriores. **Transcrição da Audiência Pública com o Ministro Celso Amorim na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal sobre as relações Brasil - Bolívia – Brasília, 9 de maio de 2006**. 2006. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exterioresdiscursos/7815-exposicao-do-ministro-celso-amorim-em-audiencia-publica-da-comissao-de- relacoes-exteriores-e-defesa-nacional-do-senado-federal-sobre-as-relacoes-brasil-bolivia>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRUNKHORST, Hauke. A teoria crítica e a análise da sociedade contemporânea de massa. In: RUSH, Fred (Org.). **Teoria Crítica.** São Paulo: Ideias & Letras, 2008. p. 295-328. Tradução de Beatriz Katinsky e Regina Andrés Rebollo.

BURGES, Sean W.. Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War. **International Relations**, [s.l.], v. 22, n. 1, p.65-84, mar. 2008. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/0047117807087243. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0047117807087243>. Acesso em: 07 jun. 2019.

BURGES, Sean. **Brazilian Foreign Policy after the Cold War.** Florida: University Press Of Florida, 2009. Disponível em: muse.jhu.edu/book/17453. Acesso em: 23 mar. 2020.

BURITY, Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. **Contemporânea,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p.166-179, jan./jun. 2013. Semestral. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/3349/5110>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BUTLER, Judith. **The Psychic Life of Power:** Theories in Subjection. Stanford: Stanford University Press, 1997. 118 p.

CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais:** lições da invasão do Iraque em 2003. Curitiba: Juruá, 2012. 152 p.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s.l.], v. 15, n. 4, p.679-684, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-07072006000400017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. A MÍDIA E A POLÍTICA EXTERNA NO BRASIL DE LULA. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais,** Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.211-236, 2012. Semestral. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/viewFile/32661/20524>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAVALCANTE, Maria Lucia. C**ONSEQUÊNCIAS DA CRISE BRASIL-BOLÍVIA PARA O MERCADO BRASILEIRO DE GÁS NATURAL.** 2014. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Centro de CiÊncias Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12556>. Acesso em: 10 out. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. 560 p.

CHARLESWORTH, Hilary. International Law: A Discipline of Crisis. **Modern Law Review**, [s.l.], v. 65, n. 3, p.377-392, maio 2002. Wiley. http://dx.doi.org/10.1111/1468-2230.00385. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2230.00385>. Acesso em: 23 mar. 2020.

CIER. **Síntesis Informativa Energética 2016**. Disponível em: https://www.cier.org/es-uy/Paginas/Sintesis-informativa-2016.aspx. Acesso em: 5 abr. 2020.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **História da CEPAL**. Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/historia-de-la-cepal. Acesso em: 30 mar. 2020.

COMPANHIA DAS LETRAS. **Berilo Vargas.** Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=02432. Acesso em: 19 mar. 2020.

COSTA, Darc. **Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. 600 p.

DALLE, Pablo; BONIOLO, Paula; SAUTU, Ruth. **Manual de metodología.:** Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. 173 p. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100719035021/sautu.p df>. Acesso em: 29 ago. 2019.

DEIBERT, Ronald J.. **Parchment, Printing, and Hypermedia:** Communications in World Order Transformations. Nova Iorque: Columbia University Press, 1997.

DUFOUR, Jules. **The Global Deployment of US Military Personnel.** 2007. Disponível em: https://www.globalresearch.ca/the-worldwide-network-of-us-military-bases-2/5564. Acesso em: 19 mar. 2020.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 23, n. 1, p. 115-136, 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext& pid=S0103-20702011000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 mar. 2020.

DUNKERLEY, James. Evo Morales, the ‘Two Bolivias’ and the Third Bolivian Revolution. **Journal Of Latin American Studies**, [s.l.], v. 39, n. 1, p.133-166, fev. 2007. Cambridge University Press (CUP). http://dx.doi.org/10.1017/s0022216x06002069. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/4491779. Acesso em: 14 mar. 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U.S. GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE. . **Budget FY 2015 - Table 5.1 - Budget Authority by Function and Subfunction: 1976–2019.** Disponível em: https://www.govinfo.gov/app/details/BUDGET-2015-TAB/BUDGET-2015-TAB-5-1/context. Acesso em: 19 mar. 2020.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 51, n. 2, p. 80-97, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/ scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 ago. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292008000200006.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. **Compolítica**, v. 6, n. 1, p. 30-64, 14 out. 2016. Disponível em: < http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/94>. Acesso em: 12 set. 2019.

FERES JUNIOR, João. Análise de valências, debate acadêmico e contenda política. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 20, p. 313-322, ago. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000200313&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 18 mar. 2020. https://doi.org/10.1590/0103-335220162009.

FILGUEIRAS, Mariana Gonçalves Tannus. **A Política de Preços para o Gás Natural no Brasil e seu Impacto sobre a Competitividade e o Desenvolvimento do Mercado Gasífero.** 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do Discurso.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FRANÇA, Vera et al. Comunicação e Política: um mapeamento de autores/as e teorias que alicerçam essa área no Brasil. **Compolítica**, [s.l.], v. 8, n. 2, p.5-40, 11 dez. 2018. Associacao Brasileira de Pesquisadores em Comunicacao e Politica (Compolitica). http://dx.doi.org/10.21878/compolitica.2018.8.2.183. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/183>. Acesso em: 29 ago. 2019.

FREDERICO, Celso. Brecht e a "Teoria do rádio". **Estud. av.**, São Paulo , v. 21, n. 60, p. 217-226, ago. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de agosto de 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000200017

FUSER, Igor. **Conflitos e contratos: a petrobras, o nacionalismo boliviano e a interdepedência do gás natural (2002-2010).** 2011. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03062013-125451/pt-br.php. Acesso em: 10 mar. 2020.

GERRING, John. **Case Study Research:** Principles and Practices. [s.l.]: Cambridge University Press, 2007. 279 p._____. The Case Study: What it is and What it does. **Oxford Handbooks Online**, [s.l.], p.1-40, 7 jul. 2011. Oxford University Press. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199604456.001.0001/oxfordhb-9780199604456-e-051?print=pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

GILBOA, Eytan. **American public opinion toward Israel and Arab-Israeli conflict**. Lexington: Lexington Books, 1987.

GILBOA, Eytan. Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects. **Diplomacy & Statecraft**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.1-28, jun. 2001. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/09592290108406201. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592290108406201>. Acesso em: 09 jun. 2019.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert. Ideas and Foreign Policy: an analytical framework. In: GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert. **Ideas & Foreign Policy:** beliefs, institutions, and political changes. Ithaca-londres: Cornell University Press, 1993. p. 3-30.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 250 p. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

GRAMSCI, Antonio. **Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y el Estado moderno.** Tradução de José Aricó. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

GROVOGUI, Siba N. **Beyond Eurocentrism and Anarchy.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006.

GRUPO DE DIÁRIOS DA AMÉRICA. **Quiénes Somos.** Disponível em: <http://gda.com/quienes-somos/>. Acesso em: 2 set. 2019.

GUERRERO, Manoel Alejandro; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya. **Media Systems and Communication Policies in Latin America.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan Us, 2014. 335 p.

GUERRERO, Manoel Alejandro. El modelo "liberal capturado" de sistemas mediáticos, periodismo y comunicación en América Latina. **Temas de ComunicaciÓn**, Caracas, v. 29, n. 2, p.135-170, jul. 2014. Semestral. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5009636>. Acesso em: 29 ago. 2019.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. From Middle Powers to Entrepreneurial Powers in World Politics: Brazil's Successes and Failures in International Crises. **Latin American Politics And Society**, [s.l.], v. 59, n. 04, p.26-46, set. 2017. Cambridge University Press (CUP). http://dx.doi.org/10.1111/laps.12032. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/from-middle-powers-to-entrepreneurial-powers-in-world-politics-brazils-successes-and-failures-in-international-crises/A41A29EA8FCE0EDB3C0D11D1A5CD125E>. Acesso em: 23 mar. 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Legitimation Crisis.** Cambridge: Polity Press, 1988. 190 p. Tradução de Thomas McCarthy.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems:** Three models of Media and Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 360 p.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HERRMANN, Julián Durazo. Media and subnational democracy: the case of bahia, brazil. **Democratization**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 81-99, 8 jan. 2016. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/13510347.2015.1101453. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13510347.2015.1101453. Acesso em: 10 abr. 2020.

HIRST, Monica: Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em cooperação Sul-Sul: Os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau, **Texto para Discussão**, No. 1687, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2012. Disponível em: < https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91086/1/71852716X.pdf>. Acesso em 6 abr. 2020.

HJARVARD, Stig. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 2, n. 5, p.53-91, jan. 2012. Semestral. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283499425_Midiatizacao_teorizando_a_midia_como_agente_de_mudanca_social_e_cultural>. Acesso em: 30 ago. 2019.

HUNTINGTON, Samuel P. Democracy's Third Wave. **Journal Of Democracy**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.12-34, 1991. Project Muse. http://dx.doi.org/10.1353/jod.1991.0016. Disponível em: <http://www.mskenna.com/uploads/8/4/0/9/84096706/3rd_wave_huntington.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

INTERVOZES (Org.). **Quem somos.** Disponível em: <http://intervozes.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

JAHN, Beate. IR and the State of Nature: The Cultural Origins of a Ruling Ideology. **Review Of International Studies**, [s.l.], v. 25, n. 3, p.411-434, jul. 1999. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20097608. Acesso em: 23 mar. 2020.

JAMBEIRO, Othon. **Regulando a TV:** Um estudo comparativo no Mercosul. Salvador: Edufba, 2000.

JAMESON, Fredric. **Postmodernism, Or the Cultural Logic of Late Capitalism.** Durham: Duke University Press, 1991. 438 p. Disponível em: <http://socium.ge/downloads/komunikaciisteoria/eng/Jameson.%20Postmodernism,%20or%20The%20cultural%20logic%20of%20late%20capitalism%20(1991).pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

JESUS, Diego. O mundo na primeira página: mídia, política externa e diplomacia. **C&S,** São Bernardo do Campo, v. 37, n. 2, p.131-157, maio 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/5108/4896>. Acesso em: 09 jun. 2019.

KONDRATIEFF, Nikolai D. **The Long Waves in Economic Life.** Eastford: Martino Fine Books, 2014.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. 1994. **A imprensa faz e desfaz um Presidente**: o papel da imprensa na ascensão e queda do "fenômeno" Collor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 166p.

LESSA, Mônica; GAVIÃO, Leandro. Política externa, mídia e propaganda nos governos Lula da Silva (2003–2010). In: FREIXO, Adriano de et al (Org.). **A Política Externa Brasileira na era Lula:** Um balanço. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 106-151.

LIMA, João Brígido Bezerra; CAMPOS, Rodrigo Pires de; NEVES, Juliana de Brito Seixas. O Perfil da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional na América Latina e no Caribe em 2010: aportes à reflexão sobre a política brasileira de cooperação internacional. In: André de Mello e Souza. (Org.). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2014, p. 203-249.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. **Integração Energética**. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.1-17, jun. 2006. Disponível em: http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/112/79. Acesso em: 01 abr. 2020.

LIMA, Maria Regina Soares de. "Instituições Democráticas e Política Exterior". **Contexto Internacional**, vol. 22, nº 2, pp. 265-304, julho/dezembro, 2000. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lima_vol22n2.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia:** Teoria e Política. Belo Horizonte: Fundação Perseu Abramo, 2004a. 368 p.

LIMA, Venício Artur de.. Sete teses sobre política e mídia no Brasil. **Revista Usp**, São Paulo, v. 61, n. 2, p.48-57, mar. 2004b. Trimestral. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13317>. Acesso em: 1 set. 2019.

LINKLATER, Andrew. The Question of the Next Stage in International Relations Theory: A Critical-Theoretical Point of View. **Millennium**: Journal of International Studies, [s.l.], v. 21, n. 1, p.77-98, mar. 1992. SAGE Publications. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298920210010601>. Acesso em: 25 ago. 2019.

LIPPMAN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LOPES, Dawisson Belém. **Política externa e democracia no Brasil: ensaio de interpretação histórica.** ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Unesp, 2013. 336 p.

MACHADO, Mônica Sampaio; REIS, Ciro Marques. A PETROBRAS NA NOVA CONFIGURAÇÃO ENERGÉTICA GLOBAL. **Geo Uerj**, [s.l.], v. 2, n. 22, p.362-378, 28 dez. 2011. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://doi.org/10.12957/geouerj.2011.2460. Acesso em: 7 mar. 2020.

MACMILLAN, Alexandre. **Toward a Critical Theory of the Media in International Relations.** 2004. 51 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Simon Fraser University, Burnaby, 2004

MANIN, Bernard. **Los principios del gobierno representativo.** Alianza Editorial, 1998. 304 p. Tradução de Fernando Vallespín Oña.

MARTINO, Luiz C.. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da comunicação:** conceitos, escolas e tendências. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Cap. 1. p. 11-26.

MARX, Karl. (2010) **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011b

MCCORMICK, James M.. International Crises: A Note on Definition. **The Western Political Quarterly**, [s.l.], v. 31, n. 3, p.352-358, set. 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/447735>. Acesso em: 23 mar. 2020.

MEDEIROS, Flavia Natércia da Silva; RAMALHO, Marina; MASSARANI, Luisa. A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 2, p. 439-454, June 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Mar. 2020. https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000200010.

MEIRA, Rodrigo Santos. **Brasil, Bolívia, hidrocarbonetos e o processo de integração energética na América do Sul**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações

Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília A, Brasília, 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/4297. Acesso em: 2 abr. 2020.

MELLO, Beatriz Bandeira de; FERES JUNIOR, João; GAGLIARDI, Juliana. **Relatório de Política Externa Brasileira e Grande Mídia: primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014): análise preliminar.** Primeiro Mandato Dilma Rousseff (2011-2014) – Análise Preliminar. Disponível em: http://www.manchetometro.com.br/index.php/analises/politica-externa-brasileira/2019/05/14/relatorio-peb-01/#_ftn1. Acesso em: 24 mar. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 42, n. 2, p. 00, 1999 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581999000200002.

MIGUEL, Luis Felipe. Eleições, opinião pública e mídia: eflexões a partir das eleições brasileiras de 2002. **Política & Sociedade**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 41-66, abr. 2003. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/4954. Acesso em: 11 abr. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. 2004. A descoberta da política: a campanha de 2002 na Rede Globo. *In*: RUBIM, A. A. C. (org.). Eleições presidenciais de 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MIGUEL, Luis Felipe. Quanto vale uma valência? **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 17, p. 165-178, ago. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000300165&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 mar. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Uma resposta. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 19, p. 299-301, abr. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000100299&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 mar. 2020.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, [s.l.], v. 35, n. 1, p.11-41, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292013000100001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v35n1/a01v35n1.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

MONTEIRO, Eduardo da Nóbrega. Hidrocarbonetos têm lado? A Bolívia, o Globo e a Política Externa Brasileira. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, [s.l.], v. 7, n. 1, p.1-16, 8 abr. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/38739/29042. Acesso em: 19 mar. 2020.

MONTEIRO, Leonardo Valente. **Política Externa na era da informação:** O novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumento de Estado nas Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 192 p.

MORAES, Dênis de. **Vozes Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. 208 p.

PERL, Raphael F.. United States Andean Drug Policy: Background And Issues For Decisionmakers. **Journal Of Interamerican Studies And World Affairs**, [s.l.], v. 34, n. 3,

p.13-36, 1992. Cambridge University Press (CUP). http://dx.doi.org/10.2307/165923. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-interamerican-studies-and-world-affairs/article/united-states-andean-drug-policy-background-and-issues-for-decisionmakers/CFAB61280BA4C9D373890957A86F953B#. Acesso em: 11 mar. 2020.

PINO, Bruno Ayllón. Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). In: André de Mello e Souza. (Org.). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2014, p. 57-87.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**: incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2015. 1060 p.

POULANTZAS, Nicos. **Classes in Contemporary Capitalism.** Londres: NLB, 1978. 334p.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder e o Socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1980. 307 p. Tradução de Rita Lima.

PRESTIPINO, Giuseppe. Estado. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano (1926-1937).** São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. p. 517-523.

PRIEST, Tyler. Petrobras in the History of Offshore Oil. In: SCHNEIDER, Ben Ross (ed.). **New Order and Progress: development and democracy in brazil.** Development and Democracy in Brazil. New York: Oxford University Press, 2016. p. 53-77.

PUTNAM, Robert D.. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**, [s.l.], v. 42, n. 3, p.427-460, summer 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706785>. Acesso em: 1 out. 2019.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Media Ownership Monitor - Brasil:** Proprietários da Mídia. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

RUSSELL, Roberto; HIRST, Mónica. Democracia y política exterior: los casos de Argentina y Brasil. **Estudios Internacionales**, Santiago, v. 80, n. 20, p.442-490, out. 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41391255>. Acesso em: 1 out. 2019.

SÁ, Miguel Borba de. **Pachamama vs. Wall Street:** uma análise do processo de nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia e suas implicações para as lutas sociais e dinâmicas políticas na América Latina. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Puc-rio, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=26854@1>. Acesso em: 30 set. 2019.

SÁEZ, Manuel Alcántara. Partidos políticos en América Latina: precisiones conceptuales, estado actual y retos futuros. **Revista de Estudios Políticos**, [s.l.], v. 124, n. 2, p.55-94, abr. 2004. Trimestral. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=968181. Acesso em: 14 mar. 2020.

SALOMON, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 ago. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. **Travessias**, Coimbra, v. 6, n. 7, p.15-36, jun. 2008. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/43227. Acesso em: 23 mar. 2020.

SANTOS, Thauan dos. **Regional Energy Security: re-evaluating concepts and policies to promote energy integration in mercosur.** Re-evaluating concepts and policies to promote energy integration in Mercosur. 2018. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Planejamento Estratégico, Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.ppe.ufrj.br/index.php/pt/publicacoes/teses-e-dissertacoes/2018/189-regional-energy-security-re-evaluating-concepts-and-policies-to-promote-energy-integration-in-mercosur. Acesso em: 10 mar. 2020.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência**: balanço e perspectivas. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

SANTOS, Suzy dos; STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. O Estado como proprietário de televisão no Brasil. **Estudos em Comunicação**, [s.l.], v. 2, n. 7, p. 85-107, maio 2010. Disponível em: http://www.ec.ubi.pt/ec/07/vol2/santos.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

SARAIVA, Miriam Gomes. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 53, n., p.151-168, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292010000300009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53nspe/v53nspea09.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. Política Externa Brasileira para os países sulamericanos e os processos de integração na região: Crenças na formulação e pragmatismo na prática. In: ALFONSO, Laneydi Martínez; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; VAZQUEZ, Mariana (Org.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2010.** 8. ed. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Cries, 2010. p. 1-211. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2010/09/completo.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas / Brazilian diplomacy and viewpoints on Brazilian foreign policy. **Mural Internacional**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.45-52, 30 jun. 2010. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. http://dx.doi.org/10.12957/rmi.2010.5285. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5285/3883>. Acesso em: 15 set. 2019.

SCHUDSON, Michael. **Why journalism still matters.** Cambridge: Polity Press, 2018. 224 p.

SHAPCOTT, Richard. Critical Theory. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Ed.). **The Oxford Handbook of International Relations.** Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 327-345.

SIVAK, Martín. **Evo Morales: the extraordinary rise of the first indigenous president of bolivia.** The Extraordinary Rise of the First Indigenous President of Bolivia. New York: St. Martin's Press, 2010. 256 p.

SILVA, Marco Antônio de Menezes. **Teoria Crítica em Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: CONTEXTO INTERNACIONAL – vol. 27, no 2, jul/dez 2005, pp. 249-282.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento:** los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza Editorial, 1997. Disponível em: <https://archive.org/stream/pdfy-41Upfs-pyyDwyCOn/El-poder-en-movimiento-los-movimientos-sociales-la-accion-colectiva-y-la-politica-sidey-tarrow_djvu.txt>. Acesso em: 6 set. 2019.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; COSTA PINTO, Eduardo. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Campinas: **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.

THIES, Cameron G.. Role Theory and Foreign Policy Analysis in Latin America. **Foreign Policy Analysis**, [s.l.], p.662-681, out. 2014. Oxford University Press (OUP). http://dx.doi.org/10.1111/fpa.12072. Disponível em: <https://academic.oup.com/fpa/article-abstract/13/3/662/2937219?redirectedFrom=PDF>. Acesso em: 1 out. 2019.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, [s.l.], v. 29, n. 2, p.273-335, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292007000200002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-85292007000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 mar. 2020.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside: international relations as political theory.** International Relations as Political Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Disponível em: http://doi.org/10.1017/CBO9780511559150. Acesso em: 10 mar. 2020.

WALKER, R. B. J. **After the Globe, before the world.** Nova Iorque: Routledge, 2010.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, [s.l.], v. 46, n. 2, p.391-425, spring 1992. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2706858.>. Acesso em: 23 mar. 2020.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: UNESP, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão. Tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Ed. PUC Minas e Boitempo Editorial, 2016.

WINSECK, Dwayne. The State of Media Ownership and Media Markets: Competition or Concentration and Why Should We Care?. **Sociology Compass**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.34-47, jan. 2008. Wiley. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1751-9020.2007.00061.x>. Acesso em: 12 out. 2019.

YPFB. **Contexto Histórico de YPFB.** Disponível em: https://www.ypfb.gob.bo/es/ informacion-institucional/contexto-historico.html. Acesso em: 10 mar. 2020.